



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades
Instituto de Letras

Ingrid Viehmayer Rodrigues Souza

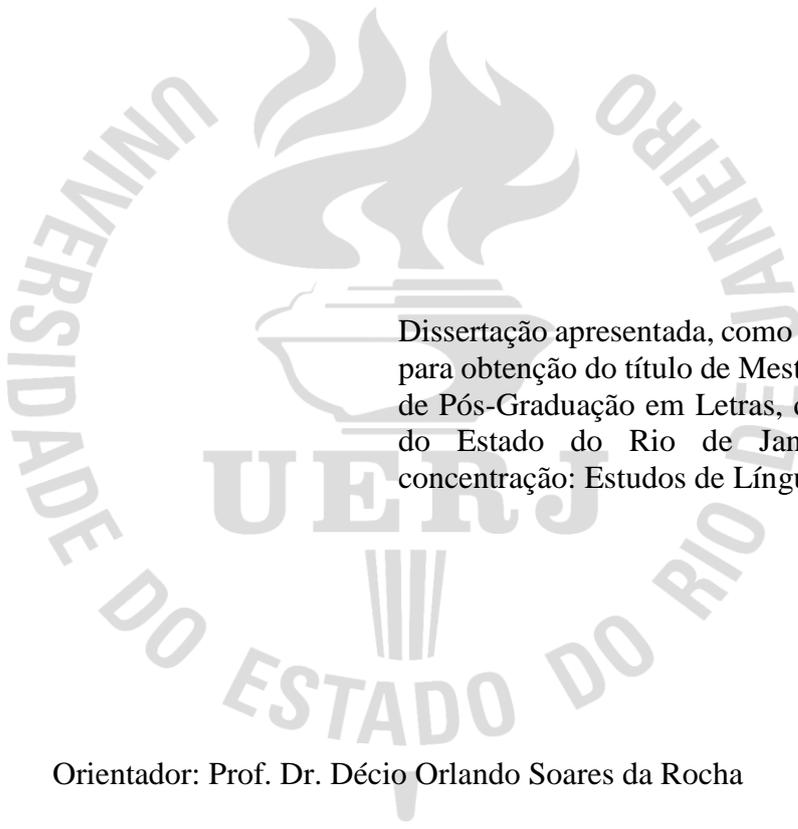
**Vozes em confronto: uma análise cartográfica de discursos da extrema-
direita**

Rio de Janeiro

2024

Ingrid Viehmayer Rodrigues Souza

Vozes em confronto: uma análise cartográfica de discursos da extrema-direita



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientador: Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha

Rio de Janeiro

2024

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

S729 Souza, Ingrid Viehmayer Rodrigues.
Vozes em confronto: uma análise cartográfica de discursos da extrema-direita / Ingrid Viehmayer Rodrigues Souza. – 2024.
119 f.

Orientador: Décio Orlando Soares da Rocha.
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Análise do discurso – Aspectos políticos – Teses. 2. Ideologia – Aspectos políticos - Brasil – Teses. 3. Neutralidade – Teses. 4. Bolsonaro, Jair, 1955- – Teses. I. Rocha, Décio Orlando Soares da. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 82.085

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Ingrid Viehmayer Rodrigues Souza

Vozes em confronto: uma análise cartográfica de discursos da extrema-direita

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação de Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 12 de julho de 2024.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Décio Orlando Soares da Rocha (Orientador)
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Maria del Carmen Fátima González Daher
Instituto de Letras – UERJ

Prof^a. Dra. Juliana Silva Rettich
Colégio PB

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe Leticia, ao meu pai Roberto e ao meu namorado Anderson.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha querida mãe Leticia, por sempre me incentivar, tranquilizar e acreditar em mim. Ao meu pai Roberto, por todas as ajudas nessa jornada acadêmica. Ao meu namorado Anderson, que me apoiou e esteve ao meu lado em todos os momentos adversos. Ao meu orientador prof. Dr. Décio Rocha, que, desde o início, viu potencial na minha pesquisa, me guiou e, com muito carinho e consideração, dedicou-se até o fim desta. Às minhas amigas que me deram forças e aos meus colegas do grupo de estudos AnaCarDis, que graças às suas dicas e críticas, pude crescer enquanto pesquisadora.

Não existe neutralidade possível. O intelectual deve
optar entre os exploradores ou com os explorados

Florestan Fernandes

RESUMO

SOUZA, Ingrid Viehmayer Rodrigues. *Vozes em confronto: uma análise cartográfica de discursos da extrema-direita*. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

A pesquisa teve o objetivo de mapear práticas discursivas referentes ao universo bolsonarista, a fim de compreender os posicionamentos e os efeitos de sentido das designações selecionadas. O cópús foi produzido a partir de dois veículos bolsonaristas, *Mídia Sem Máscara* e *Jornal da Cidade Online*, e a rede social Facebook, totalizando 55 trechos. O mapeamento do território bolsonarista permitiu localizar as seguintes designações: “fraudemia” e “pandemia”, referentes ao período pandêmico de Covid-19; “sem viés ideológico”, a partir das fala de Bolsonaro, principalmente após sua eleição como Presidente da República e momentos anteriores à essa posição; “golpe” e suas variantes, relacionados aos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023; “democracia relativa”, em alusão à fala de Lula em 2023 ao defender a Venezuela como democracia e “oclocracia”, percepção bolsonarista acerca da democracia brasileira. A fim de compreender tais discursos, foram utilizados autores como Deusdará e Rocha (2021), Maingueneau (2008), Ducrot (1987), Authier-Revuz (2004) e Passos, Kastrup e Escóssia (2009). Noções de ideologia também foram apresentadas a partir de conceitos de Marx, Engels, Gramsci, Althusser, Foucault e Orlandi para refletir e traçar a posição da pesquisa. Foi possível notar que os discursos possuíram uma tendência a imputar às suas vozes opostas, muitas vezes atribuindo-as à esquerda política, como as erradas, as mentirosas, as ideológicas, as defensoras de ditaduras, as causadoras de crises, prejudicando o Brasil.

Palavras-chave: ideologia; bolsonarismo; neutralidade; análise do discurso; cartografia.

ABSTRACT

SOUZA, Ingrid Viehmayer Rodrigues. *Confronting voices: a cartographic analysis of far-right discourses*. 2024. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

The research aimed to map discursive practices relating to the Bolsonarist universe, to understand the positions and the meaning effects of the selected designations. The corpus was produced from two Bolsonarist websites, *Mídia Sem Máscara* and *Jornal da Cidade Online*, and the social media Facebook, totaling 55 excerpts. The mapping of the Bolsonarist territory made it possible to locate the following designations: “fraudemic” and “pandemic”, referring to the period of the Covid-19 pandemic; “without ideological inclination” based on Bolsonaro’s speeches, especially after he was elected President of the Republic and moments before this position; “coup” and its variants, related to the coup attacks on January 8, 2023; “relative democracy”, regarding Lula’s speech in 2023 when he defended Venezuela as democracy, and “ochlocracy”, Bolsonarist’s perception of Brazilian democracy. To understand such discourses, the research was anchored in authors such as Deusdará and Rocha (2021), Maingueneau (2008), Ducrot (1987), Authier-Revuz (2004) and Passos, Kastrup and Escóssia (2009). Notions of ideology were also presented based on the concepts of Marx, Engels, Gramsci, Althusser, Foucault, and Orlandi to reflect and outline the position of the research. It was possible to notice that the speeches tended to attribute opposing voices to their voices, often attributing them to the left wing, as the wrong ones, the liars, the ideological, defenders of dictatorships, which causes crises, harming Brazil.

Keywords: ideology; bolsonarism; neutrality; discourse analysis; cartography.

SUMÁRIO

	IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA NA PESQUISA.....	9
1	CARTOGRAFIA E PERSPECTIVAS DISCURSIVAS.....	19
1.1	Introdução à Cartografia.....	19
1.2	O primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão em Maingueneau.....	23
1.3	Teoria Polifônica de Ducrot.....	24
1.3.1	<u>Negação polêmica.....</u>	26
1.3.2	<u>Nova abordagem polifônica.....</u>	28
1.4	A utilização das aspas como recurso argumentativo.....	30
2	ALGUMAS NOÇÕES DE IDEOLOGIA.....	34
2.1	O que é ideologia?.....	34
2.2	Mas, afinal, qual noção de ideologia utilizar?.....	39
3	VOZES EM CONFRONTO.....	42
3.1	As designações “fraudemia” e “pandemia”	42
3.1.1	<u>A “fraudemia”</u>	42
3.1.2	<u>A “pandemia”</u>	48
3.2	A designação “sem viés ideológico” com Bolsonaro.....	54
3.2.1	<u>Ótica da educação em trechos de postagens do <i>Facebook</i>.....</u>	54
3.2.2	<u>Ótica da educação em trecho do Jornal da Cidade <i>Online</i>.....</u>	59
3.2.3	<u>Ótica do comércio exterior em trechos de postagens do <i>Facebook</i>.....</u>	61
3.2.4	<u>Ótica do comércio exterior em trechos do Jornal da Cidade <i>Online</i>.....</u>	64
3.3	A designação “sem viés ideológico” antes de Bolsonaro.....	67
3.4	A designação “golpe” e suas variantes nos ataques de 8 de janeiro de 2023	79
3.5	A designação “democracia relativa”	88
3.6	A designação “oclocracia”	101
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
	REFERÊNCIAS.....	118

IMPLICAÇÕES DA PESQUISADORA NA PESQUISA

A falácia da neutralidade científica no meio acadêmico ainda é bastante recorrente. O processo de pesquisa começa muito antes da escrita do trabalho, da construção de um *cópus*¹ e quadro teórico. Antes, durante e até a finalização da pesquisa, jogos de força atravessam não apenas a pesquisa, como também o pesquisador e o próprio resultado. Todo esse processo também faz parte do ato de pesquisar, mostrando a vinculação do pesquisador com o seu campo.

Na academia é comum que se estabeleça um afastamento entre o pesquisador e seu objeto de estudo. O ato de pesquisar segue parâmetros, etapas e critérios estabelecidos e desenvolvidos ao longo da pesquisa. A grande questão disso tudo é que é impossível haver neutralidade nessa relação. Qualquer posição, escolha, mudança estabelecida na pesquisa pelo pesquisador já invalida essa ideia.

É se ancorando na não neutralidade do pesquisador e da pesquisa, que pretendo narrar os acontecimentos, processos e as minhas implicações no percurso de pesquisa do mestrado. “A análise de implicações traz para o campo da análise sentimentos, percepções, ações, acontecimentos até então considerados negativos, estranhos, como desvios e erros que impediriam uma pesquisa/intervenção de ser bem-sucedida.” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, p.146).

A vida acadêmica está presente na minha vida desde 2011, quando ingressei como graduanda em Português/ Literaturas na Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois, novamente na mesma faculdade, decidi fazer outra graduação, agora em Inglês/ Português. Comecei a atuar como professora de inglês e, logo após a graduação, fiz uma especialização em Linguística Aplicada voltada para o ensino de língua inglesa na (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) UERJ. Agora, cá estou eu em mais uma jornada acadêmica: mestrado em Linguística.

A princípio, o intuito do mestrado seria dar uma continuação aos estudos sobre a hipersexualização feminina da personagem da *DC Comics* Mulher-Gato, iniciados na especialização. O projeto de ingresso para o programa de pós-graduação foi desenvolvido a

¹ Versão aportuguesada da palavra latina *corpus*.

partir desse tema, tendo como base teórica a Análise Crítica do Discurso (ACD) e estudos sobre gênero. Entre idas e vindas, o meu projeto teve um giro de 360°.

Infelizmente, minha possível orientadora, em razão de problemas pessoais e burocráticos da própria Universidade, saiu do programa de mestrado logo quando ingressei em 2021. Por um tempo, na esperança de tê-la como orientadora, esperei para ver se ela conseguiria retornar a tempo, mas infelizmente não foi possível. O mestrado estabelece um tempo curto para a sua realização e chegou um momento que não poderia ficar mais sem um orientador. Fui inundada por angústias e desmotivações, visto que estava no segundo semestre e ainda sem nenhum orientador para me ajudar na pesquisa. Travei uma saga em busca de algum outro orientador que fosse da área de ACD, mas não obtive sucesso. Sendo assim, só tive uma única opção: repensar, refazer meu projeto de pesquisa e mudar de perspectiva teórica.

Antes do processo de recriação do meu projeto, conheci os professores Bruno Deusdará e Décio Rocha que ministraram a disciplina “Discurso e Heterotopia em Michel Foucault” quando entrei no programa em 2021. Ao longo do mestrado, tive a oportunidade de cursar outras disciplinas com os dois, algumas apenas com Décio Rocha, e conhecer melhor a perspectiva da Análise do Discurso de base cartográfica.

Em conversas com Rocha sobre a questão de orientador, ele sugeriu leituras teóricas e a ideia de refazer meu projeto seguindo a linha de pesquisa. Houve mais um porém nessa etapa: meu projeto antigo era baseado em textos visuais e o professor não trabalhava com esse tipo de material, ou seja, teria que pensar também em outro corpúsculo que fosse centrado em textos verbais.

Com a finalidade de ampliar o contato com a nova área de pesquisa, Rocha recomendou-me seu grupo de estudos para que eu tivesse contato com outros pesquisadores e pudesse amadurecer as ideias. Entrei no grupo de estudos em Análise Cartográfica do Discurso no início de 2022 e pude ter contato com outros pesquisadores que se debruçam sobre teorias e metodologias ligadas a diversos campos de interesse, principalmente em Análise do Discurso. O encontro acontece virtual e quinzenalmente às vezes semanalmente, uma das consequências da pandemia de Covid-19, que resultou na suspensão das atividades presenciais nas Universidades até meados de 2022.

Outra recomendação de Rocha foi escolher disciplinas ligadas a questões discursivas, como ocorreu com a “Análise do Discurso: princípios e metodologia de análise”, ministrada

por ele próprio. A matéria foi extremamente útil, pois pude amadurecer e praticar ideias e conceitos nas análises que propus fazer no trabalho final de curso. Houve um momento crucial nesse processo que chamarei de episódio do “contraponto”.

Para o artigo final da disciplina, era preciso produzir um *cópus* e estava tendo dificuldades em localizar os contrapontos dos termos selecionados. Eu selecionava alguns, como por exemplo, “esquerdista”, “Mídia sem máscara”, e, nas conversas com Rocha, ele sempre me dizia que faltavam os contrapontos dos termos, já que as análises propostas pareciam ser uma mera descrição do que estava sendo dito sobre os termos selecionados.

O que faltava compreender era que, ao trabalhar com análises que buscam os efeitos de sentido das expressões ou termos, é necessário localizar outros elementos textuais que expressem os contrastes desses termos, com a finalidade de enriquecer a composição da análise. O *insight* ocorreu quando li o termo “fraudemia”. Foi aí que pude compreender o que Rocha queria tanto dizer com o contraponto. O contraponto da “fraudemia”, no *website* trabalhado, era a noção de pandemia. Isso significa que a busca pelos efeitos de sentido da “fraudemia” estava ligada aos efeitos de sentido produzidos pelo seu outro, no caso a pandemia. A noção de fraudemia só ganharia sentido quando se contrapusesse à noção de pandemia, construindo um simulacro do seu outro. A ideia do contraponto nada mais é que compreender o discurso como interdiscurso, em que é atravessado, sendo preciso “colocá-lo em relação com todos os tipos de outros, que se comentam, parodiam, citam...” (MAINGUENEAU, 1997, p.172)

Quanto ao tema de um novo projeto de pesquisa de mestrado, comecei a pensar em algo que me causasse desconforto e curiosidade recentemente. Foi assim que surgiu o interesse pela expressão “sem viés ideológico” dita diversas vezes por Jair Bolsonaro. A fala causou-me uma certa inquietação desde a cerimônia de posse como Presidente da República em 2019. Os discursos enfáticos, até mesmo antes da posse enquanto candidato e deputado federal giravam em torno de lutar contra supostas ideologias e desfazer uma esquerda política que contaminava ideologicamente as instituições brasileiras. A insistência dessas falas, que também são reproduzidas pela família Bolsonaro e seus apoiadores, fez-me questionar o porquê dessa busca por uma política sem viés ideológico e o seu significado para a rede bolsonarista.

Decidi, por ora, pesquisar a expressão em postagens no *Facebook*. A escolha pelo uso da plataforma foi pelo fato de o *Facebook* ainda ser uma rede social de alto impacto, sendo considerada a

rede mais usada no mundo². Dessa forma, possui uma grande capacidade de divulgação e promoção de pensamentos e ideias de públicos diversos, por meio de postagens e mensagens feitas pública ou privadamente.

A minha pesquisa focou nas postagens públicas. Ao colocar a expressão na barra de pesquisa, múltiplos resultados apareceram, desde postagens ligadas ao bolsonarismo, passando por críticas de opositoristas à expressão e chegando até postagens que não estariam claramente ligadas a nenhum dos dois lados. Naquele momento, o meu foco era o bolsonarismo, portanto, apurei quais assuntos estariam mais ligados à expressão nas postagens na rede discursiva bolsonarista. Por conseguinte, puderam ser notados tópicos ligados à educação, ao comércio exterior, ao jornalismo, à saúde entre outros. Escolhi os dois primeiros para futuras análises, por representarem grande parte das postagens encontradas.

Apresentei minha proposta de tema ao grupo de estudos e sugeriram a ideia de trabalhar com a noção de negação polêmica de Ducrot (1987) e pensar na dimensão micro e macropolítica do discurso. Para esse propósito, debruçei-me nas leituras sobre a Teoria Polifônica de Ducrot (1987), assim como nas obras de Maingueneau (2008; 1997; 2004) sobre discurso e no livro dos professores Bruno Deusdará e Décio Rocha, *Análise cartográfica do discurso* (2021). Quanto a isso, é necessário falar rapidamente sobre a pesquisa cartográfica.

A pesquisa cartográfica é uma perspectiva que não conhecia e ainda não é tão difundida academicamente. Como todo bom desafio, fiquei repleta de dúvidas e certas dificuldades em entender esse método cartográfico e principalmente como aplicá-lo em estudos discursivos. O primeiro grande passo foi entender que a “diretriz cartográfica se faz por pistas que orientam o percurso da pesquisa sempre considerando os efeitos do processo do pesquisar sobre o objeto da pesquisa, o pesquisador e seus resultados.” (PASSOS; BARROS, 2009, p.17). Isso apontou para uma pesquisa-intervenção, já que não se baseia em um modo prescritivo de abordagem, mas sim em uma intervenção.

A busca pelos processos e etapas processuais durante uma pesquisa cartográfica e as nossas implicações nisso tudo têm o objetivo de mapear o coletivo de forças presentes. Em outras palavras, “a cartografia é um mapa aberto que se vai desenhando pelas conexões que o campo de pesquisa ofertar” (PAULON; ROMAGNOLI, 2010, p.98). O ato de acompanhar

² Disponível em: <https://www.terra.com.br/byte/facebook-nao-morreu-quem-ainda-da-forca-para-a-rede-social,810ade79c3e41b99a9c37aac9b5f6240a5ph03zm.html>

processos em uma pesquisa cartográfica deve ser compreendido como uma investigação de processos de produção de subjetividade, em que, desde seu início, há processos em curso, como os que venho expondo.

Outro processo que acessei foi a produção de *corp*us. A produção do *corp*us percorre diferentes etapas, “é por um critério baseado em contrastes que se procede a escolhas sucessivas, cujo objetivo é progressivamente delimitar o *corp*us, mantendo a inter-relação com as bases teórico-metodológicas da pesquisa.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 163). Digo produção e não coleta de *corp*us, uma vez que a minha própria vinculação como pesquisadora e o campo de investigação apontam para uma inter-relação inevitável e que deve ser trazida para a pesquisa.

Ainda sobre o *corp*us, mencionei anteriormente o que considero agora serem as primeiras etapas de produção de *corp*us: vivências e atravessamentos, mudança de projeto de pesquisa, escolha do tema e seleção de trechos da expressão ligados ao bolsonarismo para melhor compreender o universo da extrema-direita. Compreendemos a extrema-direita como uma posição política marcada pela “presença do autoritarismo, pelo ataque ao pluralismo e pela radicalização ideológica.” (SOUZA, 2023, p.27). Ademais, há a defesa de valores conservadores e liberais, com pautas no livre mercado, contra um Estado intervencionista e na liberdade individual. A extrema-direita costuma também atacar as mídias tradicionais, as instituições democráticas liberais de um país, utilizando as redes sociais como veículo de comunicação e ataques em massa.

Nesse início, havia selecionado algumas amostras para poder analisá-las com base já em algumas direções teóricas: primeiro lugar, estabelecer o significado de ideologia como qualquer posição lançada, apontando para a não neutralidade como caminho; em segundo, compreender que todo discurso é atravessado por diversos outros discursos; e por fim, buscar os pontos de vista de cada enunciador presente e as outras vozes opostas, tendo como base as noções de negação polêmica, de Ducrot (1987), e de interincompreensão, de Maingueneau (2008). Esse processo fez-me constatar que não seria um trabalho simples e que dependeria de muita leitura e reflexão sobre o material.

Os discursos são atravessados por diversos outros discursos, o que implica reunir possíveis formações discursivas em seu interior. Apoiando-me nas leituras de Maingueneau e Ducrot, constatei que, no interior do espaço interdiscursivo de algumas amostras, havia um jogo

de forças entre duas formações discursivas distintas: agir e não agir ideologicamente. A ideia de se posicionar “sem viés ideológico” apresenta o pressuposto: a verdade estabelecida é fundada na noção de que é possível agir sem ideologias, mas esse ato também não deixa de ser ideológico por afirmar que apenas o seu outro se comporte ideologicamente. Aqui temos o contraponto do sem viés ideológico: com viés ideológico. Os efeitos de sentido produzidos pelo agir sem viés ideológico estão conectados com os efeitos de sentido produzidos pelo seu outro, isto é, o agir com viés ideológico.

O pressuposto localizado evidencia um dispositivo de produção de subjetividade, exercendo uma produção de efeitos de verdade estabelecida. Há forças que atuam nesse processo de negação e é esse um dos intuitos de pesquisar sobre esse fenômeno. É com base nesse pressuposto que a tese da pesquisa é formulada: a neutralidade em termos de ideologia é falaciosa e pode ser refutada, pois, se parto da concepção de que tudo é ideológico, a neutralidade ideológica é também uma posição ideológica. Toda posição, seja negando seja sugerindo uma suposta neutralidade, é ideológica. A não posição também é uma posição, melhor dizendo, há uma posição construída a partir de narrativas de não posição. Assim, foi necessário analisar os efeitos de sentido das vozes encontradas no *cópus*.

Durante esse processo também, busquei uma fonte que pudesse analisar o termo “sem viés ideológico”. O canal é denominado *Jornal da Cidade Online*, bastante difundido entre os bolsonaristas. Analisar as amostras ligadas ao bolsonarismo foi instigante. Entre percepções equivocadas e acertos, Rocha guiou-me para que eu percebesse que apenas fazer transformações de enunciados negativos para positivos não dava acesso às vozes opostas, mas sim percepções distorcidas dos próprios locutores negativos sobre os possíveis posicionamentos de suas vozes antagônicas. Como consequência, foi preciso estipular uma hipótese, supondo perspectivas para essas vozes não acessadas.

Dadas a constatação e análises mais coerentes, Rocha sugeriu ampliar o *cópus*. Dessa maneira, graças a minha vontade de continuar a trabalhar com a expressão, pensei em utilizar a ferramenta chamada *Corpus do Português*. A ideia da ferramenta foi baseada no conhecimento prévio que tenho em Linguística de *Corpus*. Ao realizar uma disciplina chamada “Linguística de *Corpus*”, na Pós-graduação em Linguística Aplicada: Inglês como língua estrangeira, na UERJ, tive a oportunidade de experimentar o *English Corpora*, ferramenta de consulta de *corpus* linguístico em língua inglesa, e o *Corpus do Português*, para língua portuguesa. Escolhi trabalhar com a versão em português.

O Corpus do Português é um córpus linguístico americano, desenvolvido pelos pesquisadores Mark Davies e Michael J. Ferreira. A ferramenta, comumente utilizada na Linguística de Córpus, fornece um córpus de bilhões de palavras provenientes de quatro países falantes da língua portuguesa: Brasil, Portugal, Angola e Moçambique. O córpus é dividido em três compilados linguísticos: córpus gênero/histórico, com 45 milhões de palavras que compreende textos históricos e gêneros textuais dos séculos XIII até XX; córpus *web/dialects*, com um bilhão de palavras de páginas da *web*, contendo 50% de *blogs* e 50% de conteúdo geral; e o NOW (*News on the Web*), córpus baseado em jornais e revistas entre 2012 e 2019, com cerca de 1.1 milhão de palavras.

Os trechos dessa segunda etapa de análises foram produzidos utilizando o córpus NOW. A busca centrou-se na amostra da expressão “sem viés ideológico” em manifestações anteriores à apropriação dela por Bolsonaro e seus seguidores a partir da sua posse. O córpus produzido apontou para outros locutores e a pesquisa buscou localizar os efeitos de sentido produzidos em seis trechos de matérias brasileiras que vão de 2014 a 2018.

Após a minha qualificação de mestrado, cuja banca foi composta pelo meu orientador Décio Rocha, e as professoras Maria Del Carmen Daher e a Monica Houri, diversas sugestões necessárias foram feitas, como mudanças no título, rever algumas análises e o sumário. Rocha, por exemplo, sugeriu também a inclusão do debate realizado em um artigo, como foi dito anteriormente, sobre os efeitos de sentido produzidos pelas duas designações, “*fraudemia*” e “*pandemia*”, utilizadas no canal Mídia Sem Máscara.

Essas designações referem-se à descrição do mesmo período histórico: a crise sanitária instalada a partir de 2020. O universo abordado é o do fenômeno causado pelo novo coronavírus, conhecido como Covid-19, que, devido à rápida disseminação mundial do vírus, foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como *pandemia* em 2020. Com isso, várias medidas foram feitas para diminuir a contaminação, como *lockdown*, distanciamento, passaporte sanitário, máscara e vacina, resultando em conflitos entre grupos favoráveis e contrários às medidas. O interesse por esse tema surgiu a partir de reflexões sobre o bolsonarismo para a minha pesquisa de mestrado. Graças a isso, descobri também o canal Mídia Sem Máscara, criado por um dos gurus do clã Bolsonaro, Olavo de Carvalho.

O embate histórico e social entre os grupos favoráveis e contrários desencadeou diferentes efeitos de sentido em relação ao período mencionado, como os termos “*pandemia*” e “*fraudemia*”. Esse tema demonstra relevância não apenas academicamente, como também

socialmente. Analisar os embates gerados faz com que tenhamos acesso a uma dimensão política, ou seja, “a um jogo de forças sócio-historicamente construído e que ganha densidade na espessura textual.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.165).

Mídia Sem Máscara é um *website* conservador e conspiracionista, criado em 2002 por Olavo de Carvalho. Segundo o canal, é “destinado a publicar as ideias e notícias que são sistematicamente escondidas, desprezadas ou distorcidas em virtude do viés esquerdista da grande mídia brasileira.”³. Os colaboradores do canal atuam em diversas áreas como advocacia, jornalismo entre outros, e “apresentam em seu discurso elementos da mentalidade fascista (teorias conspiratórias, aversão à diversidade política e étnico cultural, construção de inimigos internos e externos)”. (CRUZ, 2019 p.218).

Os posicionamentos em embate produzem mundos com experiências distintas, por meio de ações pela linguagem sobre o real. Os diferentes mundos representam a construção de significação sobre o mesmo objeto, no caso, a crise sanitária. Para trabalhar com esses discursos, foram construídos dois recortes discursivos diferentes, ambos retirados de publicações do Mídia Sem Máscara entre o período de 2020 a 2022. No primeiro recorte constam fragmentos de seis trechos de matérias com a designação “fraudemia”. No segundo, constam sequências de outros seis trechos de matérias com a designação “pandemia”. Há também a proposta de localizar a posição do canal frente ao acontecimento sanitário a partir da averiguação dos títulos das manchetes sobre o tema.

Revisitando as minhas análises iniciais sobre o termo “sem viés ideológico”, pensei em algo que pudesse me ajudar a localizar as vozes dos enunciadores. Cheguei à conclusão que, ao localizar a ideia principal, a justificativa dos discursos e utilizar inferências, seria um caminho interessante para compreender melhor as posições dos enunciadores e os efeitos produzidos pelo termo. A minha estratégia de análise baseou-se, então, em interpretar os sentidos de cada exemplo, de forma mais individual, para compreender as posturas dos enunciadores. A partir disso, pôde-se analisar e avaliar melhor a expressão, compreendendo o seu funcionamento e sua implicação no mundo. Refiz todas as análises seguindo essa perspectiva e acabei definindo as perguntas da pesquisa: como se constroem os posicionamentos dos enunciadores e quais são os efeitos de sentido dos termos trazidos.

³ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/quem-somos/>

A minha pesquisa ganha novos ares, descentralizando-se do termo “sem viés ideológico”. Agora, propus mapear o território bolsonarista a partir de outros temas que configuram mais polarizações como serão apresentados a seguir. O canal *Jornal da Cidade Online* foi importante nesse processo de mudança, assim como o debate sobre “fraudemia”.

Ao ler uma matéria sobre os ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023, tive a ideia de ver a tendência discursiva dos bolsonaristas sobre o ocorrido. Recorri ao canal em questão e vi diversas matérias sobre o assunto. Algumas continham o termo “golpe” aspadados e outras versões como “golpe de Estado”, “tentativa de golpe” e assim por diante. Selecionei trechos para uma tentativa de análise e, no final, os adicionei no *cópus*. O interesse pelo *website* aumentou e resolvi navegar por mais tempo. Naquela ocasião, o tema sobre democracia surgiu ao ler uma matéria que constava o termo também entre aspas. Dessa maneira, termos como “democracia relativa”, referente à fala de Lula sobre a Venezuela, e “oclocracia” chamaram a minha atenção. Para finalizar a construção do *cópus*, busquei trechos de matérias sobre os termos anteriormente citados e propus analisá-los, tendo em vista as perguntas da pesquisa.

Sendo assim, a pesquisa ficou organizada em três capítulos. O primeiro representa uma parte da fundamentação teórico-metodológica. Ele explora noções como as da cartografia, primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão propostos por Maingueneau (2008), negação polêmica juntamente com a teoria polifônica de Ducrot (1987), a atualização do conceito de polifonia feita por Carel e Ducrot (2010) e uso das aspas como estratégia argumentativa e linguística de Authier-Revuz (2004). Recorre-se a pistas presentes em *Pistas do método da cartografia* de Passos, Kastrup e Escóssia (2009) como parte da metodologia, assim como se reforça o viés da pesquisa em *Análise Cartográfica do Discurso*, de Rocha e Deusdará (2021).

O capítulo 2 representa a segunda parte da fundamentação teórica. Nele, são trabalhadas noções de ideologias partindo de autores marxistas até chegar ao campo da análise do discurso. Os autores marxistas trazidos foram Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Althusser. Fora do campo marxista e entrando na análise do discurso, Foucault e Orlandi (2005) são apresentados. Em virtude do debate estabelecido, é estipulada a noção de ideologia utilizada na pesquisa.

Por fim, o capítulo 3 é dedicado às análises dos *cópus* e foi dividido em seis subseções, em que cada uma trata de uma designação própria, a fim de mapear o território bolsonarista, trazendo seus posicionamentos e efeitos de sentido. A primeira refere-se à “fraudemia” e retrata o período pandêmico de Covid-19, assim como ocorre com a segunda designação, “pandemia”,

cujos trechos foram retirados do Mídia Sem Máscara. A terceira, “sem viés ideológico”, foi produzida a partir de recortes de postagens de bolsonaristas no *Facebook* e trechos de matérias do *Jornal da Cidade Online* sobre temas como educação e comércio exterior. Além disso, é composta por trechos em fontes diversas que representam posições anteriores a Bolsonaro. A quarta designação envolve “golpe” e suas variantes, sendo relacionadas aos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, ataques nas instituições do governo Federal em Brasília. A quinta ilustra a “democracia relativa”, remontando a fala de Lula ao defender Venezuela como regime democrático em uma entrevista de rádio em 2023. A sexta, a “oclocracia” pertence à visão bolsonarista acerca da democracia brasileira. As últimas três designações foram produzidas com base em trechos de matérias do *Jornal da Cidade Online*.

1 CARTOGRAFIA E PERSPECTIVAS DISCURSIVAS

O capítulo 1 traz uma introdução à cartografia e apresenta algumas perspectivas discursivas. Para isso, recorreu-se a obras como o primeiro volume de *Pistas do método da cartografia*, de Passos, Kastrup e Escóssia (2009) e *Análise cartográfica do discurso*, de Rocha e Deusdará (2021). Pretende-se também explorar conceitos como o primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão em Maingueneau (2008). Por fim, outros elementos teóricos necessários para as análises encontram-se na teoria polifônica de Ducrot (1987), juntamente com a noção de negação polêmica, a atualização do conceito de polifonia feita por Carel e Ducrot (2010) e a utilização das aspas como recurso argumentativo, com Authier-Revuz (2004).

1.1 Introdução à Cartografia

A orientação da pesquisa é voltada para a perspectiva cartográfica. Isso significa que mesmo não sendo uma abordagem tradicional, ela se orientará por pistas, traçando em seu percurso suas metas. O primeiro volume da obra *Pistas do método da cartografia*, de 2009, elenca oito pistas que tornam necessário o trabalho cartográfico na área dos autores. Dentre essas pistas, serão apresentadas aquelas que considero que mais dialogam com a pesquisa, como as pistas 1, 2, 3, 5 e 8.

A pista 1 discute a inseparabilidade entre pesquisar e intervir. Em outras palavras, “a intervenção sempre se realiza por um mergulho na experiência que agencia sujeito e objeto, teoria e prática, num mesmo plano de produção ou de coemergência - o que podemos designar como plano de experiência.” (PASSOS; BARROS, 2009, p.17)

Essa ideia aponta para uma recusa à neutralidade do ato de pesquisar, já que também se pretende analisar as implicações do pesquisador e da própria pesquisa, acompanhando os efeitos produzidos. “Cabe ao cartógrafo acompanhar os processos de emergência da experiência.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 207)

A referida pista foi selecionada justamente por representar uma forte crítica à neutralidade, seja do ato de pesquisar, seja do sujeito enquanto ser social e político. Essa posição representa um dos principais pressupostos da pesquisa em questão, a recusa à neutralidade.

Uma pesquisa-intervenção leva em conta os jogos de forças que atravessam o campo, o objeto e o pesquisador. Se a pesquisa segue determinados percursos teóricos, partindo de uma perspectiva, recusando ou adotando certos procedimentos e convenções, é porque eu como pesquisadora é quem tomo posição e guio a pesquisa seguindo minha visão ideológica. Isso já é uma demonstração da minha tomada de posição e postura, invalidando a tese de neutralidade como ação. A não tomada de posição também representa implicitamente uma posição defendida.

Em outras palavras, as escolhas teóricas feitas aqui, assim como a pesquisadora com as suas vivências e visões de mundo, a construção do *cópus*, a própria escrita, as análises propostas não são neutras, isentas de tomadas de posições como é defendida em uma pesquisa acadêmica. Cada passo da pesquisa, o que inclui também os momentos anteriores ao seu desenvolvimento, resulta em intervenção. É necessário pontuar que a crítica estabelecida pela pista não propõe rompimento com normas acadêmicas ou adoção de relativismos absolutos como guia para pesquisas. Toda pesquisa segue parâmetros estabelecidos, devendo obedecer a lógicas argumentativas e teóricas. Assim, não há nada de neutro nisso.

Outro ponto essencial do ato de cartografar é exposto na pista 2. A pista aponta que não há coleta de dados, mas sim uma produção em uma pesquisa. A produção ocorre desde o início da pesquisa, incluindo as leituras feitas, e “continua com as etapas posteriores, atravessando as análises subsequentes dos dados e a escrita dos textos, continuando ainda com a publicação dos resultados.” (BARROS; KASTRUP, 2009, p.48). A mudança da noção de coletar para produzir abandona a neutralidade e o apagamento da vinculação do pesquisador e seu campo de estudo. “Funda-se, assim, em uma atitude que não separa o conceitual do metodológico, o teórico do prático.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p. 151)

O *cópus* da pesquisa foi construído ao longo desses três anos de mestrado e explicita bem o motivo de não ter sido coletado, mas sim produzido: os processos de acesso vão sendo desenhados durante as leituras, materiais pesquisados, sugestões de terceiros, reescritas, questionamentos entre outros. Essa posição afasta a ideia de um *cópus* que já tenha sido previamente estabelecido, “coletado” para análises.

Todo o trabalho cartográfico passa por uma série de gestos de atenção do cartógrafo, como aponta também a pista 2. Os gestos de atenção são: o rastreio, que pretende fazer uma

varredura do campo; o toque “(afetação da atenção no nível das sensações por uma matéria-força); o pouso (definição de um novo território recortado, então, pela percepção); o reconhecimento atento (concessão do tempo necessário para se acompanhar o processo anteriormente recortado).” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.204)

Ao longo da pesquisa, alguns gestos de atenção aconteceram. Pode ser citado um dos primeiros que foi fazer uma varredura de campo naquilo que me chamou atenção nos discursos bolsonaristas, como é o caso da expressão “sem viés ideológico”, muito antes de iniciar o mestrado. Nessas varreduras, outro acontecimento chamou atenção, como os termos “fraudemia” e “pandemia” no canal *Mídia Sem Máscara*. E não parou por aí. Ao navegar pelo *site* *Jornal da Cidade Online*, outros termos provocaram curiosidades como “oclocracia”, “democracia relativa” e “golpe” e se juntaram na produção do *cópus*.

O envolvimento com o universo bolsonarista me instigou e fez com que eu ampliasse temas, permitindo fazer mapeamentos. Logo em seguida, o próximo gesto surgiu ao avistar problemas como “o que querem dizer com algo sem ser com viés ideológico”, quais seriam os sentidos e os posicionamentos dos enunciadores de “fraudemia”, “pandemia” e os outros termos nos contextos localizados. Como consequência, surgem problematizações e análises, frutos do gesto de reconhecimento automático e atento.

A cartografia também investiga as implicações e o acompanhamento dos processos de produção ao longo da pesquisa, como ocorre na pista 3. “O objeto-processo requer uma pesquisa igualmente processual e a processualidade está presente em todos os momentos- na coleta, na análise, na discussão dos dados e também, como veremos, na escrita dos textos.” (BARROS; KASTRUP, 2009, p.59)

Os processos acontecem como percursos que se conectam como redes ou rizomas. A tecedura dos fios das redes não “se faz de maneira só vertical e horizontal, mas também transversalmente.” (PASSOS; BARROS, 2009, p.27). A ideia de rizoma na cartografia é proposta por Guattari e Deleuze, em *Mil Platôs* vol.1 (1995), e tem como princípio a não linearidade, sendo acêntrico: “é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente.” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.21)

A pista 3, assim, aponta a importância da investigação e acompanhamento dos processos da pesquisa, por meio dos passos dados ao realizar a cartografia. Cada passo da pesquisa acontece graças a reflexões, questionamentos, leituras, revisões, referencial teórico, entre outros. Para exemplificar, um dos passos do processo da pesquisa foi o de conhecer o campo

da pesquisa, no caso, o universo bolsonarista. Com base nisso, navegar, visitar e se aproximar do território é preciso, utilizando também a atenção do trabalho cartográfico, como foi visto na pista 2.

O processo de pesquisa começou até antes da escolha desse campo. A minha entrada no mestrado tinha como finalidade estudar a hipersexualização imagética das super-heroínas sob o prisma da análise crítica do discurso. Como não pôde ser possível, outro passo ocorreu, mudando a abordagem teórico-metodológica e o tema. Dessa maneira, o processo de produção de dados, a sua maturação e escrita ocorreram por meio de passos.

A pista 5 aponta a necessidade de acessar o plano coletivo de forças. A noção proposta para coletivo não se remete à tradicionalmente utilizada na dicotomia social e individual. Essa oposição é substituída e entendida a partir de dois planos: o das formas, que organiza, representa a realidade, e o das forças, que entram em relação, como movimento, repouso, entre outros. “O desafio da cartografia é justamente a investigação de formas, porém, indissociadas de sua dimensão processual, ou seja, do plano coletivo das forças moventes.” (ESCÓSSIA; TEDESCO, 2009, p.99). Acessar o plano de forças é acompanhar a processualidade dos objetos e sujeitos. A cartografia é uma prática que visa construir esse plano que agencia a pluralidade de articulações, por exemplo, entre o pesquisador e seu campo de pesquisa, o objeto e suas implicações políticas. A dimensão processual já foi abordada anteriormente.

A pista 8 versa sobre a política de narratividade. Essa política expõe a necessidade de compreender a narrativa como procedimento metodológico, que busca contar os processos de pesquisa. “Podemos pensar a política da narratividade como uma posição que tomamos quando, em relação ao mundo e a si mesmo, definimos uma forma de expressão do que se passa, do que acontece.” (PASSOS; BARROS, 2009, p.151). A narratividade é presente na pesquisa, principalmente na Introdução, onde os processos da pesquisa são mais aprofundados.

A adoção da narrativa implica uma mudança na maneira de pesquisar, definindo seu caráter político também. Político não se prende à figura do Estado, seus representantes e partidos, mas sim como “forma de atividade humana que, ligada ao poder, coloca em relação sujeitos, articula-os segundo regras ou normas não necessariamente jurídicas e legais.” (PASSOS; BARROS, 2009, p.151)

Em uma análise cartográfica voltada para o discurso, “fazemos um percurso dos estudos discursivos com base em pistas deixadas pela cartografia e inventamos um itinerário nosso para revisitar a AD, o que significa dizer que não há uma única versão do projeto que denominamos

AD, ou seja, são múltiplas as suas histórias.” (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.14). Incluir a perspectiva da cartografia nos estudos do discurso implica levar em consideração não só as pistas, como algumas mencionadas anteriormente, mas também partir da perspectiva do discurso como prática discursiva e suas manifestações nos primados do interdiscurso:

Como, em AD, sustentamos que um discurso é constituído pelo atravessamento nem sempre visível e apreensível de outros discursos, e que os textos são expressão material e provisória de embates sócio-históricos, não pode haver uma metodologia de trabalho sobre o linguístico que não passe pela constante restituição dessa dimensão global dos discursos, manifestada pelos primados do interdiscurso e da prática discursiva. (DEUSDARÁ; ROCHA, 2021, p.121)

1.2 O primado do interdiscurso e a polêmica como interincompreensão em Maingueneau

Maingueneau (2008) compreende o primado do interdiscurso como um atravessamento de discursos, ou seja, “uma heterogeneidade constitutiva, que amarra, em uma relação inextricável, o Mesmo do discurso e seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2008, p.31). Todo discurso, nessa concepção, aponta para outros discursos.

Um discurso constrói sentido na relação que se estabelece com um outro. Nessa perspectiva, Maingueneau (2008) afirma que há um discurso “segundo” que se constitui a partir de um “primeiro”, isto é, o discurso primeiro demonstra ser o outro do discurso segundo. O discurso segundo não necessariamente deriva de apenas um discurso, podendo derivar de vários até, mas sempre será derivado de discursos anteriores. A presença do outro, do discurso primeiro “é o que faz sistematicamente falta a um discurso, é aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.” (POSSENTI, 2003, p.146)

A ideia de interdiscurso é interessante para a pesquisa, pois, quando se reflete sobre a expressão “sem viés ideológico”, consegue-se localizar possivelmente o discurso “primeiro”, o seu outro, a posição que está com viés ideológico. O “com viés ideológico” é parte integrante do discurso primeiro, é o outro do discurso que fornece material para que o discurso segundo se estabeleça, nesse caso, se opondo ao outro. Algo semelhante ocorre com as palavras “fraudemia” e “pandemia”, em que a segunda seria o discurso inspirador para a construção da posição “fraudemia”, a fraude da pandemia. A importância de “reconhecer este tipo de primado do interdiscurso é incitar a construir um sistema no qual a definição da rede semântica que

circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro.” (MAINGUENEAU, 2008, p. 35-36)

A próxima noção importante para as análises é a da polêmica como interincompreensão. A interincompreensão aponta que todo discurso possui uma série de semas que se divide em dois registros: um com semas positivos, que reivindicam uma posição discursiva, e outra com semas negativos, que a rejeitam. Maingueneau (2008) afirma que a cada

posição discursiva se associa um dispositivo que a faz interpretar os enunciados de seu Outro traduzindo-os nas categorias do registro negativo do seu próprio sistema. Em outras palavras, esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que dele constrói. (MAINGUENEAU, 2008, p.99-100).

É no interior do espaço discursivo que acontecem os embates de forças entre as formações discursivas distintas. Cada posição opera com base em uma semântica global própria, fazendo com que existam “traduções” semânticas, ou seja, processos de interincompreensões. Estabelece-se, assim, uma relação polêmica. Seguindo essa linha, uma das formas pelas quais o discurso ganha sentido é a partir da construção de simulacros do outro. Há aqui mais um conceito necessário, o de simulacro. Um discurso se relaciona com o outro por meio de um simulacro, uma “tradução” caricata dos enunciados que supostamente seriam do outro.

Quando locutores utilizam a expressão “sem viés ideológico”, os seus enunciadores posicionam os discursos negativamente, rejeitando as suas versões positivas, ou seja, opondo-se ao seu outro, que se posiciona com viés ideológico. Quando me refiro à expressão como representante de um discurso negativo, baseio-me na minha perspectiva ao entender a preposição “sem” como indício de posição negativa. Os locutores não compreendem a expressão como algo negativo, mas sim um posicionamento positivo com o qual concorda. Sendo assim, optei por classificar a expressão como negativa e sua versão oposta como positiva. Em mais um exemplo sobre construções de simulacros, há as designações “fraudemia” e “pandemia”, em que a primeira só ganha sentido a partir da sua relação com a noção de pandemia, estabelecendo leituras do outro de forma caricata, no intuito de construir sua voz oposta.

1.3 Teoria Polifônica de Ducrot

A teoria Polifônica da Enunciação de Ducrot (1987) objetiva compreender o que é feito pela fala, não se tratando mais “do que se faz quando se fala” (DUCROT, 1987, p.163). Em sua obra *O dizer e o dito* (1987), Ducrot entende os enunciados como representantes de atos da linguagem, como é o caso dos aspectos argumentativos e os ilocutórios, a fim de produzir efeitos de sentidos. Para compreender esses efeitos, é necessária a identificação e, posteriormente, a descrição da enunciação, que está vinculada aos enunciados.

Um dos principais postulados de Ducrot para a formação da sua teoria baseia-se no conceito de polifonia. Ele parte do entendimento de que não existe unicidade de sujeito, mas sim uma presença de diversas vozes que perpassam os enunciados. Para compreender melhor o processo de polifonia, é preciso distinguir dois personagens presentes na enunciação, o locutor e o enunciador.

O locutor é “um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar a responsabilidade desse enunciado”. (DUCROT, 1987, p.182). Ele costuma ser referido com o pronome de primeira pessoa no singular ou plural, como também, mesmo marcado por *eu*, pode distinguir-se do autor empírico do enunciado, isto é, o produtor. Ducrot exemplifica esse personagem com a seguinte situação: o filho entrega uma circular da escola que necessita da assinatura do responsável para autorizar o aluno a fazer determinada atividade. Nesse caso, o locutor seria o responsável, que, a partir do momento que assinou, assumiu a responsabilidade proposta no documento e é também o ser designado que autoriza, pela marca da primeira pessoa, o filho. Já o autor empírico fica a cargo da escola.

Outro personagem a ser falado é o enunciador. Ele representa a segunda forma de polifonia e é a parte que interessa para a análise do cópuz. O enunciador é considerado o ponto de vista da enunciação dos acontecimentos. “O enunciador representa, de certa forma, frente ao “locutor”, o que o personagem representa para o autor em uma ficção.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 77). Nas palavras de Ducrot:

Chamo “enunciadores” estes seres que são considerados como se expressando através da enunciação, sem que para tanto se lhe atribuam palavras precisas; se eles “falam” é somente no sentido em que a enunciação é vista como expressando seu ponto de vista, sua posição, sua atitude, mas não, no sentido material do termo, suas palavras. (DUCROT, 1987, p. 192)

A ideia de polifonia é essencial para a pesquisa, pois pretende-se compreender os efeitos de sentido produzidos nos discursos trazidos. Todo discurso, para o autor, é uma sequência de enunciados e, por isso, perpassado por diversas vozes. Cada voz representa uma tomada de

posição, já que é necessário partir de uma perspectiva, um ponto de vista para estabelecer a sua argumentação.

Os pontos de vista deixam rastros linguísticos nos enunciados, mostrando que os seus lugares, as suas posições estruturam o processo de argumentação. Assim, a noção de enunciador, ou seja, aquele que representa o ponto de vista dos acontecimentos relatados, é demasiadamente necessária para a busca dos efeitos de sentido dos enunciados em um discurso, uma vez que as vozes ajudam na construção desses efeitos nos enunciados.

A compreensão dos sentidos estabelecidos nos enunciados em que constam os termos “sem viés ideológico”, “pandemia” e “fraudemia” passa pela descrição da enunciação e pela identificação de seus enunciadores, localizando a perspectiva de cada enunciação.

1.3.1 Negação polêmica

Nas suas teorizações sobre polifonia, Ducrot (1987) debruça-se também nos enunciados negativos como objetos de estudo. O autor defende que grande parte dos enunciados produzidos pode revelar posições, pontos de vistas opostos, ou seja, com perspectivas positiva ou negativa, quando descritos. Em outras palavras, a enunciação “é analisável como encenação do choque entre duas atitudes antagônicas, atribuídas a dois ‘enunciadores’ diferentes: o primeiro personagem assume o ponto de vista rejeitado e o segundo, a rejeição do ponto de vista.” (MAINGUENEAU, 1997, p. 80) A partir disso, Ducrot aprofunda a questão ao sugerir três tipos de negação: metalinguística, descritiva e polêmica.

O primeiro caso é uma negação “que contradiz os próprios termos de uma fala efetiva à qual se opõe.” (DUCROT, 1987, p. 203). Essa negação funciona como uma explicação, como no exemplo trazido por Ducrot: “Pedro não parou de fumar; de fato, ele nunca fumou na sua vida” (p. 204). Nesse caso, o enunciado negativo “Pedro não parou de fumar” não pressupõe que Pedro fumava antes, mas que, no contexto, só seria possível como uma explicação, talvez uma resposta graças ao que vem depois “de fato, ele nunca fumou na sua vida”.

A segunda negação corresponde a uma derivação da próxima categoria, a polêmica, cujo enunciado negativo não tem um viés conflitual ou opositivo, como é o caso do exemplo dado por Ducrot: dizer “Pedro não é inteligente” “é atribuir-lhe a (pseudo) propriedade que

legitimaria opor-se a um enunciado que tivesse afirmado que ele é inteligente.” (DUCROT, 1987, p. 204)

Por fim, na negação polêmica, que será útil na análise da expressão “sem viés ideológico”, o enunciado negativo faz oposição não a locutores, mas sim a um enunciador que terá um ponto de vista diferente. Em mais um exemplo do autor, “Pedro não é gentil” aponta para um Enunciador 1 positivo que defende que “Pedro é gentil”, e um Enunciador 2 que faz a oposição, refuta a posição anterior. Essa negação corresponde a grande parte dos enunciados negativos. Pode-se dizer que

o elemento positivo que considero subjacente ao enunciado negativo não é um enunciado (isto é, uma sequência de palavras), imputável a um *locutor*, mas uma atitude, uma posição tomada por um *enunciador* tendo em vista um conteúdo, quer dizer, uma entidade semântica abstrata. (DUCROT, 1987, p.205)

A teoria polifônica da negação polêmica dá conta de análises de enunciados simples, quando o ponto de vista antagônico é facilmente encontrado ao transformar os enunciados em suas versões afirmativas, sem grandes mudanças nas estruturas. Contudo, foi possível notar que esse processo de análise seria um desafio em enunciados mais complexos, como é o caso dos exemplos a partir da expressão “sem viés ideológico”. A preposição “sem” será considerada como mecanismo de negação polêmica, já que possui um sentido negativado.

O desafio consiste na dificuldade de fazer o enunciado positivo ter sentido sem mudanças nas suas estruturas. Não é suficiente apenas transformar os enunciados negativos em positivos. Exemplificando, no enunciado negativo “um bom professor não faz nenhum tipo de doutrinação e leciona sem viés ideológico!”, a sua versão positiva seria “um bom professor faz algum tipo de doutrinação e leciona com viés ideológico!”. A transformação permite identificar o ponto de vista que o locutor negativo acredita ser a crença do outro. Em outras palavras, o ponto de vista subjacente (“um bom professor faz algum tipo de doutrinação”) é o que o locutor negativo (E2) pensa ser a crença do locutor positivo (E1). Além disso, para o E2, falar sobre o social é “fazer doutrinação”. Com essa simples transformação, consegue-se identificar o simulacro da outra voz oposta, mas um simulacro não expõe como possivelmente pensa o outro.

Então, foi preciso fazer certas adaptações nas estruturas desse enunciado positivo para que se oponha à posição do enunciador negativo: “um bom professor entende que falar do social é necessário e que lecionar não se isenta de ideologias!”. O ponto de vista do outro compreende que um bom professor precisa lidar com certas temáticas sociais em sala de aula e isso não o torna doutrinador. Essa mudança corresponde ao que será chamado de enunciador

antagonizado. O enunciador antagonizado é uma hipótese formulada a respeito da voz do outro, uma vez que não há acesso direto à sua voz.

No caso mencionado, o locutor negativo acredita que abordar certos assuntos ligados a temáticas sociais é doutrinar, ou seja, é lecionar com e sobre ideologias. Por isso, ele pretende assumir para si uma posição isenta ideologicamente, pois acredita ser possível. Nessa questão, há aqui o pressuposto do E2: a sua suposta isenção ideológica também é uma posição ideológica, já que todas as posições, inclusive aquelas que negam ser ideológicas, são ideológicas. Todos os campos de disputa de forças são perpassados por ideologias. Sendo assim, debater ou não certos assuntos considerados tabus sempre será agir ideologicamente.

A partir dessas adaptações, foram encontradas três posições: a primeira, o enunciador negativo, é o ponto de vista do locutor negativo sobre os assuntos em questão; a segunda, o enunciador positivo, é o próprio pré-julgamento desse locutor negativo acerca da voz oposta à sua, um simulacro do discurso do outro; e a terceira, o enunciador antagonizado, é o ponto de vista que seria sustentado pelo outro, ou seja, a voz oposta do locutor negativo.

1.3.2 Nova abordagem polifônica

Carel e Ducrot, no artigo *Atualização da Polifonia* (2010), visam modificar e reformular a ideia central da Teoria da Polifonia, desenvolvida em *O dizer e o dito* (1987), e articular a polifonia à Teoria dos Blocos Semânticos (TBS), esta que é uma das formas recentes da Teoria da Argumentação na Língua (TAL). Na versão anterior, para compreender a significação, isto é, o processo de análise dos sentidos dos enunciados, era preciso passar pela identificação e descrição. Na reformulação, a busca pelo sentido é desenvolvida a partir de três etapas: “indicação de um conteúdo, a atitude do locutor frente a esse conteúdo e, enfim, a especificação de uma instância dita “enunciador”.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 15).

Os autores partem da ideia de que há três atitudes que o locutor pode tomar frente ao conteúdo. A primeira é *assumir* o conteúdo, “fazendo de sua comunicação o objeto do enunciado, isto é, no quadro de uma linguística argumentativa, articulando-o a outro discurso.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 16). Essa atitude levava a crer que o locutor era a origem do conteúdo, porém, o locutor pode assumir também uma posição de não origem.

A segunda atitude refere-se ao *concordar*, em especial aos conteúdos pressupostos, isto é, “consiste simplesmente em pôr esse conteúdo fora do discurso, recusando-se a fazer dele um objeto possível de discussão.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 16). Como exemplo, é citado o seguinte caso: para explicar um comportamento ansioso, nervoso de alguém, lança-se a hipótese “*ele deve ter parado de fumar recentemente*”. Nesse caso, pressupõe-se que foi fumante. Isso não implica nenhuma opinião admitida, em que a pessoa seria uma fumante por estar nervosa. “Se o locutor desse enunciado se refere a uma opinião admitida, é aquela segundo a qual a renúncia ao tabaco, em geral, é psicologicamente difícil de suportar.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 16).

A *exclusão* é considerada a terceira atitude. “É a atitude do locutor de um enunciado negativo “não X” frente ao conteúdo de X (supomos admitida, para falar de exemplos desse tipo, a concepção dita “polifônica” da negação).” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 16). Essa atitude mostra que, para explicitar a exclusão, há uma certa indicação da responsabilidade de X, apontando não poder tratar do locutor do enunciado negativo (“não é possível opor-se a si mesmo”). Porém, os autores demonstram que “nada parece impedir que alguém declare a falsidade de suas próprias crenças, nem somente de uma crença que tenha tido outrora, mas de uma crença que se tem agora no momento em que se fala e que comanda a palavra – cf. Vigny, *Stello*, capítulo 5: *eu não sou sempre de minha opinião*.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 17).

Diante disso, a próxima questão apontada é sobre o motivo de Carel e Ducrot retirarem o conteúdo do enunciado do enunciador, isto é, o motivo de deixarem de ver o enunciador como ponto de vista. Os autores citam duas razões para isso.

A primeira está em nível epistemológico. Por adotarem uma epistemologia antirreferencialista, não é possível admitir “objetividade de dados concernentes ao aparelho enunciativo – o que seria inevitável se os enunciadores fossem vistos como seres individuais, fontes ou origens dos conteúdos.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19). Assim, não há como atribuir um caráter representacional aos enunciadores.

A segunda razão para a reformulação está no fato de que “o que importa semanticamente não é a identidade individual dos enunciadores, o fato de que se trata desse ou daquele estar presente na situação de discurso, mas o modo particular pelo qual eles preenchem o papel geral que lhes é conferido.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 19). O papel, aqui referido, é sobre as “garantias”, denominando como “Pessoas” o tipo de garantia a que ele recorre. Esse termo, “Pessoa” substituirá os termos como enunciador ou responsável. Para justificar essa nova

posição, os autores relembram alguns exemplos conhecidos e, a partir deles, elencam quatro tipos de pessoas: ELE ou TERCEIRO, Locutor, Mundo e Testemunho, proposta de Lescano.

Ele, enquanto pessoa, possui uma função de garantia dos conteúdos, ou seja, uma garantia de uma instância outra do seu locutor, como no exemplo citado “*segundo o crítico do Monde, o último Woody Allen fracassou totalmente*”. Considera-se o Locutor quando este seja responsável pelo conteúdo, tendo função de garantia, como ocorre na interjeição “Ai!”. Já em o Mundo, o enunciado possui um tom factual, em que algo é dito, porque “as coisas são assim” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 20), como em “O tempo está bom”. Por fim, a Testemunho refere-se a um tipo de narrativa, “daquelas atribuídas, explicitamente, a um narrador (“eu”) que, de um lado, é um dos personagens da história contada e, de outro, é apenas um personagem secundário: ele percebeu uma parte ou a totalidade da história, sem propriamente, falar, intervir nela.” (CAREL; DUCROT, 2010, p. 20)

Dessa forma, a nova noção de polifonia adiciona uma terceira instância na significação, não podendo ser do tipo referencial e muito menos ser relacionada a indivíduos. As outras duas etapas dizem respeito a atitudes do locutor e a indicação dos conteúdos.

A pesquisa se fundamentará na noção antiga de polifonia, ou seja, na busca da significação por meio dos processos de identificação, principalmente dos enunciadores, e de descrição, a atitude frente as posições identificadas. Para isso, é necessário manter a definição de enunciador enquanto fornecedor de ponto de vista, o que não acontece com a reformulação do processo de significação proposta por Carel e Ducrot. Os autores não associam mais o ponto de vista com o enunciador e decidem abandonar o processo de descrição do enunciador.

1.4 A utilização das aspas como recurso argumentativo

De acordo com as gramáticas tradicionais, as aspas são comumente vistas como um recurso gráfico, sinal de pontuação, cuja finalidade é destacar alguma parte do texto, seja na forma de citação, seja marcando estrangeirismos, neologismos ou gírias. Saindo do campo gramatical, Authier-Revuz (2004) propõe outra visão acerca das aspas. A perspectiva adotada busca analisar o uso de aspas sob um olhar linguístico, mais precisamente sob o campo da heterogeneidade enunciativa.

Authier-Revuz (2004) afirma que as aspas exprimem um distanciamento na escrita, apontando para uma exterioridade discursiva e um lugar de tensão.

As aspas se fazem “na borda” de um discurso, ou seja, marcam *o encontro com um discurso-outro*. São um balizagem dessa zona de demarcação mediante a qual, através de um *trabalho* sobre suas bordas, um discurso se constitui em relação a um exterior. (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.229)

Tendo em vista essa ideia, a autora debruça-se nas aspas de conotação autonímica. Estas “são a marca de uma operação metalinguística *local* de distanciamento: uma palavra durante o discurso, é designada na intenção do receptor como o objeto, o lugar de uma *suspensão de responsabilidade*”. (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.219)

O distanciamento como suspensão de responsabilidade permite a produção de uma reflexão sobre o dizer, resultando em “um comentário crítico, no próprio curso de sua produção. Essa atitude manifesta uma aptidão: ela coloca o locutor em posição de juiz e dono das palavras, capaz de recuar, de emitir um julgamento sobre as palavras no momento em que as utiliza.” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.219).

A suspensão da responsabilidade, provocada pelo uso das aspas, sugere questionamentos do que se fala, evidenciando a presença da voz do outro. O uso das aspas, nessas situações, demonstra jogos polissêmicos no interior dos enunciados. Em outras palavras, as “palavras aspeadas são palavras assinaladas como “deslocadas”, “fora de seu lugar”, pertencendo e adequando-se a um outro discurso.” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.221)

Em sua obra intitulada *Entre a transparência e a opacidade*, Authier-Revuz (2004) nomeia e descreve alguns usos de aspas que serão úteis para a pesquisa. Alguns dos casos descritos são: aspas de familiaridade, aspas de condescendência e aspas pedagógicas, aspas de narcisismo ofensivo, aspas de proteção, aspas de questionamento ofensivo e aspas de ênfase.

As aspas de familiaridade, aspas de condescendência e aspas pedagógicas marcam o uso de expressão ou palavra familiar, de ordem concessiva, com a finalidade de colocar-se ao alcance do receptor. Essas aspas cumprem uma função bastante parecida. Há a utilização de palavras mais apropriadas, que vão ao encontro do universo do receptor. Por outro lado, há também o distanciamento provocado, demonstrando que não são palavras normalmente usadas pelo locutor naquele contexto.

Como exemplo, a autora traz o seguinte trecho: “Ora, muitas vezes, essa atividade das células se torna lenta. A pele, especialmente se for seca ou fina, “estica” e “fica marcada” por

qualquer coisa. (Publicidade de produto de beleza, em *Elle*, 1980).” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.223). As aspas expressam um linguajar familiar (estica, fica marcada), que facilita a compreensão do receptor e ao mesmo tempo reforça o afastamento do locutor frente às expressões recorridas, querendo dizer isso: “se não falasse com você, não teria dito essa palavra”.” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.223)

As aspas de narcisismo ofensivo “são instrumento de *distinção* no sentido de P. Bourdieu (Bourdieu, 1979), um sinal que permite “se distinguir” em um de nossos marcadores mais íntimos, as palavras.” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p. 222). Elas mostram um uso ostentatório, reforçando que as palavras selecionadas são exatamente aquelas que estão no texto. A autora traz o seguinte caso: “Nunca fomos "militantes" (quanto às aspas, é a última vez, prometo). (*F. Magazine*, juillet-aout 1979, p. 23-24-25).” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.222). O exemplo deixa claro como o locutor é irredutível quanto ao uso das palavras escolhidas.

As aspas de proteção são “postas sobre uma palavra assinalada assim como aproximativa; elas dizem “é apenas um modo de falar, não discutirei por causa dessa palavra”. (2004, p.224). Em “A publicação em *La Croix* da entrevista de M. Beullac teve o efeito de uma "bomba". (Publicidade para *La Croix*).” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p.224). Esse uso implica uma fala receosa, por não ser muito apropriada (bomba) no contexto, e muitas das vezes possuindo um tom metafórico.

As aspas de questionamento ofensivo ocorrem quando “um locutor é obrigado a falar com palavras que percebe como impostas pelo exterior, no lugar de suas próprias palavras, que lhe são proibidas, pode defender-se com essas aspas que são de reação ofensiva em uma situação dominada.” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p. 225). Essas aspas demonstram a oposição do locutor frente à palavra utilizada, resultando, muitas vezes, em um tom de ironia, desacordo e deboche. A oposição também revela que a palavra aspada vem de um outro lugar, representando a posição do outro, de uma outra voz no discurso do locutor e essa posição não lhe agrada.

A título de exemplo, a autora faz a seguinte citação: “Toda criança que vem ao mundo por "acidente" pode muito bem ser, de fato, inconscientemente desejada. (*Cahiers du C.E.R.M.*, n. 163, p. 102)” (AUTHIER- REVUZ, 2004, p. 225). As aspas aqui expressam um tom sarcástico, sendo uma reação do locutor a uma outra voz imposta pelo exterior. Por ser imposta, torna-se uma palavra inapropriada, por isso, deve ser aspada.

Por fim, as aspas de ênfase servem para enfatizar, ressaltar aquilo que se está dizendo: “é bem essa palavra que quero dizer, é exatamente essa palavra que quero dizer”.” (AUTHIER-REVUZ, 2004, p. 228). Segue um exemplo dado pela autora:

Que partido tomar? Em quem se deve acreditar? E como você pode manter a cabeça fria face aos debates cada vez mais numerosos, cada vez mais apaixonados, que sacodem nossa sociedade [...]. Sobre todos os assuntos [...] LA CROIX lhe traz as informações, as precisões, os números, graças aos quais você formará uma opinião ("sua" opinião) e graças aos quais você não se deixará enganar com facilidade. (Publicidade em *La Croix*). (AUTHIER- REVUZ, 2004, p. 228)

As aspas de ênfase representam uma resposta à suspensão de responsabilidade, reforçando, no caso citado, que não é qualquer opinião a ser formada, mas a sua própria, a do próprio receptor.

Na pesquisa sobre os efeitos de sentido dos termos “fraudemia” e “pandemia”, foram localizadas aspas de questionamento ofensivo e de ênfase. Em alguns casos, os termos vinham aspidos e desempenhavam uma função enfática como em ““**fraudemia**” foi uma grande transferência de dinheiro para a Big Pharma [...]”, cuja ênfase é dada na palavra fraudemia, como forma de ressaltar a posição defendida, da existência de uma fraude pandêmica. Em outros, as aspas apontam para uma imposição de uma exterioridade discursiva, como ocorre em “Na manchete, claro, a palavra “**pandemia**” deve se fazer presente.”. As aspas funcionam como uma reação do locutor em não concordar com a palavra, que é usada pelo seu outro.

2 ALGUMAS NOÇÕES DE IDEOLOGIA

O capítulo 2 pretende levantar alguns conceitos de ideologia. A inclusão desse tema tem o objetivo de investigar a noção de ideologia que aparece na designação “sem viés ideológico”. A dúvida surgiu a partir de questionamentos acerca do seu uso pelos bolsonaristas. Além disso, propõe-se definir a noção que guiará a pesquisa.

Devido à sua diversidade de significados cunhados e sua complexidade, foram escolhidos autores que debateram sobre o tema desde os pensamentos de Marx e alguns outros marxistas, Foucault e a perspectiva para a análise do discurso. Vale ressaltar que Marx e Engels não foram os primeiros a debaterem sobre o tema. Destutt de Tracy e seus amigos cunharam o termo e o classificaram como uma teoria das ideias⁴.

2.1 O que é ideologia?

O primeiro conceito a ser trazido do campo marxista é de ideologia para Marx e Engels. O conceito foi desenvolvido em fases. A primeira ocorreu entre os seus primeiros escritos indo até o período de 1844. Segundo Bottomore (2012), essa fase é marcada por um debate filosófico, incluindo autores como Hegel e Feuerbach.

“A expressão “ideologia” ainda não aparece nos textos de Marx e Engels, mas os elementos materiais do futuro conceito já estão presentes em sua crítica da religião e da concepção hegeliana do Estado, definidas como “inversões” que obscurecem o verdadeiro caráter das coisas.” (BOTTOMORE, 2012, p.293). Para os autores, as “inversões” hegelianas e religiosas significam que há uma inversão na relação entre sujeito e predicado. Em outras palavras, “a condição torna-se o condicionado, o determinante torna-se o determinado, o produtor é posto como o produto de seu produto.” (MARX, 2010, p.30-31)

A segunda fase é marcada pelo período entre 1845 e 1857 e é um passo importante para o desenvolvimento da noção do materialismo histórico como abordagem histórica e social. Outro ponto relevante é o rompimento com as ideias de Feuerbach de suas reflexões. É nessa

⁴ Disponível em: ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.

fase, mais precisamente na obra *A Ideologia Alemã*, que o conceito de ideologia surge, preservando a ideia de “inversão” e aprofundando os debates críticos às religiões e à filosofia de Hegel. Aqui a ideologia ganha um conceito negativo e restrito. “É negativo porque compreende uma distorção, uma representação errônea das contradições. É restrito porque não abrange todos os tipos de erros e distorções.” (BOTTOMORE, 2012, p.294). De acordo com Marx e Engels, as filosofias alemãs criticadas devem ser entendidas como ideologia, uma ilusão que se sobrepõe a realidade.

A terceira fase representa o momento da redação dos *Grundrisse*, em 1858. Essa obra antecede a obra mais famosa de Marx, *O Capital*, e, embora quase não haja menção da palavra “ideologia” nos textos, é um passo importante para uma análise das relações sociais e capitalistas. Bottomore (2012) afirma que

Marx já havia chegado à conclusão de que, se algumas ideias deformavam ou “invertiam” a realidade, era porque a própria realidade estava de cabeça para baixo. Mas essa relação aparecia de maneira direta, não mediada. A análise específica das relações sociais capitalistas leva-o à conclusão mais avançada de que a conexão entre “consciência invertida” e “realidade invertida” é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. (BOTTOMORE, 2012, p.294).

Ideologia, para Marx e Engels, então, ganha um caráter oculto, ou seja, ela “oculta o caráter contraditório do padrão essencial oculto, concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente.” (BOTTOMORE, 2012, p.294). Somando-se a isso, mantém-se a conotação crítica e negativa do conceito de ideologia. Porém, é importante ressaltar que

o conceito só se aplica às distorções relacionadas com o ocultamento de uma realidade contraditória e invertida. Nesse sentido, a definição, tão frequente, de ideologia como falsa consciência não é adequada na medida em que não especifica o tipo de distorção criticada, abrindo dessa forma caminho a uma confusão de ideologia com todos os tipos de erro. (BOTTOMORE, 2012, p.295)

Após a morte de Marx, surgiram novos significados para ideologia. De acordo com Bottomore (2012), os novos significados adquiriram duas formas: “uma concepção da ideologia como a totalidade das formas de consciência social- que passou a ser expressa pelo conceito de “superestrutura ideológica” - e a concepção da ideologia como as ideias políticas relacionadas com os interesses de uma classe.” (BOTTOMORE, 2012, p. 295).

As mudanças substituíram a conotação negativa, outrora empregada por Marx, por alguns motivos. Em primeiro lugar, algumas obras de Marx e Engels não deixam claras suas formulações do conceito, apresentando um certo tom ambíguo, em alguns de seus textos. Além disso, as duas primeiras gerações de marxistas, posteriores a Marx como Plekhanov, Lenin e

Gramsci, não tiveram acesso à obra mais significativa sobre o assunto, *A Ideologia Alemã*, já que permaneceu inédita até 1920.

A concepção de Lenin de ideologia não está mais relacionada à distorção que oculta as contradições, tornando-se “um conceito neutro relativo à consciência política das classes, inclusive da classe proletária.” (BOTTMORE, 2012, p. 296). Essa definição influenciou Lukács, que empregou ideologia tanto para se referir à consciência burguesa quanto à proletária. Para ele, a ideologia burguesa domina não por ela pertencer a uma ideologia no geral, mas sim porque é problemática estruturalmente falando.

Já Gramsci rompe com isso e a rejeita como uma concepção negativa. Gramsci traça uma distinção entre “ideologias arbitrárias” e “ideologias orgânicas”, focando mais nessa última. A ideologia é, para ele, “mais do que um sistema de ideias, ela também está relacionada com a capacidade de inspirar atitudes concretas e proporcionar orientação para a ação. A ideologia está socialmente generalizada, pois os homens não podem agir sem regras de conduta, sem orientações.” (BOTTMORE, 2012, p. 296-297).

Outro marxista importante na discussão sobre ideologia foi Althusser. Em sua obra mais emblemática *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, o autor postula uma série de hipóteses para formular sua tese sobre ideologia. A primeira é: “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência.” (ALTHUSSER, 1980, p.77). Cada ideologia representa a realidade social a partir da relação imagética dos seres humanos com as condições de existência reais. Essa relação está no centro de toda representação ideológica, que é por si só imaginária, do mundo real.

A segunda é: “A ideologia tem uma existência material.” (ALTHUSSER, 1980, p.83). Para explicar isso, é necessário falar sobre os Aparelhos Ideológicos de Estados (AIE) e suas práticas e fazer uma distinção entre os AIE e os Aparelhos de Estado (AE). Os AIE funcionam primeiramente pela ideologia e em segundo lugar pela repressão, seja simbólica e/ou física. Como exemplo, ele cita algumas instituições como a escola, a família, a justiça, a religião, a imprensa, entre outras, que reproduzem ideologias dominantes. Já os Aparelhos de Estado funcionam principalmente pela repressão, não deixando também de possuir caráter ideológico. Consideram-se as polícias, o governo, as prisões etc., como AE.

Voltando à questão da materialidade da ideologia, para Althusser, a ideologia existe ao ser materializada em um aparelho e, conseqüentemente, nas suas práticas. Em suas palavras, os indivíduos

que vivem na ideologia, isto é, numa representação do mundo determinada (religiosa, moral, etc.), cuja deformação imaginária depende da relação imaginária destes indivíduos com as suas condições de existência, isto é, em última instância, com as relações de produção e de classe (ideologia= relação imaginária com relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material.” (ALTHUSSER,1980, p.85)

Tendo em vista a última ideia lançada, há aqui a última hipótese: “a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos” (ALTHUSSER, 1980, p.93). Parafraseando o autor: a ideologia só é possível pelo e para sujeitos. Sujeito aqui é visto como categoria e é o resultado da constituição de *indivíduos concretos em sujeitos*. A categoria de sujeito “é constitutiva de toda a ideologia, mas ao mesmo tempo e imediatamente acrescentamos *que a categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função (que a define) <constituir> os indivíduos concretos em sujeitos.*” (ALTHUSSER, 1980, p.94). Somos, dessa forma, sujeitos ideológicos.

O autor, ainda nessa hipótese, separa a ciência de ideologia. Nessa visão, o discurso científico não possui sujeito. O autor de um discurso científico deve estar “completamente ausente, como <sujeito>, do <seu> discurso científico (porque todo discurso científico é por definição um discurso sem sujeito”. (ALTHUSSER, 1980, p.95)

Diante de algumas noções sobre ideologia, será apresentada outra que foge da corrente marxista. Foucault posiciona-se crítico às noções mais difundidas de ideologia, recusando trabalhar com tal conceito. Ele justifica sua objeção da seguinte forma:

A noção de ideologia me parece dificilmente utilizável por três razões. A primeira é que, queira-se ou não, ela está sempre em oposição virtual a alguma coisa que seria a verdade. Ora, creio que o problema não é de se fazer a partilha entre o que num discurso releva da cientificidade e da verdade e o que relevaria de outra coisa; mas de ver historicamente como se produzem efeitos de verdade no interior de discursos que não são em si nem verdadeiros nem falsos. Segundo inconveniente: refere-se necessariamente a alguma coisa como o sujeito. Enfim, a ideologia está em posição secundária com relação a alguma coisa que deve funcionar para ela como infra-estrutura ou determinação econômica, material, etc. Por estas três razões creio que é uma noção que não deve ser utilizada sem precauções. (FOUCAULT, 1984, p.7-8)

Para Foucault, a noção de ideologia é infrutífera por trazer consigo a ideia de oposição a uma *verdade*. A ideologia seria uma névoa que encobre a verdade das coisas. A partir desse pensamento, o autor questiona esse lugar da verdade, do natural, do fixo. A verdade “é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros” (FOUCAULT, 1984, p.10).

Foucault, então, propõe pensar os eventos históricos, não privilegiando a ideologia como norte, mas sim as relações de poder, melhor dizendo, as táticas e estratégias de poder sobre o objeto analisado. Nessa linha, é “preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de "ciência/ideologia", mas em termos de "verdade/poder".” (FOUCAULT, 1984, p.11).

A busca pelos efeitos de poder e produção da verdade é uma das consequências da sua inquietação acerca do que ele chama de “política do verdadeiro”. Foucault argumenta que as sociedades produzem e circulam discursos que buscam funcionar como verdade e todos esses discursos são exercícios de poder. “A produção de discursos “verdadeiros” (e que, além disso, mudam incessantemente) é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da “verdade” – do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros – está totalmente por ser feita.” (FOUCAULT, 1984, p.130)

Assim sendo, Foucault prefere problematizar os discursos e suas práticas ao invés de utilizar o peso da ideologia para análises da História. O desconforto com a noção de ideologia é proveniente da ideia de que a ideologia está em oposição à verdade, como se essa verdade fosse neutra, sem ser também afetada ideologicamente. Dessa forma, o autor lida com a noção de verdade e poder. A verdade é produzida pelo poder, tendo como principal característica a sua mutação. Ela varia de tempos em tempos, em que cada sociedade produz seu regime de verdade.

Ainda sobre as questões de discurso e ideologia, noções centrais para a pesquisa, é pertinente trazer a percepção de ideologia para a análise do discurso, por meio dos escritos de Orlandi (2005), em sua obra *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. A autora explica uma definição discursiva de ideologia para a análise do discurso. Tal definição é influenciada pela noção de interpelação ideológica, discutida por Althusser, e aprofundada por Pêcheux. Pêcheux, um dos precursores da análise do discurso francesa, teoriza o funcionamento discursivo a partir da relação entre linguagem, processo histórico, sujeito e discurso.

Voltando à obra de Orlandi, a autora parte da inseparabilidade entre sentido e interpretação. Não é possível haver sentido sem interpretação e é nesse movimento de produção de sentido que aparece a ideologia. Orlandi explica melhor essa dinâmica:

Não há sentido sem interpretação e, além disso, diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer? Nesse movimento da interpretação o sentido aparece-nos como evidência, como se ele estivesse já sempre lá. Interpreta-se e ao mesmo tempo nega-se a interpretação, colocando-a no grau zero. Naturaliza-se o que é produzido na relação do histórico e

do simbólico. Por esse mecanismo – ideológico- de apagamento da interpretação, há transposição de formas materiais em outras, construindo-se transparências- como se a linguagem e a história não tivessem sua espessura, sua opacidade – para serem interpretadas por determinações históricas quase apresentam como imutáveis, naturalizadas. Este é o trabalho da ideologia: produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. (ORLANDI, 2005, p.45-46)

A evidência da ideologia no discurso aparece no efeito produzido na relação entre sujeito, história e língua. A ideologia irá intervir, com seu modo do funcionamento imaginário, nessas relações e contribuirá para que haja sentido. O sentido produzido só existe, pois é determinado pelas posições ideológicas, por intermeio da interpretação. Em outras palavras, a ideologia é a “condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer.” (ORLANDI, 2005, p.46)

A ideologia não pode ser entendida como um funcionamento de uma ocultação da realidade, mas sim como fruto da relação entre linguagem e mundo. O sujeito produz a linguagem e este está inscrito na história. “Essa inscrição dos efeitos linguísticos materiais na história é que é a discursividade.” (ORLANDI, 2005, p.47). Não há como ter discurso sem sujeito, assim como não é possível ter sujeito sem ideologia. A autora vai além e afirma que não há também realidade sem ideologia.

Outra característica da ideologia, para essa perspectiva, é que o seu funcionamento acontece através do trabalho da memória e do esquecimento. Isso só acontece quando “passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão do sentido-lá: é justamente quando esquecemos quem disse “colonização”, quando, onde e porquê, que o sentido de colonização produz seu efeito.” (ORLANDI, 2005, p.49)

2.2 Mas, afinal, qual noção de ideologia utilizar?

A subseção anterior teve a finalidade de explorar algumas noções de ideologia. Marx e Engels, com suas visões críticas e negativas, propõem a ideia de inversão, que a ideologia ocultaria uma realidade contraditória e invertida, como no caso da religião e do capitalismo. A ideia de inversão é até interessante, já que a inversão funciona como uma troca na ordem lógica de sujeito e predicado, colocando o idealismo em vez do materialismo: deuses (predicado) criando humanos (sujeito) e o capitalismo transformando em mercadoria (predicado) o ser humano e suas produções (sujeito). Porém, os grandes desafios seriam pensar na existência de

uma neutralidade da posição desses sujeitos e considerar que apenas a burguesia tivesse caráter ideológico. Fica aqui uma reflexão de Eagleton sobre a noção de Marx:

A ideologia aqui é essencialmente algo sobrenatural: uma resolução imaginária de contradições reais que cega homens e mulheres para a dura realidade de suas condições sociais. (...) É como se a ideologia não tivesse nenhum interesse particular em, digamos, inculcar na classe trabalhadora, mediante uma variedade de técnicas disciplinares, as virtudes da parcimônia, da honestidade e da diligência, mas simplesmente negasse que a esfera do trabalho tenha tanta importância assim, em comparação com o reino dos céus ou com a Ideia Absoluta. E, com certeza, é questionável se algum regime conseguiria reproduzir-se por meio de uma ideologia tão generalizada e negativa quanto essa. (EAGLETON, 1997, p.76)

Um dos objetivos da pesquisa é analisar os efeitos de sentido de termos e expressões selecionados. Para esse propósito, a compreensão de um sujeito não ideológico, como visto em Marx, não é cabível. Com base nisso, é preciso voltar à noção de sujeito ideológico de Althusser.

Althusser chega à conclusão de que os sujeitos são ideológicos, ou seja, a ideologia tem o poder de interpelar indivíduos em sujeitos. Porém, o autor também identifica a existência de um não sujeito quando se trata de um discurso científico. A busca por conhecimento, que está implícita na ciência, é ausente de sujeito. Se sujeitos são ideológicos e a ciência não possui sujeito, ela é então o lado oposto da ideologia.

A ideologia não só é o outro da ciência, como também é o não neutro, o erro, referindo-se à ciência como uma entidade neutra. Com essa visão, é extremamente complicado “conciliar a ideologia como representação errônea oposta à ciência com a ideologia enquanto superestrutura objetiva da sociedade, a menos que a superestrutura encerre apenas distorções ideológicas e a ciência esteja localizada em algum outro lugar, mas também isso é problemático.” (BOTTOMORE, 2012, p.297)

Eagleton traz outro ponto interessante:

Althusser oscila entre uma visão racionalista e uma visão positivista da ideologia. Para a mente racionalista, ideologia significa erro, em oposição à verdade da ciência ou razão; para a positivista, apenas certas espécies de enunciados (científicos, empíricos) são verificáveis e outros -prescrições morais, por exemplo — nem ao menos são candidatos ao julgamento de verdade/falsidade. (EAGLETON, 1997, p.138)

A minha pesquisa defende a ideia de um sujeito ideológico, mas isso não significa que a ciência esteja imune a influências ideológicas. A ciência é feita por indivíduos e estes passam pela interpelação ideológica ao serem transformados em sujeitos. Um discurso científico é perpassado por ideologias, ideologias vistas não com sua noção puramente negativa. A ideologia pode ou não adquirir uma posição positiva ou negativa seja em nível científico ou

não. Tudo dependerá em como uma instituição e seus sujeitos avaliarão, em um determinado momento, se uma ideologia terá caráter positivo ou não, se será mais difundida ou não.

Quando se escolhe um tema, córpus, linhas teóricas e metodológicas em um trabalho acadêmico, seja da área que for, o sujeito está presente ao delimitar e avançar na sua pesquisa. É recorrente a tentativa de apagar o sujeito da pesquisa e não deixa também de ser uma ação semântica e ideológica. A ideologia interpela indivíduos em sujeitos por meio da relação entre sujeito, linguagem e o mundo. A ideologia se manifesta e produz efeitos no discurso e, como não existe prática científica sem sujeito, a ideologia também está presente na ciência.

A pesquisa, por exemplo, questiona o lugar da neutralidade, já que parto da minha visão ideológica na produção do córpus, do tema e na seleção das perspectivas teórico-metodológicas. Se questiono sobre o neutro, tomo como verdade a não possibilidade de haver uma posição neutra, já que os sujeitos são ideológicos e a neutralidade também revela um sujeito ideológico. Isso tudo demonstra não só a vinculação do pesquisador com o campo de pesquisa, como também a defesa central do sujeito ser ideológico.

A partir dessa perspectiva, há uma questão que precisa ser delimitada: realidade. Orlandi alega que não há realidade sem ideologia, pois é por meio desta que os sujeitos e os sentidos produzidos nos discursos são constituídos. A realidade, em nível discursivo, seria uma construção, compreendida e sustentada por vieses em um determinado momento histórico. Vale ressaltar que a realidade vista aqui é a social, por isso a dependência da ideologia. Há outras realidades como a natural, que não dependem da ideologia para existir. Embora os sujeitos analisem o natural e o caráter ideológico apareça, a existência material do natural não é ideológica, mas sim as interpretações do natural feitas pelos sujeitos.

Outro autor que foi visto foi Foucault. Ele recusa trabalhar com a noção de ideologia, pois ela costuma vir associada à ideia de oposição à verdade. Mas isso, como Eagleton menciona, “talvez seja desistir muito rápido de uma distinção útil.” (EAGLETON, 1997, p.21). A ideologia se materializa por meio do discurso e este ganhará sentido dependendo do tempo, espaço e do sujeito. Além disso, desempenha um papel importante até mesmo para analisar os sistemas de poderes e suas relações. Renunciar à noção de ideologia talvez limite as próprias análises sobre poder.

3 VOZES EM CONFRONTO

O capítulo 3 tem o objetivo de analisar os efeitos de sentido e posicionamentos produzidos no universo bolsonarista através de designações como “fraudemia” e “pandemia”, “sem viés ideológico” com e antes de Bolsonaro, “golpe” e suas variantes, “democracia relativa e “oclocracia”. As designações somam um total de 55 trechos: seis referentes à “fraudemia” e seis à “pandemia”, retirados do canal Mídia Sem Máscara, cobrindo o período pandêmico de Covid-19; sete sobre o “sem viés ideológico” a partir das falas de Bolsonaro ecoados entres os bolsonaristas, em trechos do *Facebook* e do *Jornal da Cidade Online*, incluindo temas como educação e comércio exterior; seis também sobre o “sem viés ideológico” agora estendendo a momentos anteriores ao posicionamento de Bolsonaro, retirados de alguns *websites* sem clara alusão ao bolsonarismo; nove relacionados ao termo “golpe” e suas variantes, ligados aos ataques golpistas de 8 de janeiro de 2023; 11 pertencentes à “democracia relativa”, termo usado por Lula ao comentar sobre a democracia na Venezuela e dez relativos à “oclocracia”, referindo-se à democracia brasileira. Estes três últimos são oriundos de trechos do *Jornal da Cidade Online*. Ademais, ainda sobre contexto da pandemia, pretende-se apontar também a posição do canal frente às designações, adicionando títulos de manchetes.

3.1 As designações “fraudemia” e “pandemia”

3.1.1 A “fraudemia”

A negação de informações comprovadas pela ciência não é algo novo no Brasil e no mundo, continuando presente, basta ver as pseudociências difundidas em todos os cantos do planeta. Contudo, o período da pandemia de Covid-19 (2020-2023) fez com que muitos grupos com narrativas negacionistas sobre diversos assuntos ganhassem cada vez mais espaço na opinião pública, principalmente com as estratégias de (não)combate ao coronavírus e disseminação de notícias falsas e/ou distorcidas proferidas pelo presidente Bolsonaro.

No Brasil, ondas de desinformações sobre o tema movimentam vários grupos negacionistas e conspiracionistas sobre a pandemia de Covid-19. Muitos desses grupos

ganharam força nos espaços físicos e digitais, graças às falas e ações de figuras públicas que minimizaram a crise sanitária. O presidente Jair Bolsonaro foi um dos que menosprezaram a pandemia ao alegar que o vírus era uma “gripezinha”, um “resfriadinho”, que a mídia “exagerava sobre sua gravidade”⁵ entre diversas outras manifestações falsas e distorcidas sobre a pandemia.

Os negacionistas da pandemia fazem parte de vários grupos de atuação na sociedade, como figuras públicas, trabalhadores, empresários, entre outros. Esse grupo entende as medidas de saúde pública, que foram tomadas pelo poder público para conter a contaminação do vírus, como uma manipulação, não tendo nenhuma comprovação de eficácia além de ferir a liberdade individual de cada cidadão.

Outros integrantes desse grupo vão além e defendem a ideia de que há um plano de dominação totalitário em curso no mundo encabeçado pela “cartilha” da OMS⁶. Para eles, a OMS decretou a pandemia como forma de forçar medidas autoritárias em nome de algo maior que está por vir, ou seja, uma nova ordem mundial comandada pelos globalistas (defensores do marxismo cultural).

Esse grupo mais específico não nega a existência do vírus, assume até que há mortes, mas não tantas quantas as anunciadas, questionando a alta letalidade do vírus, assim como a validade das medidas de saúde impostas. Por isso, como contraposição, esse grupo designa sua forma de pensar sobre a pandemia ao qualificá-la como uma “fraudemia”, uma fraude sobre todos os aspectos difundidos da Covid-19. Com base nisso, pretende-se analisar os efeitos de sentido do termo em questão em trechos de notícias do canal bolsonarista Mídia Sem Máscara.

Trecho 1

Patrícia Castro - 2022

“As respostas não vêm porque as perguntas não são feitas por quem deveria cobrar. Estamos numa guerra, a “fraudemia” foi uma grande transferência de dinheiro para a Big Pharma, composta por mega-empresas controladas por metacapitalistas, cujo objetivo principal, segundo tudo nos aponta, é destruir o ser humano enquanto criação e imagem de Deus.”⁷

⁵ Trechos disponíveis em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>

⁶ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/oms-manipulacao-elites/>

⁷ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/quarta-dose-vem-riscos/>

Trecho 2

Patrícia Castro – 2020

“O brasileiro perde a vida em busca dos prazeres da terra e isso inclui até mesmo os cristãos que não estão dispostos a investir tempo em leituras que o ajudarão a compreender a realidade que os cerca. Sem interesse em conhecer a verdade o povo perece (Oséias 4,6), e perece porque tem sua mente sequestrada por revolucionários que invertem completamente a realidade. É por isso que vemos o mesmo povo que debocha do tratamento precoce, que já salvou milhares, talvez milhões de pessoas no mundo, exigindo vacina produzida a toque de caixa, sem comprovação de eficácia e segurança, e que os próprios fabricantes não se responsabilizem pelos seus efeitos colaterais. E tem mais: uma dessas vacinas altera o DNA, só foi testada em animais e eles morreram; a outra veio do país que disseminou o vírus, sendo que nem ele próprio a usou com seus habitantes e, ironicamente, é o país que mais está lucrando com a fraudemia.”⁸

Nos trechos 1 e 2, os enunciadores posicionam-se contrários à existência de uma pandemia, nomeando o período como fraudemia e em um dos casos demarcando e dando ênfase à designação ao utilizar aspas. Para eles, a farsa pandêmica foi criada por revolucionários e megacapitalistas, a fim de destruir o ser humano e inverter a realidade. Em ambos os casos há, como consequência, o afastamento e a destruição da fé cristã. A fé cristã está ameaçada, já que quem defende a pandemia como verdade, incentiva vacinas sem comprovação e nega tratamentos comprovados, como o tratamento precoce, está seguindo a mentira.

Outra inversão, realizada pela voz oposta do enunciador, é a defesa de uma vacina oriunda do próprio país que disseminou o vírus (China), que, segundo ele, nem a utilizou em seus habitantes, tornando-se um dos países que mais lucra com a crise sanitária. A posição do enunciador marca sua tese em torno da crise sanitária e cria um pressuposto de que a fraudemia é um problema por inverter a realidade, afastando da verdade e, por fim, do preceitos do deus cristão. Em outras palavras, se a pandemia é uma inversão da realidade, logo, uma mentira, é porque, na perspectiva cristã, só a verdade liberta, e se essa visão não propõe libertação, é algo ruim que deve ser combatido.

Trecho 3

Patrícia Castro – 2022

⁸ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/frdm-br/>

“Mesmo diante da clara evidência de que a “fraudemia” está sendo utilizada para empurrar uma ditadura global, que nem sequer foi oficializada mas já fez de 2020 um dos piores anos da história mundial, há quem ainda está trancado em casa se banhando de álcool em gel, dormindo de máscara, longe dos parentes e amigos, certo de que tudo vai passar quando chegar a vacina e que o problema mais urgente a ser enfrentado é o Covid-19. Lamento ter de informar para essas pessoas medrosas, algumas até em pânico, que o nosso problema é muito maior do que elas possam imaginar.”⁹

Trecho 4

Marcelo Sá Monte- 2020

“A “fraudemia” do Partido Comunista Chinês dá um capítulo à parte; os governos socialistas do mundo estão aproveitando a crise para subjugar seus povos, destruindo suas economias e confiscando suas liberdades, sob a desculpa de “salvar vidas”. O template veio pronto, respaldado pelo puxadinho do PC chinês, a Organização Mundial da Saúde, e por muita “ciência”! Vejam também a Argentina, uma catástrofe mais que anunciada.”¹⁰

Trecho 5

Patrícia Castro- 2021

“O presidente precisa revogar urgentemente a Lei Nº 13.979/2020 que dá brecha para que a tirania seja imposta, pois até síndicos revelam seu espírito tirânico exigindo comprovante de vacinação para funcionários e prestadores de serviços. Essa fraudemia revelou que existem muitos espíritos de Hitler entre nós.”¹¹

Nos trechos 3, 4 e 5, os enunciadores defendem a tese que a pandemia é uma farsa. Para isso, utiliza a designação “fraudemia” entre aspas para referir-se à crise sanitária como fraude. As aspas permitem dar ênfase, ressaltando e demarcando a tese da existência de uma fraudemia. O pressuposto da tese é que a suposta crise sanitária está sendo uma ditadura em curso, fabricada

⁹ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/liberdade-sufocada-o-grito-dos-inconformados-e-o-silencio-dos-covardes/>

¹⁰ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/uma-ameaca-real-e-imediate/>

¹¹ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/esp-tirania-apartd-sanit/>

pela China, servindo como um mecanismo autoritário, tirânico de controle e dominação das pessoas e suas liberdades, por meio de governos socialistas.

O trecho 4 deixa mais clara a associação entre autoritarismo e governos socialistas feita pelo enunciador, já que, para o enunciador, os governos classificados como socialistas defendem a existência de uma pandemia e passaram a adotar certas medidas que são lidas pelo enunciador como autoritárias, mas que para esse outro, tem o objetivo de salvar vidas. A expressão “salvar vidas” está entre aspas e retrata a posição da voz oposta do enunciador. São citados também outros agentes que contribuem para a difusão da farsa, como a OMS e a “ciência”. Esta está também aspada e não apenas demonstra um certo tom irônico, como também representa a posição do seu outro que não aceita. O outro defende que há uma pandemia, pois alega estar ancorado na ciência, nas evidências científicas sobre o assunto. Contudo, para o enunciador, essas evidências são, na verdade, informações falsas, fabricadas, produzindo a farsa pandêmica.

Outra maneira de expor a ideia do autoritarismo é vista no trecho 5, em que o enunciador é contrário a Lei Nº 13.979/2020, que dispõe sobre medidas para o enfrentamento de emergência da saúde pública decorrente do coronavírus, prezando a proteção da coletividade¹². A recusa do enunciador é justificada pela possibilidade de se instalar uma tirania, graças às medidas determinadas. Para o enunciador, as medidas permitem violações dos direitos individuais, dando um caráter autoritário, tirânico de controle coletivo ao impor comprovante de vacinação até para funcionários e prestadores de serviços, por exemplo. É por isso que o período da crise de covid-19 é nomeado como fraudemia. A tese parte do pressuposto de que a pandemia é uma fraude, pois o seu objetivo não é de proteger coletivamente as pessoas, mas sim instaurar uma tirania de controle coletivo. A fraude da pandemia permite, então, que ações autoritárias aconteçam, porque são comandadas por pessoas com “espíritos de Hitler”, pessoas nefastas, autoritárias.

Trecho 6

Paula Maria Vasques- 2021

“Desde quando começou a patifaria da fraudemia, fez-se necessário emprendermos esforços de linguagem para mostrar o quão absurdas são todas as medidas que foram tomadas pelos governadores e prefeitos, sob a tutela do STF, contra a população brasileira. A onda de

¹² Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm

histeria propagada pelos militantes comunistas, travestidos de jornalistas da grande mídia, fez com que grande parte da população perdesse a capacidade de compreender e analisar a realidade.”¹³

No trecho 6, o enunciador defende a existência de uma fraudemia ao referir-se à crise sanitária recente. Para justificar a sua tese de que há uma farsa, ele parte do pressuposto de que a linguagem está sendo usada como uma ferramenta de manipulação da realidade ao impor medidas consideradas absurdas. Jornalistas, governadores e prefeitos estão causando histeria, por meio de certos recursos linguísticos, para que a população tenha receios e aceite com mais facilidade as medidas impostas sem questionar.

Os enunciadores anteriores apresentam uma designação própria para se referir à pandemia. Há aqui, portanto, um simulacro, uma tradução caricata dos valores do outro. O termo fraudemia designa interlocutores que estão inseridos em um sistema de crenças, em que suas ações políticas de negação, seus trabalhos de construção discursiva, são resultado do choque com outros valores e crenças que desafiam suas visões de mundo, ou seja, a pandemia. Como resposta, tentam criar uma versão revisionista da história (fraudemia), a fim de (r)estabelecer uma ordem da realidade alternativa e defendida como verdadeira. Essa verdade preza pela manutenção dos direitos individuais em relação aos coletivos e a defesa de valores cristãos.

A utilização de aspas, em alguns trechos, funciona como mecanismo de enfatizar, delimitando e nomeando a posição oposta (defesa da existência de uma pandemia e a implementação de medidas para freá-la) como fraude. As aspas também marcam a tese central do assunto abordado: a pandemia é uma fraude, comandada pela elite globalista, autoritária e comunista, a fim de minar os direitos individuais. Assim, o uso do termo fraudemia expõe não somente a posição dos locutores e o ponto de vista dos enunciadores, mas também a teoria defendida sobre a crise sanitária e o seu teor liberal. Os discursos que sustentam a ideia de uma fraudemia surgem do negacionismo científico atrelados aos valores pregados pelo liberalismo, cuja defesa da liberdade individual fica acima do coletivismo. Assim, qualquer posição que privilegie a coletividade (medidas recomendadas pela OMS) em detrimento da individualidade

¹³ Disponível em: <https://midiasem mascara.net/o-lockdown-contra-a-constituicao-a-carta-dos-empresarios-de-goiania/>

(negação de tais medidas e das vacinas) vai ser encarada como perigosa, uma ameaça, pois fugiu do estado natural das coisas.

3.1.2 A “pandemia”

A “pandemia” é designada como a segunda posição no lugar de conflito no universo da mais recente crise sanitária do planeta. A pandemia de Covid-19 ganhou esse *status* em 2020 após o surto do novo coronavírus chegar ao mais alto nível de alerta da OMS, sendo reconhecido como um evento de emergência de saúde pública internacional e, como resultado, elevando o estágio de contaminação para níveis de pandemia. Para um evento chegar a esse nível significa dizer que constitui “um risco de saúde pública para outros países devido à disseminação internacional de doenças; e potencialmente requer uma resposta internacional coordenada e imediata”¹⁴.

A OMS é integrante da Organização das Nações Unidas (ONU) e desempenha um papel importante nas formulações de normas sanitárias, programas e ações de controle de doenças, direcionando a saúde mundial. Com a nova pandemia em curso não foi diferente. A OMS recomendou uma série de medidas preventivas como distanciamento, uso de álcool, uso de máscaras, vacinação, entre outros como maneira de reduzir o contágio pelo coronavírus. É nesse cenário que o termo “pandemia” se insere. Nos recortes a seguir, a “pandemia” representa a posição difundida pela OMS, mas que é contestada pelos outros enunciadores.

Trecho 7

Redação do Mídia Sem Máscara- 2020

“Vamos a alguns exemplos: Na manchete, claro, a palavra “pandemia” deve se fazer presente. Quem não acredita nos números inflados, no alarmismo midiático, nas medidas tomadas por políticos esquerdistas e reafirmadas pelo séquito de burocratas estatólatras, para o UOL, tem nome: “negacionista”. Das maracutaias do “Covidão”, não sai nada, há dias. Já a matéria sobre a macabra parceria da gestão Doria com o laboratório chinês Sinovac Biotech para produzir a vacina a ser testada em 9 mil brasileiros, essa saiu no caderno “Vivabem”.”¹⁵

¹⁴ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>

¹⁵ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/coronavirus-e-midia-na-frontpage-do-uol-tudo-para-assustar-o-leitor/>

Trecho 8

Percival Puggina – 2022

“Quando verdadeira multidão de jornalistas repete, em descarado coro, anos a fio, que Bolsonaro é o responsável por todos os óbitos causados pela pandemia no Brasil, podemos sentir o atoleiro moral em que afundou imensa parcela da imprensa brasileira.”¹⁶

Nos trechos 7 e 8, os enunciadores posicionam-se contrários à designação pandemia, utilizada por jornalistas e meios de comunicação. A utilização das aspas em “pandemia”, no trecho 7, demonstra desacordo com o termo, reproduzindo a posição de seu outro (defensor da crise sanitária como pandemia). O termo funciona como uma imposição e retratação do discurso do outro no seu próprio. Por não se encaixar no ponto de vista do enunciador do trecho, foi asgado. Pandemia aqui representa a perspectiva do canal de notícias UOL e de jornalistas. Um posicionamento do UOL que marca a sua posição no trecho é nomear negacionistas quem vê o acontecimento pandêmico como uma farsa. Isso implica a defesa das medidas sanitárias impostas e confiar nos dados oficiais sobre a crise. Como o enunciador não é favorável à essa noção, coloca entre aspas o termo “negacionista”, a fim de mostrar desacordo com o posicionamento com o UOL, que para ele, infla e incentiva a população a seguir as medidas.

Já no trecho 8, o enunciador retrata o seu descontentamento com a visão de jornalistas, alegando que sua voz antagônica acusa Bolsonaro de ser o responsável pelas mortes decorrentes da Covid-19, possivelmente pelas suas falas e ações de desprezo, minimização e desfeitas de medidas de combate ao vírus. O enunciador não analisa dessa forma e considera um “atoleiro moral” a posição desses jornalistas contrários às ações de Bolsonaro. Essa posição do enunciador demonstra ser favorável ao ponto de vista de Bolsonaro em relação às mortes. A tese do enunciador é a seguinte: grande parte da imprensa brasileira exprime falsas narrativas contra Bolsonaro.

Trecho 9

Hermes Rodrigues Nery - 2021

“São estas gigantes da indústria farmacêutica e produtora de vacinas que entraram em ação, desde que a OMS declarou a pandemia do coronavírus, em março de 2020, para pressionar

¹⁶ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/a-esquerda-a-patria-a-bandeira-e-a-politica/>

os governos a flexibilizarem os critérios técnicos de suas agências reguladoras e comprem as vacinas experimentais, submetendo a população a experimentos controversos, com imunizantes feitos em prazo recorde, com tecnologias não convencionais.”¹⁷

Trecho 10

Hermes Rodrigues Nery – 2021

“A agenda do poder global gestada nas conferências da ONU dos anos 90, se utilizaria cada vez mais dos eufemismos “Saúde Pública” e “Meio Ambiente” para justificar mais controle sobre as pessoas (solapando as liberdades individuais e a dignidade da pessoa humana), condicionando-as a restrições desmedidas. Os governantes (em todos os níveis) também ficariam reféns do que a mídia passou a fomentar diuturnamente, com narrativas falaciosas e a imposição de falsas soluções para problemas criados por aqueles que decidiram acelerar o processo de reengenharia social, em dimensão mais profunda. Desse modo, colocaram em execução as medidas abusivas, antinaturais e desumanas, em todo o planeta, após a declaração feita pela OMS, da pandemia do coronavírus, em março de 2020.”¹⁸

Nos trechos 9 e 10, os enunciadores mencionam a designação pandemia para retratar a posição tomada pela OMS frente à crise causada pelo coronavírus em 2020. A tese dele expõe a desconfiança na pandemia e nas medidas estabelecidas, nomeando como abusivas e controversas as medidas recomendadas pela OMS. Segundo eles, a população está à mercê de experimentos controversos, feitos com tecnologias não convencionais. Além disso, as indústrias farmacêuticas e produtoras de vacinas ajudaram a pressionar governos para que essas medidas controversas ganhassem força e afrouxassem os critérios técnicos das agências reguladoras.

Isso tudo resulta, para eles, em um maior “controle sobre as pessoas (solapando as liberdades individuais e a dignidade da pessoa humana)”. Alegam haver uma agenda de poder global que pretende controlar cada vez mais as pessoas. Essa agenda já vem sendo plantada desde a década de 1990 em conferências da ONU, que tenta a todo custo suavizar sua agenda ao falar em temas como “Saúde Pública” e “Meio Ambiente”. Os termos anteriores estão entre aspas, pois retratam a voz do outro no discurso do enunciador, ou seja, a perspectiva da ONU. Tais temas, segundo o enunciador, são uma enganação e têm o real objetivo de controlar cada

¹⁷ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/covid-19-e-a-big-pharma/>

¹⁸ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/pass-sanit-mafiaglob/>

vez mais as pessoas, tolhendo os direitos individuais ao impor medidas abusivas, juntamente com falsas soluções e narrativas, como acontece com a pandemia.

Trecho 11

Patrícia Castro- 2022

“Artigo publicado na National Library of Medicine, escrito pelo neurocirurgião Russell L. Blaylock (foto à dir.), do Mississippi, EUA, apresenta relatos impressionantes sobre o desenrolar da “pandemia” em seu país. Se trocarmos os nomes das pessoas que estavam conduzindo a farsa pandêmica, poderíamos afirmar que ele está escrevendo sobre o Brasil. O que reitera aquilo que já denunciei tantas vezes em tantos artigos e matérias: a elite globalista está “puxando as cordinhas” das marionetes no mundo inteiro.”¹⁹

No trecho 11, o enunciador utiliza a designação *pandemia* entre aspas, por não concordar com o seu uso. O termo *aspado* refere-se à sua voz antagônica, esta que defende a *pandemia* como crise sanitária. A tese levantada pelo enunciador é da existência de uma *pandemia*, ou seja, uma farsa pandêmica. O seu pressuposto é de que há uma elite globalista que está manipulando o mundo todo. Essa manipulação resulta em ações com os quais o enunciador não concorda. Para sustentar essa ideia, há menção de um médico americano que relata a crise sanitária nos Estados Unidos.

A partir disso, o enunciador faz uma correlação entre os acontecimentos americanos e os brasileiros, que julga como fraude. O médico Russell L. Blaylock afirma que a *pandemia* de covid-19 “é um dos eventos de doenças infecciosas mais manipulados da história, caracterizado por mentiras oficiais em um fluxo interminável, liderado por burocratas governamentais, associações médicas, conselhos médicos, meios de comunicação e agências internacionais.”²⁰. Assim, nota-se que posição do médico vai de encontro com a visão do enunciador.

Trecho 12

Patrícia Castro- 2022

¹⁹ Disponível em: <https://midiasem mascara.net/cientistadenuncia/>

²⁰ Tradução: “is one of the most manipulated infectious disease events in history, characterized by official lies in an unending stream lead by government bureaucracies, medical associations, medical boards, the media, and international agencies.”. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC9062939/>

“Quem ainda não enxergou que a “pandemia” foi a maior farsa e o maior crime cometido contra a humanidade em escala planetária e ainda precisa de uma explicação sobre as mortes no Brasil, deve sempre se perguntar em que circunstâncias elas se deram. O Dr. Malheiros conta que, em Cuiabá, os infectologistas criaram grupo de apoio a internação hospitalar cobrando uma barbaridade, e não entravam com os medicamentos que freiam a multiplicação do vírus nas células.”²¹

No trecho 12, o termo *pandemia* está entre aspas, pois retrata ironicamente a posição oposta do enunciador. O enunciador não compreende a crise sanitária causada pela covid-19 como *pandemia*, mas sim como “maior farsa e o maior crime cometido contra a humanidade”. Esta é inclusive a sua tese. O pressuposto da tese é que a farsa não visa solucionar o problema do vírus, como o uso de certos medicamentos (tratamento precoce com cloroquina, ivermectina etc.), mas sim no lucro, ao beneficiamento econômico de alguns setores. Para amparar essa ideia, o enunciador cita os relatos do médico Malheiros, defensor do tratamento precoce²².

Nos trechos anteriores, as marcas linguísticas mostram que o termo “*pandemia*” remete à voz oposta dos enunciadores. Os enunciadores retratam como o seu outro define o momento histórico da crise global sanitária recente, implicando não só o uso do termo como também a defesa das medidas sanitárias que vêm juntas com a posição da OMS para lidar com o vírus. Essa retratação do seu outro vem carregada de críticas e ironias, muitas vezes com termos entre aspas, já que esses enunciadores não defendem a crise como *pandemia*, mas sim como uma farsa. Como efeito, posicionam-se contrários às medidas de enfrentamento ao vírus.

As posições expostas aqui revelam conflitos sociais entre dois grupos (favoráveis e contrários) dentro dos mesmos enunciados. Isso ocorre graças às suas diferentes inscrições ideológicas em um dado espaço-tempo.

Em relação à posição da *Mídia Sem Máscara* sobre o acontecimento relatado, a narrativa defendida pelo canal é da existência de uma “*fraudemia*”. O canal apenas usa o termo “*pandemia*” nos trechos selecionados como forma de situar o grupo que defende o ponto de

²¹ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/covid-crime-classe-medica-br/>

²² Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/08/estudo-da-lancet-nao-levou-estados-e-municipios-a-deixarem-de-receitar-cloroquina.shtml>

vista favorável e poder tecer críticas sobre. Para reforçar o posicionamento da página, seguem algumas manchetes que comprovam a narrativa de existência de uma fraude:

- “Resenha: ‘Covid-19: A Fraudemia’, um registro das farsas que ainda nos assolam”²³;
- “Fraudemia: A quarta dose vem aí e o público ainda desconhece os riscos”²⁴;
- ““Fraudemia” desmascarada: Acorde, estamos em guerra!”²⁵;
- “Fraudemia: Futuro sombrio para nossas crianças”²⁶;
- “Covid-19: O bando de facínoras que a fraudemia desmascarou”²⁷;
- “Fraudemia no Brasil: arbitrariedades, alienação e o fim da classe média”²⁸;
- ““Fraudemia”, esquerdistas, lockdown e vacinas – informações e reflexões rápidas”²⁹.
- “Simão Bacamarte fez escola: A fraudemia e o presságio de Machado de Assis”³⁰;
- “Fraudemia e engenharia social: Os reflexos da burrice paranóica na Educação”³¹;
- “Fraudemia, micróbios e máscaras: uma aula jamais esquecida.”³²

A posição tomada pelo canal fica mais clara: há uma identificação com a perspectiva de um mundo construído pelo grupo negacionista que entende a crise sanitária como fraude, posicionando-se contra a OMS e suas medidas. Essa posição defende o individualismo, uma ideologia que valoriza a autonomia individual ante a sociedade e o Estado como fonte de liberdade. Desse modo, o grupo que defende a “fraudemia” prega o individualismo e vê seus direitos individuais serem controlados.

O grupo que representa a “pandemia” teria como princípio a coletividade como ideologia, entendendo a sociedade não em níveis individuais, mas como uma comunidade, em que há uma interdependência das pessoas. Logo, em uma crise sanitária, os objetivos de um

²³ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/resenha-covid-19-a-fraudemia/>

²⁴ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/quarta-dose-vem-riscos/>

²⁵ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/fraudemia-desmascarada-acorde-estamos-em-guerra/>

²⁶ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/fraudemia-futuro-sombrio-para-nossas-criancas/>

²⁷ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/covid-19-faci-desmsc/>

²⁸ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/frdm-br/>

²⁹ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/fraudemia-esquerdistas-lockdown-e-vacinas-informacoes-e-reflexoes-rapidas/>

³⁰ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/s-bacamarte-fraudemia/>

³¹ Disponível em: <https://midiasemmascara.net/fraud-eng-social-burriceduc/>

³² Disponível em: <https://midiasemmascara.net/fraudemia-microbios-e-mascaras-uma-aula-jamais-esquecida/>

grupo, de cuidar e salvar vidas, sobressaem-se em relação aos interesses individuais de não se vacinar, de não usar máscaras, por exemplo.

3.2 A “designação “sem viés ideológico” com Bolsonaro

O movimento bolsonarista representa uma parcela extremista da nova direita, que “pode ser, de fato, vista como uma velha conhecida, uma nova máscara para o antigo discurso de uma direita mais radical, que nunca teria desaparecido completamente da política brasileira.” (MAITINO, 2020, p.4). O fenômeno surge, ou pelo menos ganha uma nova roupagem, a partir das ideias e práticas lançadas pela figura de Jair Bolsonaro ainda como Deputado Federal, com seu saudosismo, ultranacionalismo, conservadorismo e anticomunismo. A extrema-direita e a direita mobilizam “um discurso de liberdade para justificar suas exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital.” (BROWN, 2019, p.16). O projeto de poder bolsonarista é, então, a soma de posicionamentos de valores e costumes conservadores cristãos, autoritários e práticas econômicas liberais, juntamente com um novo aliado, as redes sociais.

3.2.1 Ótica da educação em trechos de postagens do Facebook

O conservadorismo luta pela preservação do *status quo*, da ordem natural das coisas, a fim de preservar o tradicional. Ele é portador de “uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais.” (SOUZA, 2016, p. 267). Muitos dos movimentos conservadores, inspirados no bolsonarismo ou não, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e a Escola Sem Partido (ESP), utilizam-se de discursos hegemônicos na busca da manutenção de hierarquias sociais, políticas que consideram como certas, inquestionáveis por fazerem parte de uma ordem natural das coisas. Atrelado ao conservadorismo, esses movimentos também defendem o liberalismo como posição político-ideológico. O MBL, por exemplo, afirma “promover o liberalismo como a filosofia política orientadora da atuação do Estado no Brasil. Para tanto, defendemos a liberdade individual, a propriedade privada e o

Estado de Direito como conceitos fundamentais de uma sociedade que se propõe a ser livre, próspera e justa.”³³

A teoria liberal de John Locke, considerado o pai do liberalismo, é defendida, muitas das vezes, como norte da direita e da extrema-direita. Locke desenvolve a ideia de direitos naturais, isto é, direitos à vida, liberdade e propriedade, baseados nas leis naturais, que são inatas à natureza. “No entender de Locke, por exemplo, a lei natural, ou ainda lei divina, está ao alcance dos homens através dos ensinamentos morais contidos na Bíblia.” (BRUM, 2011, p.10). Outros autores reivindicados por esses grupos, como Aristóteles e Tomás de Aquino, defendem essas leis como princípios. John Smith também contribuiu com esse pensamento ao introduzir a ideia de ordem natural.

Segundo Smith (1996), os fenômenos econômicos funcionam como “manifestações de uma ordem natural a eles subjacente, governada por leis objetivas e inteligíveis através de um sistema coordenado de relações causais.” (SMITH, 1996, p.15). A vida social passa a ser vista pelo olhar da natureza. Existem regras, leis que disciplinam o funcionamento da natureza. O meio social também funciona da mesma forma, por meio de leis naturais, que buscam uma certa ordem. O Estado, então, tem a finalidade de preservar e garantir tais direitos naturais.

Assim, há muitos grupos de direita e extrema-direita que defendem as hierarquias sociais, baseando-se nas leis naturais e tradições religiosas. Para eles, se o conservadorismo e liberalismo fazem parte da ordem natural da vida, logo, o regime capitalista deve ser pertencente ao estado natural das coisas e deve ser defendido e pregado.

A tentativa de implantação de políticas conservadoras e liberais na educação atualmente não possui início no bolsonarismo, mas se mantém presente e incentivada por ele. Os movimentos conservadores se contrapõem a políticas inclusivas, que buscam acolher as camadas mais vulneráveis da sociedade. Eles se justificam com a ideia de haver doutrinação, uma ameaça à ordem, à família, à pátria quando assuntos que remetem a práticas dessas minorias sociais são trabalhados na educação. O não debate e ensinamento sobre esses temas só alimenta a manutenção de privilégios, preconceitos e da desigualdade social nas instituições de ensino.

O ESP surge em 2004 com intuito de “dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino

³³ Disponível em: <https://mbl.org.br/>

para fins ideológicos, políticos e partidários.”³⁴ Segundo o movimento, há um “exército organizado de militantes travestidos de professores” que impõem aos alunos suas visões de mundo, isto é, manipulam os alunos “sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral” de esquerda “a pretexto de “construir uma sociedade mais justa” ou de “combater o preconceito””³⁵. Por isso, defendem uma sociedade livre, cujas escolas funcionem “como centros de produção e difusão do conhecimento, abertos às mais diversas perspectivas de investigação e capazes, por isso, de refletir, com neutralidade e equilíbrio, os infinitos matizes da realidade.”

Ano após ano, o discurso do movimento vem ganhando força, resultando em diversos projetos de lei feitos por grupos conservadores que se inspiraram nas ideias propostas pelo ESP: no Senado há o nº 193/2016 e na Câmara dos Deputados o nº 7180/2014, nº 867/2015 e nº 246/2019. Esse discurso também anda incentivando uma onda de campanhas “anti-doutrinação” contra professores³⁶ nas salas de aula. Os movimentos conservadores defendem que os alunos filmem e denunciem seus professores contra casos de “doutrinação ideológica” nas aulas.

Os grupos conservadores alegam que os “professores doutrinadores” fazem parte de um plano político-ideológico da esquerda de dominação mundial, denominado marxismo cultural. Para eles, “existe um grande movimento internacional de esquerda, chamado marxismo cultural, cujo objetivo é redefinir os conceitos mais sólidos da civilização ocidental, como família, patriotismo, artes clássicas e respeito às leis e à tradição.”³⁷ Na palavra de um desses grupos, o marxismo cultural

nada tem a ver com a liberdade, com o progresso social ou com um suposto esclarecimento cultural. Ao contrário, tem a ver com a criminalização de ideias: qualquer pensamento tido como "ofensivo" ou "excludente" — ou seja, qualquer pensamento que não preste reverência aos "grupos oprimidos" — deve ser criminalizado.”³⁸

³⁴ Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>

³⁵ Disponível em: <http://escolasempartido.org/quem-somos/>

³⁶ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/14/politica/1557790165_316536.html

³⁷ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/ideias/o-que-e-marxismo-cultural/>

³⁸ Disponível em: <https://www.mises.org.br/article/2953/o-marxismo-cultural-e-o-politicamente-correto-contr-o-povo--quem-vence>

Os estudos de gênero e sexualidade, para esses grupos “ideologia de gênero”, podem ser considerados um exemplo do marxismo cultural, já que teriam “suas origens nas ideias dos pais do comunismo, Karl Marx e Friedrich Engels.”³⁹ As escolas estariam sendo alvo de carga ideológica por tratar de temas como questões de gênero, sexualidade, desigualdade e preconceito entre crianças e adolescentes, como se pode notar nesta matéria da Gazeta do Povo⁴⁰. Seguem, em seguida, os trechos que serão analisados a partir das noções de enunciador negativo, positivo e antagonizado.

Trecho 13

Leticia Aguiar Deputada Federal SP- 2019

“👤 Continuarei sempre em defesa de uma escola sem viés ideológico, principalmente contra a ideologia de gênero para crianças e adolescentes nas escolas.

O marxismo cultural fez com que nossa sociedade chegasse no que vemos atualmente.

[#EscolaSemPartido](#) [#LeticiaAguiar](#) [#AquiÉTrabalho](#) [#Educação](#) [#Crianças](#) [#Jovens](#) [#Futuro](#)”⁴¹

Enunciador negativo: em defesa de uma escola sem viés ideológico, principalmente contra a ideologia de gênero para crianças e adolescentes nas escolas.

Enunciador positivo: em defesa de uma escola com viés ideológico, principalmente a favor da ideologia de gênero para crianças e adolescentes nas escolas.

Enunciador antagonizado: em defesa de uma escola que traga debates sobre gênero para crianças e adolescentes nas escolas.

No trecho 13, há um enunciador negativo que defende a tese de uma escola sem viés ideológico. Para justificá-la, afirma que as escolas não devem ensinar ideologia de gênero e nem marxismo cultural. Isso pressupõe que esses assuntos são ideológicos e vistos como algo negativo para ele. A solução seria escolas sem implementações ideológicas, ou seja, sem vieses ideológicos.

³⁹ Disponível em: <http://www.portalmorada.com.br/blog/paulo-tetti/85/ideologia-de-genero>

⁴⁰ Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/marxismo-e-identidade-de-genero-nas-escolas-curriculos-estaduais-reforcaram-carga-ideologica/>

⁴¹ Disponível em:

https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0imYmyTpd4F9AauM8B4JZUVENvVTG8mnEAL8AA1qq4fBASNQ2mmvw8c1XAkQgiWU2l&id=990931734252059&mibextid=Nif5oz&paipv=0&eav=Afa38rIBPOVNMEVJsS7IEzLgFmhtmpLmPWtk0oQCRVmjDhQ0uxdFfVC5OaJTbTS3Hiw&_rdr

Quando o enunciado negativo é transformado em positivo, verifica-se o aparecimento de outro ponto de vista, uma voz que é favorável a uma escola que trate sobre ideologia de gênero e marxismo cultural nas aulas. Logo, há aqui um pressuposto do enunciador sobre o seu outro. O locutor negativo acredita que esse ponto de vista seja da sua voz oposta, mas é apenas, um simulacro, a suposição do próprio locutor sobre como o seu outro se posicionaria. Em mais uma adaptação, a fim de localizar o ponto de vista que represente o outro, estabelecendo uma hipótese, há outra voz em evidência: o outro defende que a escola deva ser um veículo de debate sobre uma determinada perspectiva de gênero, pois considera ser importante para o desenvolvimento de uma sociedade mais equalitária.

Trecho 14

Deputado Castello Branco – 2018

“Lutar por uma educação de qualidade sem viés ideológico e sem doutrinação é uma obrigação de todo homem público que tenha senso de dever.

Escola Sem Partido Já!

#EscolaSemPartido #Educacao #OscarEducador #CastelloBranco17067
#SomosTodosUmSo”⁴²

Enunciador negativo: lutar por uma educação de qualidade sem viés ideológico e sem doutrinação

Enunciador positivo: lutar por uma educação com viés ideológico e com doutrinação.

Enunciador antagonizado: lutar por uma educação que aborde questões tabus não tem a ver com doutrinação

No trecho 14, o ponto de vista do locutor negativo defende a tese de que, para uma educação ser de qualidade, precisa ser sem doutrinação e sem viés ideológico. Assim como no trecho 13, o locutor invoca o Escola Sem Partido para reforçar a necessidade de uma educação que não doutrine e não imponha certas ideologias nas escolas (bandeiras do ESP). A pressuposição desse ponto de vista entende que há uma educação que possui caráter ideológico e doutrinário nas escolas, o que a torna péssima e, por isso, posiciona-se contrário essa posição. Mais uma vez, o ideológico é associado negativamente a assuntos aos quais é contrário.

⁴² Disponível em:

https://www.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid0x75qpCFQYH59mobYASgWjj3SDU3eEWyDRsDeE81HPsmAQi9Xbki634LdtVwdrGBhl&id=1972042566203913&mibextid=Nif5oz&paipv=0&eav=Afao-sr8liXAUsKixomyDmOOPJlhff1TyMPsdYc_KmBIxEfgeZOFsnaF5mBpE7l-Qyw&_rdr

Quando o enunciado negativo é transformado em positivo, é revelada uma outra voz oposta, mas que não é como o outro se vê, mas sim como o locutor negativo pensa ser o seu outro, um simulacro da voz oposta. Para esse ponto de vista, que nada mais é que o preconceito do próprio locutor negativo sobre o seu outro, a luta pela educação deve visar a doutrinação e que tenha alinhamento ideológico no ensino ao abordar certos temas. Como essa voz não representa o outro, busca-se agora o possível ponto de vista da outra voz, isto é, uma hipótese. Com certas mudanças no enunciado, o outro manifesta-se pela defesa de que uma educação de qualidade deve lidar com temáticas sociais vistas como tabus na sociedade. A abordagem desses temas, para essa voz, não tem a ver com doutrinação, mas talvez com o desenvolver senso crítico.

3.2.2 Ótica da educação em trecho do Jornal da Cidade *Online*

O trecho a seguir foi retirado de uma matéria publicada no Jornal da Cidade *Online* (JCO). O JCO é um canal bolsonarista que se descreve como “um jornal consciente não abre mão do seu direito de crítica”⁴³. O veículo também já foi condenado por difamação⁴⁴ e foi alvo da CPMI das Fake News⁴⁵.

Trecho 15

Comandante Winston Rodrigues Lima- 2021

“Ontem (5), no final da tarde, Bolsonaro falou com um apoiador que quando chega a lista tríplice para escolha de um reitor para uma universidade federal, na maior parte das vezes um é do PT, outro do PSOL e o terceiro do PCdoB. Fica complicado escolher alguém sem viés ideológico, mas completou:

“Já temos universidade federal que o reitor é um pastor, você sabia?”⁴⁶

⁴³ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/editorial>

⁴⁴ Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mai-12/jornal-cidade-online-indenizar-desembargador-difamacao>

⁴⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/21/alvo-de-cpi-site-de-fake-news-com-903-anunciantes-perde-apoio-com-campanha.htm>

⁴⁶ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/28483/equotja-temos-universidade-federal-que-o-reitor-e-um-pastorequot-revela-bolsonaro>

Enunciador negativo: quando chega a lista tríplice para escolha de um reitor para uma universidade federal, na maior parte das vezes um é do PT, outro do PSOL e o terceiro do PCdoB. Fica complicado escolher alguém sem viés ideológico.

Enunciador positivo: quando chega a lista tríplice para escolha de um reitor para uma universidade federal, na maior parte das vezes um é do PT, outro do PSOL e o terceiro do PCdoB. Há sempre candidatos com viés ideológico.

Enunciador antagonizado: quando chega a lista tríplice para escolha de um reitor para uma universidade federal, deve-se escolher o mais votado da lista, respeitando o voto da maioria da comunidade acadêmica. Fica fácil escolher alguém, já que qualquer que seja o candidato, sempre estará implícita uma opção ideológica.

O trecho 15 traz um enunciador negativo que alega dificuldades em escolher um reitor para universidades federais. A dificuldade consiste na escolha de um reitor que seja sem viés ideológico. Isso é, por sinal, a sua tese, a defesa de reitores sem ligamento ideológico. O enunciador justifica sua ideia, afirmando que a lista tríplice de escolha possui viés ideológico, ou seja, os candidatos são ligados a partidos políticos de esquerda como PT, PSOL e Pcdob. Ideológico tem a ver, então, com ligações político-partidárias. Mas a situação está mudando, pois há até reitor que é pastor. Isso não é visto como posição ideológica para o enunciador.

Na mudança do enunciado negativo para positivo surge outra voz que aponta como é complicado escolher alguém da lista tríplice com viés ideológico, porque todos são. Esse ponto de vista é a pressuposição do próprio locutor negativo que pensa ser esse o impasse da escolha do seu outro. Essa voz não é como realmente o outro pensa. Na tentativa de localizar outra voz, o posicionamento do outro, surge uma hipótese: o outro escolhe o reitor, baseando-se na pessoa mais votada pela comunidade acadêmica e não pela posição partidária do candidato. A pessoa com mais votos costuma ser a primeira da lista tríplice. Essa posição é considerada uma tradição dos governos anteriores ao de Bolsonaro.⁴⁷

Os trechos anteriores do *Facebook* e do *Jornal da Cidade Online* demonstram que o termo “sem viés ideológico” retrata a posição de enunciadores referentes ao campo da educação. Essa posição é defendida a partir da rejeição da posição do seu outro, que julga ser ideológica. A refutação baseia-se na tese de que o seu outro age ideologicamente nas escolas, universidades federais, interferindo na qualidade da educação brasileira. O agir

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/07/bolsonaro-desconsiderou-1o-da-lista-em-40-de-nomeacoes-para-reitor-de-universidades-federais.shtml>

ideologicamente é ensinar certo tópicos como a “ideologia de gênero”, por exemplo, e isso é manipular e doutrinar os jovens. É também escolher reitores alinhados aos partidos políticos de esquerda, mas reitor que é também pastor não é ideológico.

A perspectiva dos enunciadores produz um efeito de sentido que liga ideologia a algo negativo, atrelando aos seus outros tal postura e, com isso, estabelece o seu contraponto: agir com ideologia. Esse posicionamento pressupõe que os pontos de vista dos enunciadores são neutros, isentos de ideologias. Porém, é justamente esse o lugar ideológico deles: pensar que agir sem ideologias é também um ato ideológico.

O julgamento da visão dos outros não representa como este percebe o mundo, sendo assim, um simulacro, uma caricatura de como os enunciadores compreendem o seu outro. A voz oposta não é facilmente localizável, necessitando estabelecer hipóteses. As hipóteses propõem que lidar com temáticas sociais nas escolas seja benéfico para o desenvolvimento dos alunos.

Os discursos bolsonaristas no âmbito da educação partem de uma visão cristalizada, concebendo a si mesmos, como detentores da ordem natural e os seus outros, como grandes ameaças. O ato de doutrinar, de utilizar ideologias dos seus outros são posturas que obscurecem a verdade posta e natural da realidade. A posição conservadora deles reflete o fato de quererem conservar a visão que entendem como a realidade, compreendendo a noção de ideologia como a transformação da realidade de acordo com os princípios que julgam falsos. Por isso, não assumem que seus discursos sejam também ideológicos.

3.2.3 Ótica do comércio exterior em trechos de postagens do *Facebook*

A política externa de um país é uma das ferramentas de política pública entre Estado e governo, que é implementada na dimensão internacional e é pautada a partir dos objetivos de interesses nacionais. O governo produz políticas públicas por meio de programas de ações, escolhas e estratégias, resultando em “coalizões, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política.” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 14).

Em relação à ordem econômica defendida pelos bolsonaristas, o sistema liberal, que muitas vezes parte de uma suposta ordem espontânea, “está atrelado apenas a uma espécie de

ordem natural, autogeradora, o que, em última análise, desemboca em uma forma de regulação social totalmente conciliável com as liberdades mais plenas e autênticas.” (MACHADO, 2020, p.135)

Após a vitória eleitoral de 2018, o novo governo federal de Jair Bolsonaro passou por reorientações em relação à política de comércio internacional, agindo na relação Norte-Sul e implementando uma agenda liberal mais profunda. Uma das reorientações foi o enorme alinhamento às posições e aos interesses dos Estados Unidos, principalmente sob a administração de Donald Trump. A título de ilustração, o governo brasileiro já apresentou interesse de renunciar ao tratamento especial e diferenciado ofertado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para que os Estados Unidos apoiassem a entrada do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)⁴⁸. Outro episódio foi a manifestação de Bolsonaro em optar pela saída da Organização Mundial da Saúde (OMS), seguindo mesmo caminho de Trump. Ambos os presidentes acusaram a agência de agir ideologicamente na pandemia de Covid-19⁴⁹.

Ainda nas campanhas eleitorais de Bolsonaro para presidência houve duras críticas às estratégias de políticas externas dos governos petistas, pois as consideravam ideológicas. Segundo ele, o comércio exterior não deveria “louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália.”, mas sim deveria se aproximar “de vários países do mundo sem conotações ideológicas.”⁵⁰. Essas ditaduras assassinas, para Bolsonaro, seriam Cuba e Venezuela.

De acordo com Taschetto, Dias e Villar (2021), as mudanças de decisões e posições do governo brasileiro em relação às políticas exteriores podem ser entendidas por reagirem

de um lado, a um contexto internacional no qual os Estados Unidos pressionavam por reformas no multilateralismo comercial e reagiam à ascensão econômica, política e tecnológica da China com uma arsenal de medidas unilaterais; e, de outro, a um contexto doméstico que preconiza uma série de reformas liberais e de abertura do mercado doméstico focada em relações Norte-Sul. (TASQUETTO; DIAS; VILLAR, 2021, p.25)

Trecho 16

Jair Messias Bolsonaro- 2019

⁴⁸ Disponível em: <https://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2019/03/saida-do-brasil-da-omc-para-entrar-na-ocde-pode-nao-ser-vantajoso>

⁴⁹ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/saude-coronavirus-oms-bolsonaro-idLTAKBN23G28L>

⁵⁰ Disponível em: <https://exame.com/mundo/jair-bolsonaro-quer-politica-externa-sem-conotacao-ideologica/>

“- Tereza Cristina e Ernesto negociando em Bruxelas, Onyx e Guedes no Brasil e eu, após conversar com Merkel, Macron e Macri em Osaka, fechamos o acordo do Mercosul com a União Européia.

- Depois de 20 anos, e sem mais o viés ideológico, a vitória. Parabéns BRASIL! 🇧🇷”⁵¹

Enunciador negativo: Depois de 20 anos, e sem mais o viés ideológico, a vitória.

Enunciador positivo: Durante 20 anos com o viés ideológico.

Enunciador antagonizado: Sempre haverá implicações ideológicas.

No trecho 16, o locutor negativo é favorável da tese de um comércio exterior sem viés ideológico. Como justificativa, aponta negociações com diversos países como Bélgica, Alemanha, Argentina e França. Ao adotar essa postura, o país saiu vitorioso, pois conseguiram fechar o acordo do Mercosul com a União Europeia (EU), depois de 20 anos. Agora, estão guiando-se “não mais pela orientação ideológica, e sim pela sua orientação de livre-comércio”⁵². A orientação de livre-comércio não é entendida como ideológica.

O pressuposto da tese aponta que antes de Bolsonaro, durante 20 anos, líderes adotavam posturas ideológicas nas relações comerciais e, por isso, não obtiveram êxito. Esse é o outro ponto de vista presente quando o enunciado negativo é transformado em positivo. Essa voz representa o simulacro, a suposição do locutor negativo de como seria a postura comercial do seu outro: esse outro faz comércio com viés ideológico. Como essa voz não representa o outro, busca-se agora uma outra possível perspectiva, uma hipótese. A voz aponta uma posição que compreende que durante seus 20 anos de negociações houve implicações ideológicas como quaisquer outros acordos e relações comerciais internacionais.

Trecho 17

Eduardo Bolsonaro – 2019

“Ontem recebendo o embaixador Bader, do Bahrein, e hoje de manhã conversando com secretários da embaixada dos EUA no Brasil. Fazer comércio sem o viés ideológico é uma de nossas metas. O Brasil não tem recursos sobrando e há muitos problemas para resolvermos aqui, então doações para ditaduras ou países que apoiam terrorismo não serão mais suportadas.”⁵³

⁵¹ Disponível em: <https://m.facebook.com/jairmessias.bolsonaro/photos/-tereza-cristina-e-ernesto-negociando-em-bruxelas-onyx-e-guedes-no-brasil-e-eu-a/1503406776474970/>

⁵² Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/07/03/bolsonaro-diz-que-mercossul-fechou-acordo-com-ue-porque-mudou-sua-ideologia.htm>

⁵³ Disponível em: <https://m.facebook.com/bolsonaro.enb/photos/ontem-recebendo-o-embaixador-bader-do-bahrein-e-hoje-de-manh%C3%A3-conversando-com-se/1098879363638020/>

Enunciador negativo: Fazer comércio sem o viés ideológico é uma de nossas metas.
Enunciador positivo: Fazer comércio com o viés ideológico é uma meta das nossas metas.
Enunciador antagonizado: Fazer comércio com países é uma de nossas metas e não deixa de estar perpassada por ideologias.

No trecho 17, o enunciador negativo defende a ideia de fazer comércio internacional sem viés ideológico. Para justificar essa tese, ele relata a relação do governo Bolsonaro com membros de embaixadas de países como Bahrein, um país ditatorial do Oriente Médio, e os Estados Unidos. Além disso, posiciona-se contrário a doações financeiras para ditaduras ou países que apoiam terrorismo. Isso tudo aponta para o seguinte pressuposto: agir ideologicamente é ter relações comerciais com certos países, países que são ditaduras ou apoiam terrorismo. Porém, não quaisquer países, mas aqueles que possuem proximidades ideológicas, porque Bahrein, por exemplo, vive sob uma ditadura e não está contemplado na lógica bolsonarista, já que o governo faz comércio sem viés ideológico.

Ao transformar o enunciado negativo em positivo, encontra-se um outro ponto de vista que é identificado por ser a suposição do próprio locutor negativo sobre a posição do seu outro. Essa voz aponta para um outro que acredita que fazer comércio exterior com viés ideológico deve ser uma das suas metas políticas. Para o locutor negativo, essa posição do seu outro resulta em relações com certos países ditatoriais. Na busca por outra voz, foi estabelecida uma hipótese, localizando outro ponto de vista. Essa perspectiva defende que fazer comércio internacional com qualquer que seja o país implica ações ideológicas.

3.2.4 Ótica do comércio exterior em trechos do Jornal da Cidade Online

Trecho 18

Emílio Kerber Filho- 2020

“Bolsonaro também vai visitar neste domingo (08) o Comando do Sul do exército dos EUA. O Brasil vai consolidando relações internacionais prósperas e sem o viés puramente ideológico dos governos petistas.”⁵⁴

⁵⁴ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/19195/ao-vivo-bolsonaro-faz-viagem-historica-aos-eua-veja-o-video>

Enunciador negativo: O Brasil vai consolidando relações internacionais prósperas e sem o viés puramente ideológico dos governos petistas.

Enunciador positivo: O Brasil vai consolidando relações internacionais com o viés puramente ideológico.

Enunciador antagonizado: O Brasil vai consolidando relações internacionais, entendendo que sempre haverá alinhamentos ideológicos entre elas.

No trecho 18, existe um locutor negativo que defende a tese de que as relações comerciais estão prósperas, porque estão livres do viés ideológico dos governos petistas. Como justificativa, cita a visita de Bolsonaro no exército dos Estados Unidos. Isso pressupõe que os governos petistas faziam comércio exterior utilizando ideologias, o que mostra um tom negativo para essa ação.

Ao transformar o enunciado negativo em positivo, outra voz surge: a defesa de relações internacionais com o uso do viés ideológico. Esse ponto de vista, que é o pressuposto, é um simulacro, uma crença do locutor negativo sobre como o seu outro pensa sobre as relações comerciais. E como esse outro pensaria? Como não há essa resposta, uma hipótese é lançada, necessitando de mais adaptações. O outro ponto de vista aponta que todas as consolidações das relações internacionais brasileiras são atravessadas por questões ideológicas.

Trecho 19

Redação do Jornal da Cidade Online – 2019

“O fato vai de encontro às narrativas da extrema-imprensa que circulam desde a sinalização das intenções de aproximação com Israel- ainda durante a campanha eleitoral de 2018- e demonstra o cumprimento de mais uma promessa de campanha de Bolsonaro: a realização de comércio e a costura de acordos sem viés ideológico, colocando os interesses do país acima das mesquinhas partidárias.”⁵⁵

Enunciador negativo: realização de comércio e a costura de acordos sem viés ideológico, colocando os interesses do país acima das mesquinhas partidárias.

Enunciador positivo: realização de comércio e a costura de acordos com viés ideológico, colocando os interesses do país nas mãos partidárias.

Enunciador antagonizado: toda realização de comércio e a costura de acordos é ideológica.

⁵⁵ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/17011/contrariando-extrema-imprensa-brasil-se-aproxima-do-mundo-arabe-e-sinaliza-acordos-na-area-de-defesa>

No trecho 19, o enunciador negativo posiciona-se favorável a relações comerciais sem viés ideológico do governo Bolsonaro. A sua tese é justificada da seguinte maneira: relações sem viés ideológico são aquelas que focam nos interesses do país, não possuindo, assim, ligações partidárias. Um exemplo dessa relação é a intenção de aproximação com Israel, uma promessa de campanha. Isso pressupõe que a aproximação com Israel não é partidária e, portanto, não ideológica.

Já o enunciador positivo representa como o enunciador negativo considera ser a sua voz oposta. Para ele, o positivo realiza relações comerciais com outros países não pensando no Brasil, mas sim em beneficiar partidos políticos. Isso demonstra que as relações comerciais são ideológicas. Mas essa é a visão preconceituosa do enunciador negativo, um simulacro de como ele considera ser o seu outro. Como não temos acesso à voz do outro, lança-se uma hipótese: toda relação comercial com outros países sempre será ideológica.

Os trechos anteriores revelam o posicionamento dos enunciadores em relação ao termo “sem viés ideológico” no campo do comércio exterior. Os enunciadores defendem que, para haver relações internacionais prósperas, é necessário ser sem viés ideológico, como ocorre no governo Bolsonaro. Essa visão é resultado da negação da posição das vozes dos seus outros, que são vistas como ideológicas. As vozes opostas são representadas pelos governos petistas, partidos políticos, agem ideologicamente por interesses próprios ou com a finalidade de doar para ditaduras e apoiar terrorismo (de esquerda). Segundo os enunciadores, tais posturas são negativas para as relações comerciais e não dão certo, como ocorreu com o acordo do Mercosul, que demorou 20 anos para se concretizar e só aconteceu porque foi sem viés ideológico. Agir sem viés ideológico é fazer relações com determinados países como os Estados Unidos, países europeus, Israel, Bahrein.

A perspectiva dos enunciadores produz efeito de sentido a partir das suas vozes antagônicas: agir com viés ideológico. Ao estabelecer os seus outros como errados por agirem ideologicamente e, esse agir está relacionado ao fato de serem de esquerda, pressupõe-se que os seus próprios posicionamentos de direita com outros países são neutros, isentos de influências ideológicas e, dessa forma, certos. A posição ideológica é a seguinte: negar agir sem ideologias nas suas relações comerciais é uma forma de se estabelecer ideologicamente também. As suas ações frente aos países escolhidos não deixam de ser guiadas pelos seus pressupostos ideológicos conservadores e liberais, assim como ocorre com a recusa a outros países de correntes políticas de esquerda.

Os discursos bolsonaristas sobre o comércio exterior refletem as suas concepções não só de ideologia como desvio, mudança da realidade dada, como também o pensamento liberal conservador. O liberalismo é constituído em termos naturais, ou seja, pertencente à ordem, ao curso natural das coisas. Tudo que foge a essa naturalização é compreendido como a distorção da realidade, algo ideológico. Por isso, alinhar-se comercialmente a países tradicionalmente liberais, como Estados Unidos, França, Israel e Bahrein, não é encarado como ideológico, já que esses países estão de acordo com a ordem natural. A esquerda política e suas doutrinas rompem com essa ordem, sendo vistas como ideológicas pelos bolsonaristas, pois, para eles, propõem abordagens econômicas não liberais, que não são naturais.

As críticas às visões dos antagonistas dos enunciadores são apenas conjecturas, um simulacro de como pensa que seus outros são. Como não é possível ter acesso direto a essas vozes, foi necessário estabelecer hipóteses. As hipóteses partem do entendimento que qualquer que sejam as relações comerciais propostas com quaisquer países, todas partem de atravessamentos ideológicos.

3.3 A designação “sem viés ideológico” antes de Bolsonaro

A Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) é uma sociedade civil sem fins lucrativos que representa a indústria elétrica e eletrônica brasileira em níveis nacionais e internacionais. Humberto Barbato é o presidente executivo da Abinee desde 2013. Nessa época, o presidente manifestava preocupação com a desindustrialização e, conseqüentemente, a tímida participação mundial do comércio brasileiro: “A participação do Brasil em acordos regionais, no entanto, tem sido restrita ao Mercosul, que está travado e cuja dimensão de mercado é modesta para a expansão das nossas exportações” (ENCONTRO, 2014, p.17). A fala remete a sua participação no encontro com candidatos presidenciais na Confederação Nacional da Indústria (CNI) em 2014.

O encontro reuniu os candidatos à corrida presidencial de 2014 Eduardo Campos, do PSB, Dilma, do PT e Aécio Neves, do PSDB. Diante do cenário apresentado por Barbato, Aécio Neves corroborou o diagnóstico lançado e afirmou que seu governo terá uma visão mais comercial e menos ideológica: “Não deve prevalecer nesta área interesses de um partido ou de um governo, mas, sim, do país”, afirmou. A atual postura, segundo ele, tem custado ao Brasil

um afastamento dos acordos comerciais celebrados mundo afora.” (ENCONTRO, 2014, p.17). Dilma defendeu as posturas adotadas pelo seu governo até então e “afirmou que em um próximo governo a prioridade será a reforma tributária, ainda que não em sua totalidade, mas com foco na simplificação, desburocratização e não acumulação.” (ENCONTRO, 2014, p.18). Por fim, Campos mencionou que a indústria deve ser prioridade, ressaltando “a necessidade de se estabelecer no país um planejamento de longo prazo e, principalmente, mudar o modelo político atual. “O presidencialismo de coalizão só levará o Brasil para trás”.” (ENCONTRO, 2014, p.18).

No editorial da revista Abinee de 2014, Barbato expôs um documento com propostas para os candidatos à presidência chamado de Desenvolvimento da Indústria Brasileira e do Setor Elétrico e Eletrônico. Algumas das propostas defendidas foram reformas liberais como acordos comerciais bilaterais e regionais, redução da carga tributária, pois ela contribuiu para a perda de competitividade, reforma fiscal e modernização da legislação, considerando a flexibilização das relações do trabalho, como a possibilidade de terceirização da mão de obra.

Segundo a matéria publicada no Estado de Minas (2014)⁵⁶, para muitos empresários presentes no evento, os candidatos Aécio e Campos pareciam propor projetos parecidos em relação ao setor industrial, e Dilma não demonstrou significativas mudanças que propusessem a melhora da economia. O governo de Dilma, nesse período, passava por muitas críticas, pois setores da indústria discordavam da política econômica adotada no Planalto⁵⁷. A política econômica do governo “passou a ser criticada também por analistas brasileiros, que enxergaram no abandono do tripé do neoliberalismo (controle da inflação com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante) a causa de um “desarranjo geral” (idem, p. 41).” (VIEIRA, 2018, p.12)

Trecho 20

Paulo de Tarso Lyra, Amanda Almeida, André Shalders e Antonio Temoteo -2014

“O presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, afirmou que o governo Dilma Rousseff tem dificuldades em firmar parcerias

⁵⁶ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/07/31/interna_politica,553684/propostas-de-presidenciais-nao-empolgam-empresarios.shtml

⁵⁷ Disponível em: <https://www.uol.com.br/eleiticoes/2014/noticias/mobile/2014/07/30/empresarios-da-industria-sabatinam-presidenciais-nesta-quarta.htm>

comerciais com outros países. “Aécio e Campos têm boas propostas para esse tema, sem viés ideológico”, concluiu.”⁵⁸

Enunciador negativo: “Aécio e Campos têm boas propostas para esse tema, sem viés ideológico”, concluiu.

Enunciador positivo: Outros candidatos têm propostas para esse tema com viés ideológico.

Enunciador antagonizado: Todas as propostas dos candidatos para esse tema serão criticadas independentemente dos seus alinhamentos ideológicos.

O trecho 20 traz um enunciador negativo que defende a tese de que as propostas para parcerias comerciais dos candidatos Aécio e Campos são sem viés ideológico, logo, são boas. O mesmo não ocorre com Dilma, já que possui dificuldades em firmar parcerias. O pressuposto dessa ideia é que as propostas ruins são com viés ideológico. Pode-se deduzir que as propostas da Dilma são com viés ideológico, e que não devem ser muito boas, por isso, a dificuldade em consolidar colaborações comerciais. Dilma apresenta dificuldades no setor por agir ideologicamente quando firma parcerias comerciais com alguns países e se afasta da postura liberal defendida pelos outros candidatos e pela Abinee.

Na mudança do enunciado negativo para o positivo, há outra voz presente, que alega que, outros candidatos, como Dilma, agem ideologicamente. Contudo, a voz localizada representa a percepção do locutor negativo sobre como a sua voz oposta pensa sobre os candidatos, sendo somente a criação caricata do próprio locutor acerca da posição que acredita ser de seu outro. Por não termos acesso direto a outra voz, uma hipótese é estabelecida na figura do enunciador antagonizado. Essa outra voz entende que quaisquer propostas e candidatos são atravessados ideologicamente. O sucesso de uma proposta dependerá do olhar ideológico para o objeto.

Trecho 21

Redação da Folha de São Paulo -2017

““Também na mídia impressa, publicou charges nos diários cariocas “Jornal de o Brasil” e “Tribuna de a Imprensa” e foi um dos criadores do satírico “O Planeta Diário”, em 1984. Na Folha, o cartunista é colaborador da “Ilustríssima” desde o início de 2016. “Vou continuar

⁵⁸ Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2014/07/31/interna_politica,553684/propostas-de-presidenciais-nao-empolgam-empresarios.shtml

fazendo o que sempre fiz na minha vida: criticar quem está no poder, quem saiu do poder e quem vai vir para o poder, sem viés ideológico”, afirma Hubert.”⁵⁹

Enunciador negativo: “Vou continuar fazendo o que sempre fiz na minha vida: criticar quem está no poder, quem saiu do poder e quem vai vir para o poder, sem viés ideológico”.

Enunciador positivo: Há quem critique quem está no poder, quem saiu do poder e quem vai vir para o poder, com viés ideológico.

Enunciador antagonizado: Criticar quem está no poder, quem saiu do poder e quem vai entrar no poder não deixa de ter implicações ideológicas.

Hubert Aranha é cartunista, humorista, colunista e ator carioca. Hubert é um dos criadores do jornal de humor O Planeta Diário em 1984 e foi coautor da coluna de “Perry White” na Folha de São Paulo também na mesma década. Ele é mais conhecido por seus trabalhos no programa de televisão Casseta & Planeta (1992-2010), personificando personagens fictícios e reais como Fernando Henrique Cardoso, Lula, Ciro Gomes, Cristiano Ronaldo entre outros. Atualmente o humorista escreve junto com o ex-Casseta Marcelo Madureira na Coluna de “Agamenon Mendes Pedreira”, em O Antagonista. A sua trajetória como cartunista começou ainda jovem e em muitas das vezes busca retratar as situações políticas brasileiras com humor.

No trecho 21, há um enunciador negativo que é favorável a tecer críticas a qualquer que seja o representante político que esteve, esteja ou estiver no poder sem viés ideológico. Essa tese baseia-se na crença que, ao criticar todos, não tenderia a defender determinada figura política, já que ninguém fugiria de seus questionamentos e apontamentos levantados. Essa justificativa é agir sem viés ideológico.

Transformando o enunciador negativo em positivo, outro ponto de vista é localizado: há cartunistas que criticam todos os políticos com viés ideológico. Isso significa que o locutor negativo acredita que essa seja a postura da sua voz oposta. Para ele, o seu outro, outros cartunistas, faz charges com viés ideológico, ou seja, as críticas feitas tendem para um lado, mesmo criticando todos. Esse é inclusive o pressuposto da tese do enunciador negativo. Com isso, nota-se que essa outra visão é apenas uma versão caricata da voz do outro, realizada pelo próprio locutor negativo. Na busca da voz oposta ao locutor negativo, mudanças foram feitas. A hipótese é a seguinte: O enunciador encontrado posiciona-se entendendo que fazer críticas a

⁵⁹ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1846806-hubert-do-casseta-estreia-charge-na-folha-nesta-quarta-feira.shtml>

todos os políticos de qualquer lado político também é uma posição que não o isenta de ser ideologicamente marcada.

Trecho 22

Marina Ribeiro- 2014

“O site Atlas Político, fundado por dois doutorandos de a Universidade de Harvard, pretende ser uma plataforma que seleciona informações relevantes dos sites oficiais e apresentá-las de maneira clara, objetiva e sem viés ideológico. Segundo Thiago Costa, criador do site e doutorando de matemática aplicada na universidade americana, “apesar de os esforços do governo de construir suas plataformas de transparência, os dados são apresentados em essas plataformas de maneira difícil de entender até para quem está acostumado a trabalhar com análise de dados”. Para isso, abusam de gráficos interativos, e informações pessoais e do contato do parlamentar.”⁶⁰

Enunciador negativo: O site Atlas Político, fundado por dois doutorandos da Universidade de Harvard, pretende ser uma plataforma que seleciona informações relevantes dos sites oficiais e apresentá-las de maneira clara, objetiva e sem viés ideológico.

Enunciador positivo: Há outros sites que selecionam informações dos sites oficiais e as apresenta com viés ideológico.

Enunciador antagonizado: Qualquer site que seleciona informações dos sites oficiais apresentar-se-á ideologicamente.

Quando se fala em fiscalização de candidatos, eleitos políticos e entidades públicas, há diversas ferramentas para se recorrer, a fim de expor informações necessárias para a sociedade, através de canais privados e públicos. No âmbito público, existem os portais de transparência dos três níveis de administração pública do governo federal, estadual e municipal como o Portal de Transparência e o Portal e-Cidadania, *sites* da Câmara dos Deputados e assim por diante. Em relação à esfera privada, inúmeros *sites* e aplicativos como, por exemplo Sr. Cidadão, Transparência Brasil, Atlas Político, oferecem dados, análises, rankings sobre os políticos e até orçamentos.

A Atlas Político é uma ferramenta de análise política de dados on-line baseada na ciência de dados, sendo integrante da Atlas Intelligence (AtlasIntel). A AtlasIntel é uma *startup* que

⁶⁰ Disponível em: <http://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/11/7-ferramentas-para-bfiscalizar-os-politicos-eleitob.html>

desenvolve soluções personalizadas para alguns países como o Brasil, por meio de aparatos tecnológicos, para o mercado de pesquisa política. A plataforma foi criada pelo romeno, Andrei Roman, e o brasileiro, Thiago Costa, na época em que eram doutorandos em Harvard. O site oferece “um serviço para o acompanhamento da atuação dos políticos e traz, entre outras informações, perfis e um ranking dos parlamentares, com base em critérios como fidelidade partidária, número de discursos, gastos de campanha e votos recebidos.”⁶¹. Os organizadores apontam que o diferencial da plataforma é a sua capacidade de traçar o ranking parlamentar sem “adentrar na análise da plataforma ou do discurso político do parlamentar, mantendo como critério sua competência em defender uma agenda política, independentemente de seu conteúdo ideológico.”⁶²

No trecho 22, o locutor negativo defende a tese de que Atlas Político é uma ferramenta que seleciona informações objetivas e sem viés ideológico. Essa posição é justificada da seguinte maneira, sendo, inclusive, seu pressuposto: os sites oficiais do governo não fornecem dados públicos acessíveis para a população e nem para aqueles que trabalham com análises de dados, logo, a ferramenta surge dessa necessidade de facilitar a vida dos eleitores.

Ao transformar o enunciado negativo em positivo, outra voz é localizada: outros sites promovem informações de canais oficiais com viés ideológico. Essa visão é do próprio locutor negativo que acredita que a sua voz oposta, outras plataformas, agem ao selecionar informações. Porém, esse ponto de vista é caricato, e não representa como as outras plataformas se entendem. Como não é possível localizar a voz oposta, uma hipótese é lançada. O novo ponto de vista aponta que qualquer que seja o *site* que selecione dados oficiais agirá ideologicamente. O ato de selecionar representa uma prática ideológica de quem o faz.

Trecho 23

Sérgio Magalhães – 2017

“Tais exemplos da desigualdade intra-urbana não são medidos nos estudos sobre a desigualdade de renda, onde levantamos a taça de campeões do mundo. Porém, são insumos importantes para o desequilíbrio de oportunidades entre os brasileiros, e, de certo modo, para o desencanto com a democracia e o apelo ao radicalismo e ao populismo. Precisamos saudar os estudos que nos informam sobre a nossa realidade sem viés ideológico, partidário ou de

⁶¹ Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/atlas-politico/>

⁶² Disponível em: <https://democraciadigital.fgv.br/iniciativas/atlas-politico>

classe. Eles nos ajudam a formular nossas alternativas políticas. E, se quisermos, a afastar aquela vexatória taça.”⁶³

Enunciador negativo: Precisamos saudar os estudos que nos informam sobre a nossa realidade sem viés ideológico, partidário ou de classe.

Enunciador positivo: Há estudos que nos informam sobre a nossa realidade com viés ideológico, partidário ou de classe.

Enunciador antagonizado: Todos os estudos que nos informam sobre a nossa realidade são atravessados por perspectivas ideológicas.

Sérgio Magalhães é um importante arquiteto e urbanista contemporâneo brasileiro. É professor-adjunto do curso de graduação em arquitetura, pós-graduação em urbanismo na UFRJ e colunista no jornal O Globo. Atuou na prefeitura do Rio de Janeiro como subsecretário, secretário e diretor de urbanismo nas décadas de 1980 e 1990, sendo um dos principais criadores do programa de urbanização conhecido como Favela-Bairro. Já em Niterói, atuou como secretário e subsecretário no início dos anos 2000. Além disso, foi presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) entre 2012 e 2017. Os principais temas urbanísticos de seu trabalho giram em torno da habitação, mobilidade e sustentabilidade. Dentro de cada tema outros eixos se encontram como saneamento, transporte, clima e desigualdade social.

De acordo com o arquiteto, o Brasil “viveu longo período de crescimento demográfico e de urbanização da população. A expansão das cidades era vista como natural. E os problemas urbanos, como típicos do crescimento, justificando as imprevidências e a falta de planejamento”⁶⁴. Os diversos problemas que surgiram e se mantêm, como a precarização dos serviços públicos, da moradia, do saneamento, do transporte, afetam o desenvolvimento e amadurecimento da própria democracia brasileira.

Pensar na questão urbanística e em seus desafios é compreender que é uma ação política e dever do Estado. Nas palavras de Magalhães “democracia e alta desigualdade não combinam.”⁶⁵, porque é na manutenção das desigualdades social e econômica que há chances de surgir radicalismo e populismo. Seguindo essa linha, as péssimas condições de vida nas

⁶³ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/afasta-de-nos-esta-taca-22238610>

⁶⁴ Disponível em: <http://www.iabdf.org.br/noticias/a-soma-sera-melhor-artigo-de-sergio-magalhaes>

⁶⁵ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/afasta-de-nos-esta-taca-22238610>

grandes cidades contribuem para que cada vez mais brasileiros se desencantem com a democracia e vejam na radicalização alguma solução.

No trecho 23, o enunciador negativo versa sua tese sobre defesa de estudos que falem da realidade sem viés ideológico, partidário ou de classe. A posição é justificada, pois, para ele, há estudos que não medem a desigualdade intraurbana, algo relevante para compreender a desigualdade de renda. Isso pressupõe que existem estudos, então, com viés ideológico, partidário e de classe.

Na busca pelo ponto de vista oposto, ou seja, na transformação do enunciador negativo para o positivo, outra voz é localizada: defesa de estudos que façam uma leitura da realidade com viés ideológico. Essa visão não representa a voz oposta do locutor, pois é apenas o simulacro da voz do outro produzida pelo próprio locutor negativo. Em mais uma transformação do enunciador negativo, surge outro ponto de vista que compreende que o próprio ato de elaborar políticas públicas para solucionar as desigualdades vivenciadas nas cidades é perpassado por ideologias. Em outras palavras, todos os estudos seguem orientações, posições, demonstrando que há ideologias nas escolhas lançadas.

Trecho 24

Estadão Conteúdo -2017

“Vamos tirar um pouco desse aspecto ideológico que este tema acabou tendo na cidade de São Paulo, com manifestações do PSOL, do PT, dos partidos de esquerda”, afirmou o prefeito, após reunião com o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), em visita à capital goiana. Doria aproveitou para criticar o governo do petista Luiz Inácio Lula da Silva que, segundo ele, desejou fazer o Fome Zero durante dois anos e “nada fez”. “Consumiu milhões de reais e não implantou o Fome Zero. Nós estamos criando um programa, na verdade, adotando um programa, eu repito, que é bom, que é positivo e vamos fazê-lo gradualmente, sem pressa, sem afobação, e principalmente sem viés ideológico”, afirmou o prefeito.”⁶⁶

Enunciador negativo: Nós estamos criando um programa, na verdade, adotando um programa, eu repito, que é bom, que é positivo e vamos fazê-lo gradualmente, sem pressa, sem afobação, e principalmente sem viés ideológico”, afirmou o prefeito.

Enunciador positivo: Há programas com viés ideológico, afirmou o prefeito.

⁶⁶ Disponível em: <https://istoe.com.br/doria-defende-programa-de-alimentacao-e-preciso-tirar-aspecto-ideologico/>

Enunciador antagonizado: Qualquer programa escolhido e implementado terá seu aspecto ideológico.

João Doria é um empresário e político brasileiro. Como empresário, é fundador e presidente do Grupo Doria, um grupo de comunicação e marketing. Na vida pública, Doria já foi secretário de Turismo de São Paulo, presidente da Paulistur e da Embratur na década de 1980. Voltou a vida pública na década de 2010 como prefeito e governador de São Paulo pelo PSDB. A vitória de Doria em 2016 para prefeitura de São Paulo foi bastante influenciada por episódios públicos, que o ajudaram a projetar e ganhar visibilidade no país. A título de exemplo, Doria coordenou o Movimento Cívico pelo Direito dos Brasileiros, conhecido popularmente como “Cansei” em 2007.

O “Cansei” surgiu após o trágico acidente aéreo da TAM no mesmo ano. Além disso, o movimento, que se dizia ser apartidário e insatisfeito com o governo de Lula, os casos de corrupção e a violência, “contagiu uma ala jovem da Fiesp, a OAB-SP e personalidades como Hebe Camargo, Ivete Sangalo e Regina Casé. Nizan Guanaes idealizou uma campanha de TV que pedia: “Mostre indignação”.⁶⁷

Na época como prefeito de São Paulo, Doria protagonizou outro episódio chamado de “ração humana”. O então prefeito causou polêmica ao criar um Programa de Alimentação Solidária com a finalidade de distribuir um composto alimentício, denominado “farinata”, na merenda escolar e para a população carente. O alimento é feito a partir da desidratação de produtos próximos a data de vencimento, sendo transformado em granulado. O programa recebeu diversas críticas contrárias, inclusive do Conselho Regional de Nutrição⁶⁸.

Em resposta, Doria defendeu o programa, recorrendo à fala do arcebispo de São Paulo, Dom Odilo Scherer, para afirmar que a “‘fome não tem partido’, fome não pode ser tratada com questões ideológicas e partidárias”⁶⁹. Ademais, fez críticas ao Lula, em relação a sua atuação no programa Fome-Zero e criticou os partidos de esquerda, que segundo o ex-prefeito, tornou o tema ideológico, graças às suas manifestações públicas. Assim, Doria concluiu que há a

⁶⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/08/1909369-ha-dez-anos-cansei-dava-a-doria-projecao-politica-e-pecha-de-golpista.shtml>

⁶⁸ Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/572613-conselho-regional-de-nutricionistas-se-posiciona-contracao-humana-de-doria>

⁶⁹ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2017/10/19/interna-brasil,634895/doria-defende-programa-de-alimentacao-e-preciso-tirar-aspecto-ideolo.shtml>

necessidade de “tirar um pouco o aspecto ideológico” realizado pela oposição em relação ao tema. Porém, devido à repercussão negativa, a prefeitura desistiu de aplicar o programa.⁷⁰

O trecho 24 aborda um enunciador negativo que defende a tese de adoção gradual de um programa de alimentação sem viés ideológico. A justificativa é que o programa é bom, porém está sendo tratado ideologicamente, tendo até manifestações partidárias de esquerda, contrárias à implementação do programa. Além disso, tece uma crítica negativa à maneira como foi conduzido o programa Fome Zero, iniciativa do governo Federal sob administração de Lula, por ter custado muito dinheiro, mas sem a sua implementação de fato. A sua posição pressupõe que há programas que agem ideologicamente, talvez como o Fome Zero. Essa pressuposição não é somente a transformação do enunciado negativo em positivo, como também a dedução do próprio locutor negativo acerca da sua voz oposta, configurando apenas um simulacro e não a posição do seu outro. Como não é possível saber o posicionamento do outro, uma hipótese é proposta: qualquer que seja o programa escolhido e implementado, o aspecto ideológico não deixa de estar presente.

Trecho 25

Redação de O Globo -2018

“Portanto, é nesse contexto que se dá a intervenção. E, analisando os fatos sem viés ideológico, não há por que comparar a situação atual com arroubos de autoritarismo dos anos de chumbo. O decreto foi aprovado pelo Congresso Nacional, com ampla maioria, respeitando a Constituição. Tudo dentro de a lei. Caberá a órgãos como Ministério Público, Defensoria Pública etc. denunciar eventuais desvios de conduta de quem quer que seja, como acontece no estado democrático de direito. Se há hoje algum estado de exceção é o que impõe às comunidades a lei de o tráfico e da milícia, que espalham o terror e cobram taxas por serviços básicos que outros cidadãos não pagam. A intervenção é uma oportunidade para sanear as polícias e lançar as bases de uma efetiva integração entre as forças de segurança, privilegiando a inteligência e as ações planejadas. Só assim será possível combater o crime organizado e reconquistar espaços perdidos para o tráfico.”⁷¹

⁷⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-polemica-doria-abandona-distribuicao-de-farinata-e-amplia-compra-de-produtos-organicos.ghtml>

⁷¹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/medida-necessaria-22451018>

Enunciador negativo: Portanto, é nesse contexto que se dá a intervenção. E, analisando os fatos sem viés ideológico, não há por que comparar a situação atual com arroubos de autoritarismo de os anos de chumbo.

Enunciador positivo: Portanto, é nesse contexto que se dá a intervenção. E, analisando os fatos com viés ideológico, pode-se comparar a situação atual com arroubos de autoritarismo de os anos de chumbo.

Enunciador antagonizado: Portanto, é nesse contexto que se dá a intervenção. E, analisando os fatos, sempre haverá atravessamento ideológico que se faça, podendo ou não fazer uma comparação de situação com os arroubos de autoritarismo de os anos de chumbo.

O estado do Rio de Janeiro vivencia a mais recente crise social e econômica dos últimos anos. As principais razões foram a queda do valor do barril de petróleo e, conseqüentemente, a arrecadação de *royalties* para municípios e o próprio estado. O escândalo de corrupção da Petrobras, diminuição da arrecadação do ICMS, por causa da crise instalada, e os gastos com a Olimpíada e Copa do Mundo. Somando-se a isso, dois ex-governadores do estado fluminense foram presos por corrupção: Sérgio Cabral, em 2016, e Luiz Pezão, em 2018. A crise fez com que o estado perdesse 20% de sua parte industrial e cerca de 100 mil empregos entre 2014 e 2019⁷². Em 2016, o estado decretou o Estado de Calamidade Pública no âmbito da administração financeira por causa da grave crise instalada.

Além da crise financeira, a social também se intensificou. A renda da população caiu, houve onda crescente de desemprego, precarização dos serviços e o aumento da violência. Para lidar com as ondas de violência foi decretada, pelo presidente da República Temer em 2018 e pactada com o então governador do Estado, Pezão, a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

A intervenção está respaldada pela Constituição Federal de 1988, no artigo 34, em que a União poderá intervir nos Estados em algumas situações como, por exemplo, no caso solicitado pelo estado fluminense: “III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública; IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação; V - reorganizar as finanças da unidade da Federação”. (BRASIL, 1988). O objetivo foi combater o crime organizado e as ondas de violência no Estado.

⁷² Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/07/12/rj-perde-20percent-do-parque-industrial-e-cerca-de-100-mil-empregos-em-5-anos.ghml>

A medida teve caráter militar, conferindo a um interventor federal, o escolhido general do Exército Braga Netto, plenos poderes de governador na área de segurança. Assim, o general passou a ser o “chefe máximo das polícias Militar e Civil, Corpo de Bombeiros e da Administração Penitenciária fluminenses”⁷³. Nos dez meses de atuação, a intervenção foi bastante custosa⁷⁴, reduziu um pouco os roubos, mas em compensação “viu os tiroteios se intensificarem e a letalidade policial atingir o maior patamar dos últimos 16 anos.”⁷⁵.

No trecho 25, o enunciador negativo defende analisar os fatos, ou seja, o contexto da intervenção militar no Estado do Rio de Janeiro em 2018, sem viés ideológico. Como justificativa, afirma que a intervenção está sendo comparada com os anos chumbo (as décadas de 1960 e 1970, os períodos mais repressivos da ditadura militar), o que não cabe nesse contexto, porque, além de estar na lei e de ter sido aprovada, o real estado de exceção são os bandidos e não o Estado. O pressuposto da ideia é que há quem compare a intervenção ao autoritarismo dos anos de chumbo e isso, para o enunciador, é analisar com viés ideológico a situação. Essa posição é inclusive a voz que o enunciador negativo considera ser a oposta à sua, o seu outro, surgindo quando o enunciado negativo é transformado em positivo. A voz em questão é um simulacro da sua voz oposta, não representando como o seu outro se posiciona. O ponto de vista do outro não é localizável, por isso, uma hipótese é proposta: seja qualquer posição que se tome, defendendo ou sendo contra, não deixará de ser ideológica.

Os trechos acima referem-se às posições dos enunciadores sobre o termo “sem viés ideológico” em um período antes de Bolsonaro. Essa posição baseia-se na rejeição das suas vozes antagônicas: com viés ideológico. Para os enunciadores, agir com viés ideológico é não possuir bons projetos políticos que melhorem a economia brasileira como os de Dilma, é tecer críticas a alguns candidatos políticos e não a outros, é a existência de estudos que não falem da realidade levando em conta a desigualdade intraurbana e é selecionar informações de *sites* do governo brasileiro com viés ideológico. É também criticar negativamente o programa de alimentação em São Paulo (feitas pelo PSOL, PT e partidos de esquerda) e a intervenção militar no Rio, ao associá-la ao período mais repressivo da ditadura militar. Essa postura sugere que as perspectivas dos enunciadores são neutras, isentas de práticas ideológicas, estabelecendo,

⁷³ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/politica/1518803598_360807.html

⁷⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/02/14/gasto-valor-operacoes-intervencao-rio.htm>

⁷⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/intervencao-no-rio-chega-ao-fim-com-menos-roubos-mas-sem-reduzir-mortes-violentas.shtml>

assim, o seu lugar ideológico: não considerar suas posições ideologicamente é também agir por meio de ideologias que negam as suas existências.

As vozes antagônicas são simulacros, caricaturas feitas pelos enunciadores. Como não há acesso direto a essas vozes, hipóteses foram criadas, compreendendo que quaisquer que sejam as suas posições, inclusive o não posicionamento são também maneiras de estabelecer o seu lugar. A escolha de qualquer programa de alimentação, de projetos para economia de um país, de aderir ou não a uma intervenção militar como plano de governo, de criticar todos ou alguns candidatos e criar ferramentas que tragam informações que outros não trazem é ideológico e dependerá das perspectivas para se constituir enquanto discurso.

O termo “sem viés ideológico” com e antes de Bolsonaro demonstra que, em ambos os momentos, os enunciadores compartilham a mesma premissa de posicionamentos isentos ideologicamente, colocando apenas em suas vozes opostas o viés ideológico. Isso aponta que a noção de ideologia é carregada de sentido negativo e pejorativo, porque representa um desvio, uma parcialidade ou uma manipulação da ordem das coisas. No projeto para economia, por exemplo, as propostas de Rousseff são vistas como um desvio, uma ameaça à ordem econômica liberal (vista como natural) e os outros candidatos, como Campos e Neves, possuem propostas boas, isto é, que não são desviantes do liberalismo, mesma corrente defendida pela Abinee.

Nos dois cenários, há muitos casos em que os outros dos enunciadores são representados pela esquerda brasileira, sendo estas os agentes ideológicos. Esses agentes agem para prejudicar as relações comerciais e a educação, pois se afastam da ordem natural, dos preceitos do liberalismo e, conseqüentemente, do capitalismo. Ademais, a maioria dos trechos, embora com temas diferentes, possui um eixo comum ligado a políticas públicas e governabilidade.

3.4 A designação “golpe” e suas variantes nos ataques de 8 de janeiro de 2023

O dia 8 de janeiro de 2023 ficou marcado na história do Brasil como a depredação de edifícios do governo Federal em uma tentativa de golpe de Estado feita por bolsonaristas. A disputa eleitoral do ano anterior foi bastante acirrada entre Bolsonaro e Lula para a presidência do país, resultando na vitória do segundo. Porém, muitos bolsonaristas não aceitaram a derrota,

criando inverdades para validar suas dúvidas como uma possível adulteração das urnas⁷⁶, por exemplo. Esses posicionamentos foram incitados por Bolsonaro e seu clã diversas vezes, inclusive em momentos anteriores ao período eleitoral de 2022⁷⁷. O ex-presidente e o partido PL chegaram até a questionar as urnas no Tribunal Regional Eleitoral (TRE)⁷⁸.

Graças às dúvidas feitas ao sistema eleitoral, muitos bolsonaristas, inconformados, fizeram várias manifestações contrárias aos resultados como ocorreu no dia da Proclamação da República de 2022⁷⁹. Nessas manifestações antidemocráticas, houve pedido de intervenção militar, algo já comum em manifestações bolsonaristas, e denúncias afirmando fraude do sistema eleitoral. Houve casos também de Parlamentares bolsonaristas agindo da mesma forma, porém utilizando o Senado Federal para alimentar mentiras e engajar seus seguidores⁸⁰. Além disso, outra estratégia dos bolsonaristas foi ocupar a frente de quartéis gerais do Exército em diversas cidades do país logo após as eleições, não só para mostrar descontentamento dos resultados, como também na esperança de mudança daquele cenário. Essa ocupação durou cerca de 70 dias e contou com barracas, tendas para orações, cozinhas, gritos de guerra, doações, entre outras questões⁸¹.

No final de semana do dia 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse de Lula, diversos ônibus chegaram a Brasília com mais manifestantes. Eles dirigiram-se à área de bloqueio da Praça dos Três Poderes e começaram uma série de invasões, roubos de itens e depreciações dos edifícios do governo Federal como o Congresso Nacional, o Supremo Tribunal Federal e o Palácio do Planalto. O objetivo foi instigar uma tentativa de golpe contra o novo governo de Lula. Tendo isso em vista, pretende-se analisar os efeitos de sentido do termo “golpe” e suas variantes: “tentativa de golpe de Estado”, “tentativa de golpe”, “golpe militar”, “golpes”, “golpe ‘não presencial’” e “golpe de Estado”, em trechos de matérias sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023 no canal de notícias bolsonarista *Jornal da Cidade Online*.

⁷⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/11/lupa-bolsonaristas-usam-afirmacoes-falsas-para-colocar-em-duvida-resultado-das-eleicoes.shtml>

⁷⁷ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/relembre-vezes-em-que-jair-bolsonaro-questionou-o-sistema-eleitoral/#:~:text=Em%2029%20de%20julho%20de,nunca%20mais%20tocaria%20no%20assunto.>

⁷⁸ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/bolsonaro-e-pl-questionam-urnas-eletronicas-no-tse>

⁷⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/11/15/milhares-protestam-contrar-resultado-da-eleicao-no-pais.htm>

⁸⁰ Disponível em: <https://apublica.org/sentinela/2022/12/parlamentares-bolsonaristas-usam-senado-para-pedir-golpe-e-engajar-redes/>

⁸¹ Disponível em: <https://www.metropoles.com/historia-em-fotos/odio-oracao-e-golpe-como-funcionava-o-acampamento-bolsonarista-no-qg>

Trecho 26

J. R. Guzzo (publicado originalmente no Estadão) – 2023

“O STF decidiu, com o apoio do governo, das classes intelectuais e da maior parte da mídia, que a baderna ocorrida em Brasília no dia 8 de janeiro foi um ‘golpe de Estado’.

Não houve golpe de Estado. Golpe exige tanque na rua, paraquedista e um ditador pronto para assumir o governo com o apoio físico da força armada, além de uma porção de outras coisas práticas.”⁸²

Trecho 27

J. R. Guzzo (publicado originalmente na Revista Oeste) - 2024

“É claro que ninguém leva: na última pesquisa de opinião sobre o assunto, só 20% dos entrevistados disseram que acreditam no “golpe”. Como poderia ser diferente? Caso Lula e o STF estivessem dizendo algo próximo à verdade, estaríamos diante de um dos maiores prodigiosos fenômenos da história humana – o golpe “não presencial”. Pela primeira vez em 10 mil anos de vida fora das cavernas, o acusado de se beneficiar do golpe não dá o golpe enquanto está na Presidência da República e tem sob o seu controle toda a máquina do Estado, mais o comando supremo das Forças Armadas- segundo está escrito no artigo 73 da Constituição.”⁸³

Nos trechos 26 e 27, os enunciadores defendem a inexistência de uma tentativa de golpe de Estado provocada pelos ataques de 8 de janeiro de 2023. Para um enunciador, a justificativa é que, para haver golpe, são necessários alguns elementos como tanque na rua, ditador querendo assumir o governo com apoio das forças armadas. O pressuposto dessa ideia é que há uma posição que entende os ataques como uma tentativa de golpe. A utilização de aspas em “golpe de Estado” representa não só um desacordo com o uso, mas também a reprodução da voz do seu outro (8 de janeiro foi um ataque golpista) no trecho.

Além disso, um outro enunciador complementa esse pensamento: alega que não seria possível um golpe, já que o acusado (Bolsonaro) nem estava no país na ocasião e nem grande parte da população acredita nisso. A fim de reforçar essa justificativa, apela ironicamente da

⁸² Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/51753/o-golpe-que-nunca-existiu-mas-que-vai-condenar-a-penas-durissimas-ate-quem-estava-pensando-em-participar>

⁸³ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54979/dois-videos-e-um-artigo-magistral-a-estrategia-para-sabotar-a-democracia>

posição do seu outro (tentativa de golpe) e cria a expressão “golpe não presencial” para ir de encontro com a hipótese de golpe, mas adicionando a sua perspectiva de que teria sido à distância, para mostrar a contradição do seu outro. Ademais, aponta que Bolsonaro teve chances de dar o golpe quando estava como Presidente, tendo o controle da máquina pública e das Forças Armadas ao seu favor e não o fez. O pressuposto é que o seu outro, Lula e STF, considera os ataques como golpe. Como o enunciador não concorda com essa posição, coloca a palavra “golpe” entre aspas para expor o pensamento do seu outro e mostrar descontentamento.

Trecho 28

Magno Malta - 2023

“Irmã Ilda iria assumir a presidência da República no lugar de Jair Bolsonaro. Então, ela que passava as madrugadas e os dias orando, dando voltas no QG... Com essa bíblia aqui, com essa escopeta aqui, com essa arma aqui, com esse Urutu (tanque de guerra do exército brasileiro) debaixo do braço... em havendo o golpe, Jair Bolsonaro já não estava mais no Brasil, seria irmã Ilda a assumir a presidência da República. Ela é um símbolo dessa luta, disse o político, arrancando risos entre os presentes.

Magno não poderia ser mais irônico e preciso.

Está dado o ‘golpe’ sem armas e sem tiros!”⁸⁴

Trecho 29

J. R. Guzzo (publicado originalmente na Revista Oeste) - 2024

“O “golpe” de Lula, do STF e da mídia não teve Exército, paraquedista ou fuzileiro naval. Tinha até vendedor de algodão-doce- mas militar que é bom, não tinha. É extraordinário, no caso, que os golpistas jamais tivessem tido um plano de ação. Quem faria o que, como, quando, onde e por quê? O único plano do qual se falou até hoje foi o enforcamento do ministro Alexandre de Moraes, mas em matéria de prova, nada- nem 1 metro de corda. Nenhuma das pessoas acusadas do “golpe” tinha a mais remota influência política, contato com algum gato gordo do Estado ou capacidade para organizar nada.

⁸⁴ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/49977/ironico-magno-malta-revela-quem-seria-presidente-da-republica-apos-golpe-do-8-de-janeiro-veja-o-video>

Não houve nenhuma informação sobre o que os “golpistas” iriam fazer a respeito do Congresso, dos governadores ou do próprio STF- a não ser o linchamento de Moraes que, segundo a própria PF, foi um “delírio de internet”.⁸⁵

Nos trechos 28 e 29, os enunciadores são contrários à ideia de ter acontecido uma tentativa de golpe nos ataques, pois o que havia lá eram pessoas simples, civis. Um enunciador defende a posição de Magno ao negar o golpe. Essa posição debocha daqueles que defendem que os ataques de 8 de janeiro foram uma tentativa de golpe. Este é o seu pressuposto. A ridicularização do ponto de vista da voz oposta à sua ocorre por meio de metáforas de guerra e de narrativa hipotética, a fim de justificar a sua posição de que não houve ataques golpistas. Irmã Ilda é uma figura central para isso. Ilda é uma missionária que ficou conhecida por orar pelo Brasil no acampamento, em frente ao QG do Exército em Brasília, como manifestação contrária aos resultados da eleição para presidente em 2022. Ela torna-se, assim, um símbolo desses episódios. A ironia surge quando a colocam como a líder que assumiria a presidência na tentativa de golpe, já que Bolsonaro estava fora do país na ocasião dos ataques. A idosa assumiria com a sua maior arma, a bíblia. A bíblia é comparada a elementos bélicos como escopetas e Urutu, ilustrando o meio hostil de um combate, de uma luta contra um inimigo (os que venceram a eleição). A zombaria está aí: uma figura inofensiva como irmã Ilda sem meios bélicos assumindo a presidência depois de um golpe de Estado. Um golpe sem armas e sem tiros, sem confronto real. Uma das palavras “golpe” está entre aspas, representando a perspectiva do seu outro, com o qual não concorda, mas posta dessa forma para validar um golpe não convencional que foi construído ironicamente nesse contexto.

O outro enunciador justifica sua posição ao afirmar que os ataques não tiveram planos de ação, influências públicas, nem a presença de militares do Exército, Marinha, mas sim civis como vendedor de algodão-doce. Segundo essa posição, Lula, STF e a mídia defendem a tentativa de golpe, o que, inclusive, é o pressuposto da tese do enunciador. O termo “golpe” está aspada, retratando a posição do outro no discurso do enunciador. Para essa posição, as pessoas que praticaram os atos são nomeadas como golpistas. Como o enunciador não crê nisso, coloca “golpistas” também entre aspas para expor o pensamento do outro e o seu próprio descontentamento com o termo.

⁸⁵ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54979/dois-videos-e-um-artigo-magistral-a-estrategia-para-sabotar-a-democracia>

Trecho 30

J. R. Guzzo (publicado originalmente no Gazeta do Povo) – 2023

“As imagens gravadas, e publicadas no maior furo jornalístico da CNN desde que iniciou as suas atividades no Brasil, mostram o general Gonçalves Dias, homem de confiança pessoal de Lula, em atitude de colaboração com os invasores que vandalizaram o Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro. A “tentativa de golpe” e os “atos terroristas” contra os edifícios dos Três Poderes em Brasília foram feitos com a participação, ou com o incentivo, ou com a cumplicidade, de agentes do próprio governo. É por isso que Lula e o PT passaram os últimos meses lutando com tanta ferocidade para impedir a CPMI que a oposição quer abrir – e agora vai abrir – sobre o que realmente aconteceu naquele dia.”⁸⁶

Trecho 31

J. R. Guzzo (publicado originalmente no Gazeta do Povo) - 2023

“Desde o começo essa história toda pareceu esquisitíssima. Tentativa de “golpe militar”? Não poderia ser: as Forças Armadas estavam a favor de Lula e contra os manifestantes- a prova é que mentiram para eles e se juntaram à polícia para enfiar na cadeia quem estava na frente dos quartéis em Brasília.”⁸⁷

Trecho 32

Ives Gandra Martins- 2024

“Quando eu examino o que ocorreu no dia 8 de janeiro, eu fico espantado quando se fala em tentativa de golpe de Estado. Foi um momento de manifestação política, absolutamente sem razão, um grupo que terminou, não sabe se houve ou não infiltrados, porque não se conheceu os vídeos, mas que terminou numa quebradeira que, absolutamente, não se justifica, como não se justificou a quebradeira na Câmara dos Deputados quando era presidente o Michel Temer, feito pelo pessoal da esquerda, porque não é assim que se faz política. Mas de qualquer forma, a única coisa que seria rigorosamente impossível seria um golpe de Estado.”

⁸⁶ Disponível em:<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/47919/a-casa-caiu-foi-o-proprio-governo-lula-que-armou-a-baderna-do-8-de-janeiro>

⁸⁷ Disponível em:<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/47919/a-casa-caiu-foi-o-proprio-governo-lula-que-armou-a-baderna-do-8-de-janeiro>

Gandra argumenta que o termo “golpe de Estado” implica uma operação militar e critica a mídia e o Judiciário por rotularem os manifestantes como golpistas, considerando a falta de evidências de uma ameaça real ao Estado de Direito.”⁸⁸

Nos trechos 30, 31 e 32, os enunciadores defendem a tese de que não houve tentativa de golpe, porque os ataques foram orquestrados com ajuda de agentes do próprio governo Lula, incluindo possíveis infiltrados e até as Forças Armadas. Como justificativa, afirmam que as imagens gravadas e expostas pela CNN mostram o general Gonçalves Dias, homem de confiança de Lula, colaborando com os invasores. Alegam também que agentes do governo participaram, incentivaram ou foram cúmplices dos vândalos, como as Forças Armadas, que estavam a favor de Lula, ficando contra os manifestantes e se juntando à polícia para prender quem estava em frente aos quartéis em Brasília. Para fincar mais o posicionamento, um enunciador traz a perspectiva do jurista, Gandra, que alega falta de evidências. Segundo ele, um golpe de estado necessita de uma operação militar e o que ocorreu nesse dia foi uma manifestação política, podendo ou não ter havido a presença de infiltrados.

Devido a isso, houve uma tentativa de Lula e do PT de impedir uma abertura de CPMI feita pela oposição. Essa posição, então, pressupõe que a tentativa de golpe de Estado não foi feita simplesmente pela oposição bolsonarista, mas sim pelo novo governo petista. A expressão “tentativa de golpe”, que está entre aspas, representa a voz oposta do enunciador, que alega que a oposição bolsonarista invadiu, vandalizou e tentou dar o golpe. A expressão “golpe militar” está aspada, demonstrando ser a visão da voz oposta do enunciador, que acredita que os ataques foram uma tentativa de golpe militar. Outro termo aspada é “golpe de Estado”. Este representa essa visão oposta, que defende a existência de uma tentativa de golpe, classificando os manifestantes como golpistas e entendendo a situação como uma real ameaça ao país.

Trecho 33

J. R. Guzzo (publicado originalmente na Revista Oeste) - 2024

“O governo Lula, o Supremo Tribunal Federal e o seu sistema de apoio resolveram que o dia 8 de janeiro de 2023 não acabou e, no que depender deles, não vai acabar nunca. Acabaram de fazer uma comemoração oficial da data; é o mais recente dia santo do calendário brasileiro. Utilizaram a oportunidade para insistir, como vêm fazendo há um ano, que a balbúrdia

⁸⁸ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54698/o-maior-jurista-do-brasil-contesta-fortemente-acusacoes-de-moraes-veja-o-video>

ocorrida naquele dia em Brasília foi um “tentativa de golpe de Estado”. É uma alucinação. Um ano inteiro de investigações sobre o caso, no STF e na grande delegacia de polícia em que se transformou o serviço público no Brasil não conseguiu produzir uma única prova de golpe, ou de qualquer coisa remotamente parecida com um golpe.”⁸⁹

No trecho 33, o enunciador defende a tese da inexistência de um golpe de Estado causado pelos ataques de 8 de janeiro. A fundamentação dessa ideia baseia-se na afirmativa da falta de provas. Segundo essa posição, as investigações do STF e da polícia, durante um ano, não localizaram uma prova sequer sobre um possível golpe. Essa perspectiva, então, pressupõe que a voz do outro do enunciador acredita que houve uma tentativa de golpe. O termo “tentativa de golpe de Estado” está entre aspas, pois retrata essa voz que acredita na hipótese do golpe e não a visão do enunciador.

Trecho 34

J. R. Guzzo (publicado originalmente na Revista Oeste) – 2024

“O Brasil do consórcio Lula-STF precisa de “atos antidemocráticos”, de “golpes” imaginários e de ameaças que simplesmente não existem para justificar a ilegalidade geral que o mantém de pé. Se alguma dessas coisas tivesse algum ponto de contato com a realidade dos fatos, por que cinco anos de investigação, com todo o peso e os bilhões de reais da máquina estatal, não teriam sido capazes de provar até hoje nenhum perigo minimamente sério para a democracia - nem um que seja? É simples: se não descobriram nada, é porque nunca existiu nada para ser o descoberto. O “golpe” do dia 8 de janeiro é a ficção mais ambiciosa que o STF, Lula e a esquerda nacional, com o apoio da maioria da mídia, já montaram em sua estratégia básica de sabotar a democracia gritando o tempo todo “em defesa” da democracia.”⁹⁰

No trecho 34, a tese do enunciador é que não houve um golpe no dia 8 de janeiro, sendo apenas uma ficção. Ele alega que Lula e STF montam estratégias para mantê-los ilegalmente no poder. Tais estratégias possuem a finalidade de criar narrativas, como é o caso dos ataques de 8 e janeiro. Nessa narrativa, Lula, STF, esquerda nacional e grande parte da mídia relatam que os ataques foram atos antidemocráticos, golpistas. Por isso, necessitam defender a nação, a democracia brasileira contra o mal, os golpistas. Esse é o pressuposto da ideia do outro do

⁸⁹ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54979/dois-videos-e-um-artigo-magistral-a-estrategia-para-sabotar-a-democracia>

⁹⁰ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54979/dois-videos-e-um-artigo-magistral-a-estrategia-para-sabotar-a-democracia>

enunciador: houve tentativa de golpe de Estado. Contudo, essas alegações, para o enunciador, são falsas, já que nenhuma prova que demonstre um perigo sério foi localizada. Além disso, essa estratégia de se colocar como herói de algo que não aconteceu é um processo de sabotar a própria democracia. A palavra “golpe” está usada ironicamente, representando essa voz de Lula e STF, voz do outro, que tenta atrelar os ataques a um golpe e atentados à democracia, opondo-se, assim, à visão do enunciador.

Os trechos acima expõem o posicionamento dos enunciadores no que diz respeito ao termo “golpe” e suas variantes em relação aos ataques de 8 de janeiro de 2023. A posição defende a ideia de que os ataques não foram uma tentativa de golpe. De acordo com grande parte dos enunciadores, para haver golpe é necessário tanque na rua, ditador, paraquedista, apoio e ação das forças armadas, confronto armado e isso não ocorreu, apenas pessoas comuns sem influências políticas estavam lá. Outros alegam que os próprios agentes do governo Lula contribuíram para os ataques, que as forças armadas estavam a favor de Lula, pois foram contra os manifestantes, que faltaram evidências que corroborem a tese de golpe e que Lula e PT tentaram impedir abertura de CPI criada pela oposição. Há também aqueles que isentam Bolsonaro do envolvimento nos ataques, pois estava fora do país na ocasião.

O termo “golpe” e suas variantes produzem efeitos de sentido graças a sua relação com a sua negação: não houve golpe. O termo em questão representa as vozes opostas dos enunciadores, que defendem a tese de tentativa de golpe por parte dos invasores bolsonaristas. As vozes antagônicas são representadas pelas figuras do STF, Lula, esquerda, grande parte da mídia brasileira e classe de intelectuais. Tais posturas são vistas como mentira, ficção pelos enunciadores, por isso, negam a narrativa de golpe. A postura ideológica dos enunciadores tende justamente negar e atribuir a mentira à esquerda política.

Os discursos sobre o ocorrido em janeiro de 2023 demonstram um negacionismo ao não reconhecerem os ataques como tentativa de golpe de Estado. Uma das medidas foi diminuir o impacto das ações extremistas ao não reconhecer como tentativa, desviar os agentes bolsonaristas de comandarem os ataques ao propor a ideia de infiltrados e cristalizar uma forma apenas de tentativa de golpe: uso de força militar. Se não tiver uma interferência militar, não deve ser considerada uma tentativa de golpe.

3.5 A designação “democracia relativa”

O termo “democracia relativa” remete à fala de Lula em uma entrevista à Rádio Gaúcha em junho de 2023. Ao ser questionado sobre o motivo de parte da esquerda brasileira ter dificuldades em considerar a situação atual da Venezuela como um regime ditatorial, Lula afirmou o seguinte:

Olha, deixa eu te falar uma coisa. A Venezuela tem mais eleições do que o Brasil. A Venezuela, desde que o Chaves tomou posse...Deixa eu te falar uma coisa, o conceito de democracia é relativo para você e para mim. Eu gosto democracia, porque a democracia que o que fez chegar à Presidência da República pela terceira vez. Por isso que eu gosto da democracia e a exerço na sua plenitude. Aqui, eu acho que o mundo inteiro sabe que a governança do PT aqui é exemplo de exercício da democracia. Precisa aprender a respeitar o resultado das eleições. O que não está correto, o que não está correto é a interferência de um país dentro de outro país.⁹¹

Após fala polêmica de Lula, diversas críticas foram feitas, principalmente da oposição. A título de exemplo, Gazeta do Povo fez um editorial contra a posição de Lula, afirmando que a “democracia relativa” nada mais é que um apoio a ditaduras, recurso que julga ser comum na esquerda: “O problema maior, evidentemente, é que esse tipo de apoio a ditaduras latino-americanas, que já seria um problema por si só, indica também que Lula as enxerga como modelo para o Brasil.”⁹². Folha de São Paulo⁹³ e Crusoé⁹⁴ relembram fala de General da Ditadura Militar Geisel, que na época negava a ditadura no país, afirmando que democracia era relativa, e a compara com a de Lula. Outros veículos midiáticos também teceram críticas como CNN⁹⁵ Brasil⁹⁶, O Globo⁹⁷, Metrôpoles⁹⁸, assim como o Ministro do STF, Gilmar Mendes⁹⁹ e outras figuras públicas. Tendo em consideração o ocorrido, propõe-se analisar os efeitos de sentido da expressão “democracia relativa” em trechos de matérias sobre os ataques de 8 de janeiro de 2023 no canal de notícias bolsonaristas Jornal da Cidade Online após a fala de Lula.

⁹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/06/29/lula-afirma-que-o-conceito-de-democracia-e-relativo-ao-falar-sobre-o-governo-da-venezuela.ghtml>

⁹² Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniaio/editoriais/a-democracia-relativa-de-lula-e-ditadura-pura-e-simples/>

⁹³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/06/lula-evoca-frase-de-general-da-ditadura-ao-falar-de-democracia-relativa.shtml>

⁹⁴ Disponível em: <https://crusoe.com.br/edicoes/273/a-democracia-relativa-de-lula-e-geisel/>

⁹⁵ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/waack-conceito-de-democracia-nao-e-relativo/>

⁹⁶ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/noticias/waack-conceito-de-democracia-nao-e-relativo/>

⁹⁷ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/vera-magalhaes/coluna/2023/06/democracia-nao-e-relativa.ghtml>

⁹⁸ Disponível em: <https://www.metropoles.com/blog-do-noblat/artigos/democracia-relativa-por-andre-gustavo-stumpf>

⁹⁹ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/conceito-de-democracia-nao-e-relativo-diz-gilmar-mendes/>

Trecho 35

Carlos Sampaio- 2024

“Dia 29 de junho- Em entrevista à Rádio Gaúcha: - “A Venezuela tem mais eleições que o Brasil” e por isso não deveria ser classificada como uma ditadura. “Deixa eu lhe falar uma coisa, o conceito de democracia é relativo para você e para mim. Eu gosto de democracia porque a democracia que me fez chegar a presidente da República pela terceira vez. Por isso que eu gosto da democracia e a exerço na sua plenitude.”

Mentira- Relatórios apontam que a Venezuela não coloca em prática conceitos essenciais para a democracia (eleições justas, respeito aos direitos humanos, Estado de Direito, pluralismo político, participação dos cidadãos). Não existe conceito de democracia relativa.”¹⁰⁰

No trecho 35, o enunciador não concorda com o conceito de democracia relativa. Democracia relativa remete à posição de seu outro, de Lula sobre a noção de democracia, ao referir-se à situação da Venezuela. Lula, em uma entrevista para rádio, disse que o conceito de democracia é relativo ao comentar sobre o país. Para Lula, o país vizinho é uma democracia, por ter mais eleições do que no Brasil. No caso do enunciador, não entende dessa forma, pressupondo que seja uma ditadura. Como justificativa, alega que Venezuela não pratica conceitos essenciais de uma democracia, como Estado de Direito, eleições justas, pluralismo político, entre outros. O enunciador entende que o conceito de democracia necessita seguir certas características, tendo um caráter único. Se um país não seguir todas essas, deixa de ser uma democracia. Não é possível haver uma noção de democracia fora de um conceito universal, não cabendo relativizações. Democracia relativa não segue essa concepção, logo, se não é democracia real, é uma ditadura.

Trecho 36

Henrique Alves da Costa- 2024

“A “festa da democracia” de Lula, Alexandre de Moraes, Luiz Roberto Barroso e Rodrigo Pacheco foi um sucesso.

Para eles.

O ato representou literalmente a visão que o povo tem do poder executivo, do poder judiciário e do poder legislativo, poderes onde o povo não tem vez.

¹⁰⁰ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/57688/o-dono-da-mentira>

A democracia do governo do povo, pelo o povo e para o povo, deu lugar a uma democracia relativa, que exclui o povo.

Na festa da “democracia” não tinha povo. Havia uma elite política (segundo Barroso o judiciário é um protagonista político também) que não representa a grande maioria do povo brasileiro.

Se não tem povo não é democracia!

Simple assim.

Um evento com enorme gasto de recursos públicos para uma elite que vive dentro de uma bolha, bem longe do Brasil real.”¹⁰¹

No trecho 36, o enunciador posiciona-se antagônico à festa da democracia e a noção de democracia utilizada pelo governo. “Festa da democracia” está aspada, pois se refere ao evento feito pelo governo Federal para marcar um ano dos ataques de 8 de janeiro de 2023. O evento tinha o objetivo de celebrar e ressignificar o dia, reforçando a vitória da democracia contra os atos golpistas de bolsonaristas. O ato foi classificado como pró-democracia pelo governo, mas o enunciador não concorda com essa posição, alegando que o que há é uma democracia relativa e não uma democracia. Como justificativa, o enunciador afirma que democracia envolve o povo e o povo sequer participou do evento, apenas a elite política, que não pensa no Brasil real ao gastar recursos públicos para esse tipo de evento.

Essa posição do enunciador pressupõe que a noção de democracia e, conseqüentemente, o evento não são de fato democráticos, por não seguirem o modelo padrão estipulado: ser para e pelo povo. O termo “democracia” aparece entre aspas, não só representando a voz do outro, como também ironicamente a sua desavença com o termo nesse contexto. Democracia relativa significa essa não democracia, remetendo também à fala de Lula sobre a Venezuela. Pressupõe-se que, se não é democracia, se o povo não participa é, então, uma ditadura disfarçada.

Trecho 37

Redação do Jornal da Cidade Online- 2024

“Em manifestação à Justiça Federal de São Paulo, a AGU pede o bloqueio de bens da Jovem Pan, para que sejam pagos R\$ 13,4 milhões de indenização por incentivar, pasmem, ‘uma ruptura democrática’.

¹⁰¹ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54801/na-festa-da-equotdemocraciaequot-do-lula-faltou-o-essencial-o-povo-se-nao-tem-povo-nao-e-democracia>

Na pena apresentada, A AGU diz ainda:

“Em razão da veiculação sistemática de conteúdos desinformativos que incentivaram a ruptura do regime democrático brasileiro e a desconfiança da população em relação às instituições nacionais, em especial sobre o funcionamento do sistema eleitoral”.

[...]

Por fim, a AGU se manifesta sobre a liberdade de expressão:

“Não tem caráter absoluto e não fornece guarida para conteúdos veiculados pela emissora, tais como os que procuraram deslegitimar os resultados eleitorais e incentivar a intervenção das Forças Armadas sobre os poderes civis construídos”.

Isso deve ser produto da tal democracia relativa.”¹⁰²

Trecho 38

Redação do Jornal da Cidade Online - 2023

“Como pode se falar em democracia e liberdade colocando como exemplo Cuba, que persegue os seus opositores, que leva para o presídio, para o encarceramento, os inimigos do regime e que tem protagonizado, ao longo dos últimos anos, espetáculos deprimentes de legiões de cubanos, de habitantes daquele país fugindo de Cuba, justamente buscando uma vida melhor em outros países? É esse o modelo de democracia relativa que o presidente Lula nos apresenta como paradigma, como exemplo a ser seguido?”

O parlamentar acrescentou que Lula diz ao mundo que defende a liberdade, mas na verdade o governo está “aparelhando a máquina pública e impedindo que as pessoas possam exercitar a crítica, a divergência, a liberdade de opinião”.¹⁰³

Trecho 39

Redação do Jornal da Cidade Online - 2023

“Essa foi a primeira vez, em toda a história do ‘encontro de estudantes’, que um movimento de estudantes conservadores, representados pela União Juventude e Liberdade (UJL), com cerca de 100 membros, se inscreveu para participar dos diversos quadros temáticos e também concorrer aos cargos da direção.

¹⁰² Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/56445/governo-demonstra-que-quer-destruir-a-jovem-pan-agu-pede-congelamento-de-bens>

¹⁰³ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/51829/rogerio-marinho-aponta-hipocrisia-descarada-de-lula-e-detona-discurso-na-onu>

Mas, logo que colocaram os pés na Universidade de Brasília (UNB), eles passaram a ser agredidos e hostilizados por todos os demais estudantes.

O grupo sofreu agressões, xingamentos e, veja só, foram proibidos de acompanhar o discurso de Lula e de Barroso. [...]

Essa é a “democracia relativa” de alguns setores da esquerda brasileira.

Lula esteve presente neste evento, mas em momento nenhum você verá qualquer nota do Governo Federal defendendo a democracia e a liberdade de expressão dos liberais.”¹⁰⁴

No trecho 37, 38 e 39, os enunciadores são contrários à noção de democracia relativa, pois, segundo eles, quando posto em prática impede a liberdade de expressão. Como justificativa, um enunciador traz o caso da punição da Jovem Pan feita pela AGU. Para a AGU, a emissora incentiva uma ruptura democrática com seus conteúdos desinformativos e, por isso, deve ser punida financeiramente, por meio de uma indenização. O enunciador não concorda com essa posição, alegando que a pena deve ser uma consequência da democracia relativa. Isso refere-se à fala de Lula sobre a Venezuela, que disse que o conceito de democracia é relativo, já que depende de quem esteja falando. Lula acha que há democracia no país vizinho e para alguns de seus opositores, não há, mas sim uma ditadura. Assim, pressupõe-se que a sanção penal contra a Jovem Pan é percebida injusta e autoritária pelo enunciador, resultado de ações ditatoriais e não democráticas como defende a sua voz oposta.

Outro enunciador é favorável ao posicionamento do parlamentar Rogério Marinho sobre as falas de Lula na ONU em relação aos tópicos Cuba, democracia e liberdade. Alega ser incoerente comentar sobre democracia e liberdade em Cuba se o país persegue, prende opositores e vive grande êxodo migratório de cubanos em busca de uma melhor qualidade de vida. Ademais, não se pode falar em liberdade no Brasil quando o governo de Lula impede críticas, divergências e liberdade de opinião, por meio do aparelhamento da máquina pública. Para o enunciador, essas características são modelos de democracia relativa defendida por Lula. Democracia relativa retrata um posicionamento de Lula ao ser perguntado sobre o regime na Venezuela, alegando que o conceito de democracia é relativo e que, para ele, o país é democrático. Democracia relativa pressupõe um modelo antidemocrático, digno de ditaduras.

¹⁰⁴ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/50005/estudantes-conservadores-agredidos-por-esquerdistas-em-cenas-lamentaveis-e-antidemocraticas-veja-o-video>

Por fim, o último enunciador se posiciona contrário à expulsão de estudantes da UJL do evento universitário na UNB, que teve também participação de Lula e Barroso, por considerá-la antidemocrática. Como argumento, alega que os estudantes foram agredidos, hostilizados e impedidos de participar do evento por serem conservadores e liberais. Além disso, não houve apoio do governo Federal a favor da liberdade de expressão do grupo expulso. Tudo isso demonstra, ainda na perspectiva do enunciador, que alguns setores da esquerda entendem a democracia como relativa, ou seja, aqui pressupõe-se que há democracia para uns (esquerda) e ditadura para outros (opositores). A expressão “democracia relativa” está entre aspas por reportar a fala de Lula sobre o conceito de democracia em torno da questão da Venezuela e a insatisfação do próprio enunciador acerca da expressão utilizada. A expulsão dos estudantes conservadores da UNB é vista como antidemocrática, já que foi impedida a liberdade de expressão, uma atitude antidemocrática, digna de uma ditadura.

Trecho 40

Redação do Jornal da Cidade Online -2024

“Mais que pontos ainda obscuros, tal como a ausência de uma alíquota base ou detalhes operacionais da divisão dos impostos entre os entes federativos, a Reforma Tributária permite ainda ao Presidente (aquele que tem orgulho em ser chamado de comunista) sobretaxar tudo aquilo que ele julgue ser prejudicial à saúde ou ao planeta. Por exemplo, sobretaxar importantes insumos do setor agrícola deixando os alimentos mais caros. Ou aumentar o custo dos transportes, majorando o preço final dos combustíveis.”

O ex-presidente continuou:

“Essa sobretaxa, sem passar pelo Congresso, poderá ser tanto maior quanto assim julgar, ou necessitar, o governo.

Inflação, desemprego e desabastecimento desajustariam a economia, abrindo-se as portas para o sonhado comunismo.

Não podemos aceitar uma economia sem mercado ou uma democracia relativa.”¹⁰⁵

No trecho 40, o enunciador expõe a perspectiva de Jair Bolsonaro sobre a Reforma Tributária. A visão é contrária à Reforma por compreender que ainda há pontos que precisam ser debatidos, como a falta de alíquota base e detalhes sobre a divisão de impostos. Contudo, a

¹⁰⁵ Disponível em: https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/50199/quotnao-podemos-aceitar-economia-sem-mercado-ou-democracia-relativaefirma-bolsonaro#google_vignette

sua fala concentra-se em um tópico da Reforma: permitir que o Presidente ou o governo sobretaxe o que julgar necessário, se isso não passar pelo Congresso. A partir dessa ideia, o enunciador posiciona-se antagônico à sobretaxa. Para justificar a sua tese, afirma que isso pode causar inflação, gerando desemprego e desabastecimento, desajustando a economia. Para ele, essas consequências abrem caminho para o comunismo, com uma economia sem mercado e uma democracia relativa. Isso significa que, com o Estado intervindo na economia, como é o caso das sobretaxas, o livre comércio é ameaçado. O Livre mercado ameaçado, o capitalismo é ameaçado, juntamente com a democracia. Democracia relativa diz respeito à fala de Lula ao comentar sobre a Venezuela, alegando ser uma democracia e não uma ditadura como muitos afirmam. Para o enunciador, a sobretaxa não representa uma medida democrática, pois as suas consequências podem gerar o comunismo, ou seja, pressupondo uma ditadura. Por isso, o país se tornaria uma democracia relativa: para Lula seria uma democracia, e para o enunciador, uma ditadura.

Trecho 41

Alexandre Siqueira - 2023

“Lula é a maior fraude brasileira. Para ficarmos apenas no campo das atualidades, podemos citar que Lula mente e quer enganar o povo brasileiro o tempo todo, quando fala de picanha com cervejinha, de democracia relativa, que foi inocentado, do preço de carro popular, o tal programa desenrola, que foi el...ops (deixa essa parte pra lá), que não concorda com indicação de amigos para o STF, que vai construir 186 milhões de casas para os brasileiros, que Maduro e Ortega são democratas, que vai resolver a guerra da Rússia com a Ucrânia numa mesa de bar, enfim, “o homem da alma mais honesta deste país” (seu top de linha) quer arrebatá-lo, pelo conjunta da obra, o título de maior enganador e mentiroso do mundo, se é que já não conseguiu.”¹⁰⁶

Trecho 42

Carlos Sampaio- 2023

“A imprensa americana, “os artistas”, os países europeus que apoiaram Lula agora estão calados, estarecidos, alarmados, surpresos... Não sabem o que dizer. Não sabem onde esconder a cara perante o resto do mundo livre pela idiotice que cometeram.

¹⁰⁶ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/50579/um-fotografo-e-um-bebe-a-incrivel-historia-da-maior-zoacao-do-mundo-e-lula-quer-supera-la-com-suas-mentiras-veja-o-video>

Apoiaram um descondensado e receberam o troco. Lula arrancou a máscara e mostrou ao mundo quem é: um autocrata que prega a democracia relativa; que arruína o Brasil cooptando congressistas, perseguindo opositores, usando a polícia, fazendo leis e em dobradinha com o STF, sem qualquer controle dos Senadores e Deputados, que são eleitos e pagos pelo povo para representa-lo e defende-lo, deixa a todos que vai dominar o país por qualquer meio que esteja a sua disposição.

Perante o mundo livre a imagem do Brasil nunca esteve tão suja. Esse cenário internacional tende a ser complicar, pois ao se afastar das nações democráticas que defendem os direitos humanos e se alinhar a países sanguinários, Lula afronta os Estados Unidos e a Europa bem como o resto do mundo civilizado.”¹⁰⁷

Nos trechos 41 e 42, os enunciadores posicionam-se contrários a Lula e o acusam de ser a maior fraude do Brasil e que enganou o mundo. Para justificar, um enunciador elenca tópicos recentes defendidos por Lula (a voz do seu outro), que julga ser mentira: o caso conhecido como “picanha com cervejinha¹⁰⁸”, que foi uma de suas promessas de campanha eleitoral e teve o intuito de mostrar que o país vai melhorar economicamente; “democracia relativa”¹⁰⁹, que ao ser questionado sobre a Venezuela, Lula afirmou que o conceito de democracia é relativo, dependendo do ponto de vista e, para ele, o país é uma democracia, pois há eleições; para outros, lá é uma ditadura; “inocentado”¹¹⁰ refere-se ao episódio que Lula foi acusado de crime no processo movido pela Lava-Jato, depois preso e condenado. Uns anos depois, houve anulação das condenações feitas pelo STF e, por isso, o presidente afirma que foi inocentado; “carro popular”¹¹¹ faz menção ao programa de desconto para carros populares do governo Federal, feito para incentivar a indústria automobilística brasileira em 2023; “programa desenrola”¹¹² diz respeito ao programa Federal “Desenrola Brasil”, cuja finalidade é renegociar as dívidas

¹⁰⁷ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/51165/o-caozinho-das-madames-o-brasil-e-o-cachorrinho-de-estimacao-da-china-e-da-russia>

¹⁰⁸ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/08/5032120-lula-no-jn-o-povo-tem-que-voltar-a-comer-churrasquinho-e-picanha.html>

¹⁰⁹ Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/conceito-de-democracia-e-relativo-para-voce-e-para-mim-diz-lula-ao-responder-sobre-eleicoes-na-venezuela/>

¹¹⁰ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/10/lula-e-inocente-saiba-qual-e-a-situacao-juridica-atual-do-ex-presidente.ghtml>

¹¹¹ Disponível em: <https://www.terra.com.br/economia/carro-popular-governo-deve-detalhar-programa-de-incentivo-nesta-segunda-veja-o-que-esta-previsto,a9169754973202128cc5b705f369d3054xdpexpk.html>

¹¹² Disponível em: <https://www.gov.br/fazenda/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/desenrola-brasil>

dos brasileiros; “foi el...ops (deixa essa parte pra lá),”¹¹³ aqui ocorre uma intervenção mais irônica do enunciador acerca da posição do seu outro, que afirma que foi eleito presidente. A fala interrompida remete à última eleição presidencial brasileira, elegendo Lula, mas essa posição não é aceita pelo enunciador que possivelmente acredita em uma eleição fraudulenta¹¹⁴, por isso, prefere se abster desse assunto.

Em “não concorda com indicação de amigos para o STF”¹¹⁵, Lula, na campanha eleitoral de 2022, como ocorreu no debate com Bolsonaro, criticou indicação de amigos para o STF, mas indicou e depois nomeou o seu ex-advogado para ministro¹¹⁶; a construção de “186 milhões de casas para os brasileiros”¹¹⁷ baseia-se no erro numérico que Lula cometeu ao comentar sobre o retorno das obras da Minha Casa Minha Vida paralisadas; em “Maduro¹¹⁸ e Ortega¹¹⁹ são democratas”, Lula tende a defender a Venezuela como um regime democrático sob comando de Maduro e a minimizar a ditadura na Nicarágua; “resolver a guerra da Rússia com a Ucrânia numa mesa de bar”¹²⁰ atribui-se a declaração de Lula sobre a guerra na Ucrânia. Lula, em um evento na UERJ, disse que, se a guerra fosse no Brasil, os motivos de conflitos seriam solucionados em uma mesa de bar, de forma mais descontraída; por fim, encerra seus argumentos retomando a declaração de Lula mais emblemática para o enunciador: “o homem da alma mais honesta deste país”¹²¹. Lula, ao ser questionado sobre seu possível envolvimento em esquemas de corrupção, alegou não haver uma alma mais honesta no país do que a dele. Esses exemplos demonstram, para o enunciador, que Lula é uma fraude, presumindo que engana e mente para o povo brasileiro, ao esconder suas reais intenções.

Já outro enunciador alega que a imagem que Lula exporta para o mundo não foi aquela vendida para aqueles que o apoiaram como europeus, imprensa americana, artistas. O termo

¹¹³Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/10/30/lula-e-eleito-presidente-da-republica-pela-terceira-vez>

¹¹⁴Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/10/grupos-bolsonaristas-reagem-a-derrota-com-fraude-nas-urnas-e-apelo-por-golpe-das-forcas-armadas.shtml>

¹¹⁵Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/10/16/lula-diz-ser-contraindicar-amigo-ao-stf-e-ve-atitude-como-antidemocratica.htm>

¹¹⁶Disponível em: <https://www.poder360.com.br/justica/ex-advogado-de-lula-cristiano-zanin-e-nomeado-ministro-do-stf/>

¹¹⁷ Disponível em: <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2023/07/18/lula-troca-mil-milhoes>

¹¹⁸Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/05/5097931-lula-venezuela-e-uma-democracia-e-e-alvo-de-narrativa-politica.html>

¹¹⁹ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2023/06/21/posicao-de-lula-sobre-ditadura-de-ortega-abre-crise-com-oposicao-na-oea.htm>

¹²⁰ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/03/30/lula-diz-que-no-brasil-motivos-para-guerra-na-ucrania-seriam-resolvidos-numa-mesa-de-bar.htm>

¹²¹ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-01/nao-tem-nesse-pais-uma-viva-alma-mais-honesta-do-que-eu-disse-lula>

“Artistas” está entre aspas, pois retrata ironicamente o descontentamento do enunciador com essa classe por defender Lula, menosprezando. Na verdade, para o enunciador, Lula é um autocrata que persegue opositores, coopta congressistas, legisla com o STF, sem consultar Senadores e Deputados. Lula afronta também o que o enunciador considera como mundo civilizado, Europa e Estados Unidos, ao se alinhar com países sanguinários, afastando de nações democráticas. Por isso, prega a democracia relativa. Democracia relativa remete à fala de Lula ao comentar sobre o regime na Venezuela. Ele considera o país uma democracia, enquanto outros, como seus opositores, não. Democracia relativa pressupõe ações antidemocráticas, uma ditadura. Logo, Lula defende ser um democrata para o mundo, mas na verdade é um autoritário.

Trecho 43

José J. Espíndola -2024

“Depois de Flávio Dino, Lewandowski é um sucessor adequado ao Ministério da Justiça. Afinal, Lewandowski é o maior especialista do mundo em “Desarranjo informacional”, um conceito jurídico criado por ele mesmo e muito importante para a sustentação da censura – e outras arbitrariedades constitucionais- em nossa “Democracia Relativa”, como já a definiu Lula da Silva, o ‘Princeps Corruptorum’ da política dos países ocidentais e uma espécie- pelo folclore, pela arrogância, pela (in)cultura e (ir)relevância- de Idi Amin Dada, ditador de Uganda (África Oriental) de 1971 a 1979. Lewandowski certamente fortalecerá o consórcio Lula-STF na ministração e administração da ditadura judicial brasileira.”¹²²

No trecho 43, o enunciador defende a tese de que há uma ditadura judicial brasileira em curso. Para sustentar a sua ideia, cita Lula como o “Princeps Corruptorum” (príncipe dos corruptos) do ocidente e o compara com o ditador Idi Amin Dada. de Uganda, a fim de demonstrar o lado perverso do presidente. Alega também que Lewandowski, antigo ministro do STF e agora novo ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Lula, contribui para manutenção da censura promovida pelo consórcio Lula-STF, união do Executivo e judiciário, que funciona como um único poder nas tomadas decisões.

Uma das formas de censura é por meio de arbitrariedades constitucionais como “desarranjo informacional” (na verdade, a expressão correta utilizada por Lewandowski foi

¹²² Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/54898/similaridades-entre-as-personas-de-lula-da-silva-e-do-ditador-africano-idi-amin-dada>

“desordem informacional”), conceito criado pelo então ministro da Justiça. O conceito defende que informações que não são falsas, mas podem ser distorcidas e levadas à desinformação, precisam da Justiça para serem censuradas¹²³. Além disso, está entre aspas, pois refere-se a uma fala externa do enunciador e este não a aceita, pois a vê como abuso de poder. Essa arbitrariedade é uma das características da “Democracia Relativa” que o Brasil se tornou. Essa expressão foi declarada por Lula ao comentar sobre a situação da Venezuela, alegando que o conceito de democracia depende do ponto de vista e, para ele, o país em questão vive em uma. Está também aspada, já que retrata a visão do outro do enunciador e que isto não o agrada. Democracia relativa pressupõe, para o enunciador, que o Brasil está em uma ditadura judicial, já que a própria Justiça pratica censura, assim como pressupõe, que para o outro lado, essa atitude não fere a democracia.

Trecho 44

Henrique Alves da Rocha -2023

“Está semana foi noticiado pela imprensa que uma mulher conhecida como a “dama do tráfico amazonense” e acusada de ser o braço financeiro do Comando Vermelho, foi recebida por diversas autoridades do ministério da justiça e segurança pública.

Depois se divulgou que ela também foi recebida no ministério dos direitos humanos.

Luciane Barbosa Farias, de 37 anos, é casada há 11 anos com o traficante líder do comando vermelho na região norte.

Luciane é condenada em 2º instância a 10 anos por associação ao tráfico, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Como a impunidade é uma característica da “democracia relativa”, recorre em liberdade.

Por fim, o Ministério dos direitos humanos confirmou que custeou as passagens da senhora Luciane.

Incompetência do serviço de inteligência dos dois ministérios.”¹²⁴

No trecho 44, o enunciador defende a tese de que o país vive em uma democracia relativa. Para explicar, aborda o caso de Luciane, conhecida como a “dama do tráfico amazonense”, casada com traficante, que foi custeada e recebida nos Ministérios da Justiça e

¹²³Disponível em:<https://www.poder360.com.br/justica/conheca-o-conceito-de-desordem-informacional-popularizado-por-lewandowski/>

¹²⁴ Disponível em:<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/53328/dino-e-silvio-almeida-incompetencia-e-desfazatez-quando-a-valentia-da-lugar-a-covardia-apatia-e-silencio>

dos Direitos Humanos. Luciane também foi condenada em 2ª instância por associação ao tráfico, lavagem de dinheiro e organização criminosa, mas recorre em liberdade. O enunciador é contrário à visita e custeio de Luciane pelos Ministérios, por representar impunidade. Uma democracia de verdade não financia e beneficia criminosos, mas sim os pune. Impunidade é vista como um desvio do sistema democrático. Por isso, o enunciador alega que o país vive em uma democracia relativa, uma antidemocracia, favorecendo os errados, não punindo quem deveria ser punido, e, assim, deteriorando a democracia. Democracia relativa representa não só a posição do seu outro (posição de Lula e seu governo), como também a recusa dessa visão por parte do enunciador, que a percebe com descrédito, pois a impunidade é um desvio do sistema democrático. Democracia relativa pressupõe uma falsa democracia.

Trecho 45

Redação do Jornal da Cidade Online- 2024

“Fui eleito de forma democrática por mais de 18 mil pessoas no Mato Grosso do Sul. Enfrentei a máquina sem nenhum centavo de dinheiro público. Não tive ajuda de nenhum grupo da velha política para chegar na Assembleia. Sem dever favor, fiz oposição ao grupo político do PSDB e PT que COMANDAM a política do estado.

Denunciei as irregularidades da Cassems e apresentei um pedido de CPI xingado e processado pelo sindicato dos “professores” do PT. Apresentei 40 projetos de lei no primeiro ano de mandato. Sou o líder de indicações da Casa com mais de 1 mil de ações apresentadas através do gabinete itinerante. Fiscalizei indícios de corrupção e desvios de dinheiro na máquina pública. Não dei nenhum centavo para a imprensa esquerdista. Dei muitos motivos para o SISTEMA QUERER ME DERRUBAR e incomodei muita gente.... Mas quer saber.... Farei tudo de novo e com mais forças na próxima oportunidade! O presente pertence a eles, mas futuro É NOSSO! Meu nome é Rafael Tavares, deputado eleito pelo povo sul-mato-grossense e cassado pelo sistema na democracia relativa do PT”.”¹²⁵

No trecho 45, enunciador é contra a cassação do deputado Rafael Tavares. Tavares foi cassado por fraude eleitoral por não cumprir a cota de gênero¹²⁶. Para o enunciador, a cassação ocorreu devido ao sistema, que impediu, arbitrariamente, por ser oposição, o ex-deputado de exercer o cargo, já que foi eleito democraticamente. Como justificativa, alega que Tavares lutou

¹²⁵ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/55707/tse-cassa-mandato-de-mais-um-deputado-conservador-e-abre-caminho-para-socialista-assumir-mandato>

¹²⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2024/02/06/rafael-tavares-perde-mandato-apos-tse-negar-recurso-por-nao-cumprimento-de-cota-de-genero.ghtml>

contra o sistema ao negar ajuda da velha política para chegar à Assembleia, ao ser oposição do grupo que comanda a política (PT e PSDB) do estado de Mato Grosso do Sul, ao denunciar irregularidades da Cassems (Caixa de Assistência dos Servidores do Estado de Mato Grosso do Sul), ao fiscalizar indícios de corrupção e desvios de dinheiro da máquina pública, ao apresentar diversos projetos de lei em um ano de mandato e ao não financiar a imprensa esquerdista.

Além disso, apresentou um pedido de CPI, sendo processado pelo sindicato do “professores” do PT. O termo “professores” está entre aspas, pois retrata ironicamente a posição contrária do enunciador. O enunciador não concorda que esses professores sejam de fato professores, mas talvez militantes do PT na figura de professores. O enunciador entende que todas essas posições de Tavares serviram como uma ameaça ao sistema, a democracia relativa do PT, e, por isso, foi cassado. Democracia relativa refere-se à fala de Lula que afirmou que o conceito de democracia é relativo, quando questionado sobre a Venezuela ser uma democracia ou ditadura. Para Lula e o PT, o país em questão é uma democracia, enquanto a oposição alega o contrário, uma ditadura. Então, quando o enunciador alega que a cassação foi feita pelo sistema da democracia relativa do PT, pressupõe-se que essa democracia é arbitrária, ou seja, corrupta, falsa, que persegue opositores, característica comum em regimes antidemocráticos.

Os trechos anteriores revelam a posição dos enunciadores em relação ao termo “democracia relativa”. O posicionamento atribui o termo a atitudes antidemocráticas. Os enunciadores relacionam a “democracia relativa” à impunidade, censura, perseguição, exclusão, falta de liberdade de expressão, arbitrariedade, autoritarismo e corrupção. Segundo eles, essas características não fazem parte de um regime democrático, mas sim de ditaduras. Ademais, democracia não é passível de relativização, sendo dependente de um conceito universal. Isso significa que se não seguir certos aspectos como eleições justas, respeito aos direitos humanos, pluralismo político, participação dos cidadãos, liberdade de expressão, punição, medidas que julgam não liberais como sobretaxas, não é democracia. Democracia é vista sob a ótica do liberalismo, pois defende que o Estado garanta as liberdades individuais como a liberdade de expressão e a não sobretaxa feita pelo Estado. Para esse pensamento, quando não são garantidas, o Estado liberal torna-se, assim, ditatorial, uma democracia relativa, já que vai contra a ordem considerada natural vigente.

O termo “democracia relativa” ganha sentido na relação com o seu outro: democracia. Os enunciadores apontam as características das vozes opostas às suas e relacionam aos agentes das ações como Lula, seu governo, seus Ministérios da Justiça e de Direitos Humanos, PT, esquerda, STF e justiça brasileira. A partir desses pontos de vista, posicionam-se contrários,

criticando as noções de democracia usadas e colocando estrategicamente a esquerda como defensora de regimes ditatoriais.

3.6 A designação “oclocracia”

Ultimamente, muito tem-se falado sobre democracia e seus valores no país e no mundo, levando em conta suas crises e instabilidades, ameaças, desafios, importância e defesa. A democracia passa e passou por algumas mudanças recentes, se comparada com a sua origem, na Grécia Antiga. Atualmente, a Constituição de um país caminha junto com o bem-estar de uma democracia. Somando-se a isso, na sua versão liberal-burguesa, iniciada no século XX, conta com “o neoliberalismo, a globalização, a simplificação das complexas diferenças sociais, a invisibilidade de grupos de pessoas, a crise dos partidos políticos, o terrorismo, a imigração, o déficit ambiental, a corrupção, entre outros, a democracia esvaziou-se enquanto forma de poder.” (CORTE; CORTE, 2018, p. 180).

O esvaziamento da democracia gera crises, resultando em ameaças, crescimento do populismo, intolerância, perseguições, desconfiança da população, ataques diretos e indiretos as Instituições liberais de um país, entre outros. No meio disso, há diversas posições ideológicas que se manifestam sobre a crise democrática. Em uma dessas, grupos brasileiros alegam haver uma oclocracia ao invés de uma democracia no país.

De acordo com Gallo (2013), Políbio, historiador grego, em sua análise da constituição de Roma defendeu algumas noções de Aristóteles e identificou seis formas de governo. “As formas simples seriam a realeza, a aristocracia e a democracia; enquanto os modos degenerados correspondentes seriam, respectivamente, a tirania, a oligarquia e a oclocracia.” (GALLO, 2013, p.85). A oclocracia seria uma democracia degenerada, cujo povo cuida da vida política com ilegalidades. Com base nisso, o objetivo dessa sessão é analisar os efeitos de sentido da expressão “oclocracia” em trechos de matérias bolsonaristas do canal de notícias Jornal da Cidade Online.

Trecho 46

Sérgio Alves de Oliveira -2018

“Quais seriam os maiores defensores da chamada “democracia”? Porventura não seriam justamente aqueles patifes aproveitadores que a usam como trampolim para ingressar na

política e fazer dela uma profissão lucrativa, imoral e ilegal? Para “roubar”? Que se julgam no “direito” de fazer o que bem entendem, inclusive obter vantagens ilícitas, por serem “mandatários” do povo? Por que seriam justamente os delinquentes da política os maiores “defensores” daquele sistema político que chamam de “democracia”, mas que na verdade não é? Que é OCLOCRAZIA (democracia corrompida, degenerada, ao “ao avesso”), ao invés de democracia.”¹²⁷

No trecho 46, o enunciador é favorável à tese da existência de uma oclocracia no país. Ele define oclocracia como uma democracia corrompida, degenerada. A partir dessa perspectiva, monta a sua justificativa ao elencar o caso do grupo que denomina como os maiores “defensores” da “democracia”. Os termos estão aspidos, pois retrata a posição oposta à sua e o não agrado com o seu uso nessa ocasião. Os defensores são descritos como delinquentes da política que agem em benefício próprio ao cometer atos ilegais, imorais, para “roubar”, pois estão no “direito”, já que são “mandatários” do povo. As aspas utilizadas aqui também representam a voz do seu outro com a qual não concorda, mas partindo da presunção do próprio enunciador que acredita que obtêm vantagens por exercerem mandatos. Assim, os que mais defendem essa democracia são os que mais agem ilegalmente, porque se beneficiam dela. O enunciador entende que o que o seu outro define como democracia, na realidade, deveria ser chamada de oclocracia. Oclocracia pressupõe uma falsa democracia, com políticos se beneficiando às custas do povo.

Trecho 47

Sérgio Alves de Oliveira -2018

“No Regime Militar havia plena liberdade de IR e VIR para todas as pessoas quem não tivessem alguma restrição judicial, ou que não apresentassem algum risco para a ordem e segurança pública (terroristas, subversivos, assaltantes, agitadores políticos, etc.). Também não se podia falar mal ou injuriar o Presidente da República.

Quanto ao mais, tinha-se total segurança para o trabalho, lazer, locomoção, ir ao cinema, ao teatro, ao futebol, só para citar algumas.

Hoje a única liberdade que resta é “falar mal do Presidente da República”.

O resto foi para o “saco”. Inclusive o “estado policialesco” que foi instalado nessa (pseudo) “democracia”, na verdade uma OCLOCRAZIA (democracia degenerada, deturpada,

¹²⁷ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/11128/como-as-eleicoes-podem-medir-o-tamanho-da-idiotia-do-povo>

corrompida, às avessas, praticada pela massa ignara em proveito da patifaria política), especialmente na questão tributária (escorchante), é muito mais severa para o povo que o próprio “Regime Militar” foi.”¹²⁸

No trecho 47, o enunciador defende a tese da existência de uma oclocracia no Brasil. Como justificativa, estabelece uma comparação entre o Regime Militar e a “democracia” (aspada por representar a voz oposta à sua, que acredita que tenha democracia, e seu descontentamento) de hoje. O período militar é descrito como uma época em que havia liberdade de ir e vir e segurança para aqueles que não ameaçavam a ordem e segurança pública como terroristas, agitadores políticos, assaltantes, entre outros. Não era permitido falar mal do Presidente da República. Por outro lado, hoje a única liberdade é poder falar mal do Presidente. O restante, não ocorre mais. Além disso, há a questão tributária que é bastante abusiva. Logo, o período de hoje é uma democracia degenerada, corrompida, nomeada como oclocracia, bem mais severa para o povo do que o próprio “Regime Militar”. Oclocracia pressupõe a não liberdade e segurança do povo.

Trecho 48

Sérgio Alves de Oliveira -2018

“A “qualidade”, não a “quantidade”, é o que ora importa, mesmo porque a maior quantidade só é decisiva na apreciação do “mérito” das oclocracias, ou seja, nas “democracias” deturpadas, corrompidas, alienadas, degeneradas, praticadas pela massa ignara em proveito da patifaria política que se adona do poder, onde a pior escória da sociedade é levada a fazer política e a vencer nas “urnas”.

Esse é o regime praticado no Brasil há muito tempo (oclocracia), especialmente a partir de 1985 (Nova República), agravado de 2003 em diante (com Lula), até nossos dias, não a democracia verdadeira.”¹²⁹

Trecho 49

Sérgio Alves de Oliveira -2018

¹²⁸ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/9830/no-regime-militar-nao-havia-corrupcao-sistematica>

¹²⁹ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/8321/medindo-a-estupidez-lulopetista>

“Para começo de conversa, a predita “Associação de Juristas pela Democracia”, com absoluta certeza, não tem a mínima noção do que seja uma democracia autêntica, dando a entender, erroneamente, que o Brasil estivesse vivendo no que chama de “Estado Democrático de Direito”, o que não é verdade.

Em primeiro lugar o Brasil não viveu até agora em nenhuma “democracia”.

O que essa “Associação” entende por “democracia”, não passa de uma democracia corrompida, deturpada, degenerada, falsificada, “aperfeiçoada” com uma infinidade de outros vícios a partir de 1985, com a “Nova República”, do José Sarney, imensamente “reforçada” pelos Governos PT/MDB, a partir de 2003, quando instalaram a “supremacia” Lula da Silva, que só acabou agora com a eleição de Bolsonaro.

Isso que eles ousam chamar de “democracia” não passa de OCLOCRAZIA, regime e forma de governo que deturpa a democracia, na visão de Políbio, geógrafo e historiador da Antiga Grécia.”¹³⁰

Trecho 50

Redação do Jornal da Cidade Online -2017

“Com base no perfil dos Presidentes eleitos após as “Diretas Já”, necessariamente deverá surgir a conclusão que a democracia brasileira foi um fracasso total, oportunizando aos seus ‘piores’ a ascensão ao poder político.

Essa é a principal característica da OCLOCRAZIA, que no fundo é a democracia degenerada, deturpada, corrompida, praticada às avessas, por um povo que não tem uma maioria devidamente qualificada, politizada e conscientizada, sempre em proveito da patifaria política que se vale dos seus ‘eleitores’ despreparados para fazer da política uma profissão desonesta e altamente rentável.

Que fique bem claro que não se está ‘absolvendo’ os Presidentes eleitos anteriormente aos nominados, como a ‘empulhada’ que foi Jânio Quadros (31.1.61 a 25.8.61), cujo destempero (renúncia) empurrou o Brasil numa crise política tal que acabou dando origem ao contragolpe militar de março de 1964, que durou até 1985. Também Getúlio Vargas não deixou qualquer saudade do governo para o qual o caudilho gaúcho foi eleito em 1950.”¹³¹

¹³⁰Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/12061/associacao-de-juristas-pela-democracia-ou-um-infame-aparelho-do-pt>

¹³¹ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/6435/as-desastrosas-eleicoes-diretas-de-collor-fhc-lula-e-dilmatemer>

Nos trechos 48, 49 e 50, os enunciadores defendem a ideia de que o Brasil vive uma oclocracia. Oclocracia é definida como uma democracia deturpada, corrompida, degenerada, cujos eleitores são despolitizados e elegem candidatos que fazem da política uma profissão rentável e desonesta. Os enunciadores afirmam que, após as Diretas Já, na Nova República, a democracia foi um fracasso total. A pressuposição dessa ideia aponta que antes das Diretas Já a democracia não era tão deturpada quanto agora.

Há um enunciador, no trecho 50, que cita também dois ex-presidentes eleitos anteriores às Diretas Já, Jânio Quadros e Getúlio Vargas, para demonstrar que também não foram experiências positivas para o país. Segundo ele, graças a Quadros, o Brasil viveu uma crise política que resultou em um contragolpe militar em 1964, ou seja, o contragolpe surge como uma reação, defesa contra um golpe. A visão do enunciador entende que as ações dos militares não foram um golpe de Estado, mas sim uma reação, a fim de talvez evitar que o país se tornasse comunista, uma posição favorável aos militares. Vargas não deixou saudade, ou seja, seu mandato não foi bom.

Diretas Já foi movimento político voltado para a retomada das eleições presidenciais diretas, pelo voto popular, em 1985, pois o país vivia sob uma ditadura militar. Para justificar a sua tese, os enunciadores alegam o péssimo perfil dos Presidentes eleitos, fortalecido principalmente a partir de 2003 com Lula, como resultado da escolha dos “piores” (entre aspas para reforçar a ideia) para representar os poderes políticos. É na oclocracia que fazem política e vencem nas “urnas”. O termo “urnas” está aspado, representando a voz do seu outro, que acredita que as urnas fazem parte do processo democrático. Porém, essa não é a posição do enunciador, que talvez desacredite no poder das urnas, inferindo possíveis manipulações.

No trecho 49, o enunciador não concorda com a noção de “democracia” feita pela “Associação de Juristas pela Democracia” (“Associação Brasileira de Juristas pela Democracia”). A Associação foi criada em 2018 como desdobramento de uma Frente de Juristas que ajudou a denunciar o golpe contra Dilma. O seu intuito é denunciar “as violações de direitos, destacando-se na defesa intransigente da democracia, das garantias jurídicas asseguradas pela Constituição da República de 1988 e de um novo Sistema de Justiça, que assegure acesso e decisões judiciais justas.”¹³². Para explicar a não concordância, o enunciador,

¹³² Disponível em: <https://www.abjd.org.br/quem-somos>

afirma que o seu outro (essa “Associação”, entre aspas como maneira de menosprezo) não sabe o que de fato é uma democracia autêntica. O posicionamento da sua voz oposta pressupõe que haja um “Estado Democrático de Direito” a ser defendido, mas para o enunciador, não é verdade, pois não se viveu em uma democracia até agora, logo, não existe um Estado Democrático de Direito.

Ainda no trecho 49, a “democracia”, que está aspada, representa essa voz do outro do enunciador, que é degenerada, deturpada, corrompida, “aperfeiçoada” a partir da Nova República (período posterior à Ditadura Militar), “reforçada” pelos governos PT/MDB e pela “supremacia” de Lula, a partir de 2003. Para essa falsa democracia, o enunciador a nomeia como oclocracia.

Trecho 51

Sérgio Alves de Oliveira -2020

“Mas para não se perder tempo em indicar todos as perversões que podem afetar a verdadeira democracia, que caracterizam a oclocracia, em resumo ela poderia ser definida como a atração irresistível que tem a política sobre a pior escória da sociedade, sempre amparada na sua base pela parcela majoritária de um povo despreparado e carente de consciência política, ou seja, politicamente “analfabeta”.

E particularmente no Brasil não é preciso ir muito longe para essa constatação. Basta esses eleitores se olharem no espelho. O que o espelho mostrará será a reprodução da oclocracia, não a democracia, ou seja, a escolha dos piores para governar e fazer as leis. Certamente é por essa razão que os senadores e deputados se distanciam tanto dos espelhos.

É a isso que a cineasta Petra se refere como sendo “democracia”? Porventura o período político tido por ela como o “melhor” da democracia no Brasil, e que teria correspondido aos anos de 2003 a 2014, época do domínio absoluto do PT, e seus “comparsas”. Na realidade foi o a PIOR “democracia” de todos os tempos. Foi exatamente esse o período da “democracia em vertigem”, que a autora atribui à outra época.

A roubalheira de 10 trilhões de reais durante os governos do PT (2003 a 2016) poderia corresponder ao “melhor” período da democracia brasileira?”¹³³

No trecho 51, o enunciador é contrário à noção de democracia levantada por Petra. Petra é cineasta e dirigiu o documentário chamado “Democracia em Vertigem” em 2019. O

¹³³ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/18282/a-democracia-do-pt-se-confunde-com-a-liberdade-para-roubar-e-foi-o-verdadeiro-periodo-de-equotdemocracia-em-vertigemequot>

documentário que narra os momentos recentes da política brasileira e seus impactos na democracia: *impeachment* de Dilma, julgamento de Lula, a eleição para presidência de Bolsonaro e histórias pessoais da cineasta. Segundo o enunciador, Petra elenca como “melhor” época da “democracia” os governos do PT e seus “comparsas” no documentário. Porém, essa perspectiva não é aceita por ele, marcada linguisticamente nos termos aspados “melhor”, “comparsas” e “democracia”, reportando a visão do seu outro e sua insatisfação com o termo. A justificativa é que o período defendido pela cineasta foi a pior democracia de todos os tempos com roubalheira de 10 trilhões de reais. Isso não é uma característica de uma verdadeira democracia, mas sim de uma oclocracia, em que a política é comandada pela pior escória da sociedade que governa, faz leis e é amparada por uma população “analfabeta” politicamente. (aspas reforçando a mensagem). Essas características estão presentes na “democracia” defendida por Petra, nessa falsa democracia, na oclocracia. Assim, pressupõe-se que os governos do PT viveram sob uma pseudodemocracia, uma oclocracia, para o enunciador.

Trecho 52

Sérgio Alves de Oliveira -2018

“Para começo de conversa, no Brasil não se pratica nenhuma “democracia”, como repetitivamente garante o TSE na sua “propaganda”, embora ela esteja escrita na Constituição e nas leis.

Por aqui, bem ao contrário, o que se pratica é a chamada OCLOCRAZIA (expressão criada pelo filósofo, geógrafo e historiador POLÍBIO, da Antiga Grécia), uma forma deturpada, degenerada, corrompida, da democracia, praticada por um eleitorado politicamente deficiente, em proveito da patifaria política reinante, que conduz a pior escória da sociedade a fazer política, governar e escrever as leis.

Por seu turno, o SISTEMA ELEITORAL, comandado pelo STE e suas instâncias inferiores, consegue colher e normatizar todos os vícios acumulados na OCLOCRAZIA. Por isso tanto a pretensa “democracia”, quanto o próprio Sistema Eleitoral, são FALSIDADES que devem ser banidas com urgência da vida brasileira. E as famigeradas “urnas eletrônicas eleitoras”, programadas para fraudar as eleições, inclusive a de outubro próximo, são a maior prova.”¹³⁴

No trecho 52, o enunciador defende a tese de que Brasil não se pratica democracia, mas sim uma oclocracia. Oclocracia é definida como uma forma corrompida da democracia, cuja

¹³⁴ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/10778/os-comerciais-fakes-da-justica-eleitoral>

escória da sociedade faz, governa e escreve leis e é eleita, porque o eleitor é politicamente deficiente, facilmente enganado. Como prova para sustentar sua posição, afirma que o Sistema Eleitoral, em letras maiúsculas para dar ênfase, é comandado pelo STE para normalizar os vícios da oclocracia como o uso das urnas eletrônicas. Para essa perspectiva, as urnas são programadas para fraudar as eleições, como a próxima para presidência em 2018, inferindo que o STE tem lado, tem candidato para ganhar. Por isso, a pretensa “democracia” e o Sistema Eleitoral são falsidades (em letras maiúsculas também para servir de destaque). “Democracia” está entre aspas não só porque reproduz desacordo com a ideia de o país ser uma democracia como também representa essa posição que acredita na existência de democracia como é o caso do STE.

Trecho 53

Sérgio Alves de Oliveira -2018

“Mas concordo integralmente que Bolsonaro pode estar representando uma “ameaça à democracia”. Mas não à democracia verdadeira, porém à democracia deturpada, degenerada, corrompida, “às avessas”, ou seja, à OCLOCRAZIA, tão bem representada pelos delinquentes da política que o acusam.

E se de fato Jair Bolsonaro representar uma “ameaça” contra essa “democracia”, certamente esse será o maior mérito da sua candidatura. Essa “democracia” não merece outro destino que não o ser jogada ao “lixo”, com todos os seus “pertences” e defensores.

E se me fosse dado o direito de aconselhar o candidato Bolsonaro, creio que ele deveria avançar muito mais nas suas atitudes contra essa “democracia” deturpada. Parece que ele tem uma certa dificuldade de enxergar que, mesmo saindo vitorioso e tomando posse, jamais conseguiria governar como deveria se ficasse dependente da “democracia” do Congresso Nacional e da “justiça” do Supremo Tribunal Federal. Se quisesse fugir do fracasso, Bolsonaro teria que encontrar outros caminhos que não os das “vias normais”, de submissão à essa “democracia” e “Estado-de-Direito” corrompidos.”¹³⁵

Trecho 54

Sérgio Alves de Oliveira -2019

¹³⁵ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/11225/bolsonaro-seria-uma-ameaca-a-democracia-ou-a-oclocracia>

“As eleições periódicas realizadas no Brasil em todos os tempos demonstram, com raras exceções, que até agora mais se praticou “oclocracia”, ao invés da democracia.

E nem é preciso ir muito longe no tempo para essa verificação.

As recentes eleições de outubro de 2018 demonstraram com clareza solar que os seus resultados não foram muito diferente das eleições anteriores. A patifaria política, com algumas mudanças de “caras”, continuou no seu trono. Os novos patifes somaram forças com os velhos patifes, e agora chegam a formar “alianças”. Alianças da “patifaria”, portanto.

Apesar da maioria dos eleitores ter jogado todas as suas esperanças de mudanças na eleição de Jair Bolsonaro, que venceu o pleito presidencial, dita expectativa está sendo consideravelmente atrapalhada, pela simples razão do novo Presidente da República ter ficado REFÉM da velha patifaria política acampada no poder, e que construiu o aparato jurídico que acorrenta Bolsonaro e o impede de fazer as mudanças que havia prometido, inclusive mediante o “aparelhamento” das leis e dos Tribunais Superiores, do que não está encontrando condições de se livrar.”¹³⁶

Trecho 55

Sérgio Alves de Oliveira -2020

“A “oclocracia” de Políbio incluía a demagogia aristotélica, mais ia bem mais longe, enquadrando nessa modalidade todos os outros vícios morais que podem afetar o “candidato” a um cargo eletivo, inclusive a chamada “cleptocracia”, uma expressão moderna que significaria o “regime político dos ladrões”.

E como ficaria o Presidente Bolsonaro nesse “quadro” político?

Não resta qualquer dúvida que a eleição de Bolsonaro deu-se por uma espécie de “acidente-de-percurso” da chamada democracia brasileira, que somente “divergiu” dos critérios adotados nas eleições anteriores em relação à escolha do candidato à Presidência da República, mantendo todas as diretrizes “oclocráticas” anteriores para as eleições legislativas federais e estaduais, bem como na eleição dos governadores.

É por esse motivo que imaginar o amadurecimento da democracia brasileira pela simples eleição do Presidente Bolsonaro seria ir longe demais, mesmo um equívoco.”¹³⁷

¹³⁶ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/16192/por-que-a-politica-atrai-tantos-canalhas>

¹³⁷ Disponível em: <https://www.jornaldacidadeonline.com.br/noticias/20859/no-brasil-se-pratica-democracia-ou-oclocracia>

Nos trechos 53, 54 e 55, os enunciadores são favoráveis à tese de que Bolsonaro é um contraponto do regime oclocrático praticado no país, sendo visto como uma “ameaça à democracia”, uma tentativa de mudança, um “acidente-de-percurso”. A percepção de Bolsonaro como uma “ameaça à democracia” representa a voz oposta a sua e o seu não acordo com essa visão. Para explicar a sua ideia, o enunciador afirma que a democracia está em risco, não é a verdadeira, mas sim a deturpada, degenerada. Logo, ser uma ameaça é algo positivo.

Os políticos que acusam Bolsonaro não defendem a democracia, mas sim a sua deturpação, a oclocracia, que se faz presente também na “democracia” do Congresso Nacional, da “justiça” do STF e no “Estado-de-direito”. Estas palavras entre aspas não só expõem como o seu outro pensa que age, como também demonstra ironicamente que, não há justiça e nem democracia nas instituições como pregam. Como proposta, o enunciador sugere que Bolsonaro tome a seguinte posição: caso queira governar e pôr em prática seus planos, precisa ir contra a oclocracia instalada por outros caminhos, sem ser por “vias normais” de submissão a essa democracia e Estado de Direito corrompidos. O combate à oclocracia pressupõe medidas não legais, não constitucionais, mas necessárias.

Outro enunciador entende Bolsonaro como uma esperança de mudança desse regime, assim como seus eleitores, presumindo que seja diferente dos outros eleitos, não fazendo parte da “patifaria”. Por ele ser diferente, torna-se refém, acorrentado graças ao aparelhamento jurídico feito pela “patifaria” política. Os candidatos eleitos novos ou velhos, formaram alianças para continuar a “patifaria” política de sempre, ou seja, ações desonestas. O termo está entre aspas, porque representa a posição do seu outro, com o qual não concorda. Diante desse cenário, quase não houve grandes mudanças nas eleições de 2018, e Bolsonaro não consegue governar e fazer as mudanças necessárias. A mudança que ocorreu pode ser considerada um “acidente-de-percurso”, porque “divergiu” dos critérios adotados nas eleições anteriores para escolha para Presidência da República. Os termos que estão entre aspas possuem o objetivo de dar ênfase ao evento imprevisto, que agiu fora da norma das diretrizes eleitoreiras para presidência da oclocracia.

Os trechos anteriores retratam a posição dos enunciadores acerca do termo “oclocracia”. Essa posição defende que o Brasil vive uma falsa, degenerada democracia, isto é, uma oclocracia. As vozes opostas dos enunciadores são descritas como defensoras da democracia, como o STE, Petra, Associação de Juristas. Já para os enunciadores, essas ideias são justamente a democracia corrompida. Por isso, colocam-se contrários a essa perspectiva.

Para esses discursos, os outros dos enunciadores aqueles que não partem de premissas do liberalismo. Os enunciadores entendem a democracia como um desdobramento liberal, que surge para manter a ordem natural das coisas. É notório quando alegam, por exemplo, que as questões tributárias estavam abusivas, prejudicando a democracia. Liberalismo defende a redução, simplificação de impostos e um Estado não intervencionista. Se há tributação abusiva, logo, afeta o liberalismo e, como consequência, a democracia.

Alguns posicionamentos situam a Nova República como início ou acentuação dessa deturpação, principalmente nos governos petistas. O fracasso da democracia, como alegam, a partir desse período, é justificado não só pela corrupção, como também pelos posicionamentos questionadores das políticas liberais vistas como destino natural nas democracias.

Outros defendem que antes desse período, como na ditadura militar, era diferente por haver liberdade, segurança, sendo bastante diferente da dita democracia de hoje. Além disso, é apontado que o que ocorreu em 1964 foi uma reação legítima (contragolpe) a uma tentativa de golpe, uma ameaça comunista, representando a posição de seu outro. O contragolpe ocorreu, porque os militares estavam tentando conservar a ordem. Comunismo é entendido como desvio da ordem natural, que deturpa a verdade, sendo uma ameaça à própria natureza.

Ainda antes da Nova República, há uma posição que aponta presidentes como Vargas e Quadros como não bons representantes democráticos. Há também posições que colocam Bolsonaro como contraponto da oclocracia, considerando-o um defensor da verdadeira democracia e uma ameaça à pseudodemocracia.

O termo “oclocracia” produz efeitos de sentido a partir da sua relação com o seu outro: democracia. Nessa disputa discursiva, a principal estratégia dos enunciadores é declarar os seus outros como os errados, os antidemocráticos (petistas, STE, Associação de Juristas, Petra, Nova República) por defenderem e fazerem parte do regime oclocrático, representando uma ameaça à verdadeira democracia. Em alguns casos, reforçam as suas posições a partir de discursos negacionistas contra o sistema eleitoral e contra a existência do golpe militar de 1964. Em outros, elegem Bolsonaro como representante das posições dos enunciadores. Assim, a construção ideológica dos enunciadores baseia-se na recusa do que considera ser à esquerda política e a coloca, em muitas vezes, como a causadora da crise democrática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da pesquisa foi possível mapear parcialmente a rede discursiva bolsonarista, expondo seus posicionamentos e os efeitos de sentido trazidos pelas distintas materialidades linguísticas produzidas em certo espaço-tempo. Para compreender tais questões foi necessário partir da noção do primado do interdiscurso, de Maingueneau (2008), cuja produção de sentidos dos discursos é estabelecida graças às suas interações com outros. Recorreu-se também a outro conceito do autor francês nomeado polêmica como interincompreensão, que permitiu examinar embates enunciativos em um mesmo discurso, estabelecendo contrapontos em forma de simulacros, ao tentar traduzir as posições dos seus outros.

Somando-se a essas ideias, houve Ducrot (1987), que apresentou a noção de polifonia, apontando que todo discurso é perpassado por diversas vozes e, como consequência, revela enunciadores com pontos de vista distintos. Em outras palavras, um ponto de vista surge como contrapartida a outro, julgando-o e rejeitando tal perspectiva. Outra contribuinte foi Authier-Revuz (2004), com o seu trabalho referente ao uso de aspas como recurso argumentativo nos discursos.

Foi possível navegar e mapear o território bolsonarista não só pela contribuição teórica vista anteriormente, como também com a adoção da cartografia como metodologia. Os processos, os gestos e a produção da pesquisa basearam-se na relação indissociável da pesquisadora e o seu objeto, uma das características da pesquisa-intervenção. As pistas (PASSOS; KASTRUP; ESCÓSSIA, 2009), que surgiram, contribuíram para o mapear desse território. Assim, nasceu o primeiro capítulo teórico-metodológico, unindo conceitos da cartografia à análise do discurso.

Vale a pena relembrar a trajetória da pesquisa. Inicialmente, o que havia despertado a minha atenção foi a ideia de hipersexualização em imagens de super-heroínas. Porém, imprevistos aconteceram e a pesquisa seguiu outro rumo. Devido a isso, precisei percorrer novas terras, a partir das minhas inquietudes. Foi dessa maneira que o território bolsonarista foi cogitado, através da designação “sem viés ideológico”. Com o passar da pesquisa, a ideia de trabalhar nesse território ganhou forças e o mapeamento, que antes nem estava cogitado, surgiu e ampliou-se graças aos gestos de atenção, de leituras e às pistas. Nessa jornada como pesquisadora, aperfeiçoei as análises, com a finalidade de melhor localizar, explicar os

posicionamentos e os efeitos de sentido ali encontrados nas designações, como a mentira e a negação ideológica.

A construção do segundo capítulo, ainda lidando com campo teórico, facilitou e demarcou a posição da pesquisa de não neutralidade e reconhecimento de que todos os discursos se posicionam ideologicamente. Para análise do discurso, todo sujeito é ideológico e parte de um lugar social, manifestando suas falas, por meio de suas vivências. Os sujeitos ganham forma na linguagem e detêm traços ideológicos, que demarcarão posições e contribuirão na produção de sentido. Dessa maneira, não há sujeito sem ideologia e muito menos discurso sem posicionamento e rastros ideológicos. Só houve a possibilidade de alcançar essa perspectiva, devido à construção do primeiro capítulo e a apresentação e debate sobre algumas noções de ideologia, começando com Marx, Engels, Gramsci, Althusser, Foucault e Orlandi até delimitar a noção utilizada na pesquisa.

O terceiro capítulo teve a incumbência de compreender a produção dos posicionamentos em 55 trechos, partindo de seus contextos sócio-históricos. As análises foram guiadas por seis termos, que auxiliaram a construção das estratégias argumentativas. O primeiro termo foi “fraudemia”, que produziu um efeito de sentido de negação da pandemia de Covid-19, ligando-a à mentira. A posição de defesa do termo, baseou-se na disputa ideológica entre o grupo contrário à posição da OMS em decretar a crise sanitária como pandemia, e os defensores do posicionamento da OMS. O lugar em negação é marcado pela posição ideológica individualista, opondo-se à coletivista da OMS. Nesses casos, o teor liberal, cuja individualidade deve se sobressair à coletividade, é revelado e requisitado como o certo e natural. A liberdade individual é vista como inerente ao ser humano.

O segundo termo “pandemia” foi também referente ao canal Mídia Sem Máscara. Nele, notou-se que o uso do termo foi utilizado como estratégia argumentativa para situar o grupo com o qual não concorda e poder criticar essa posição. O efeito de sentido produzido é de ironia, muitas vezes reforçado por meio das aspas. Assim, o termo “fraudemia” é criado na forma de um simulacro, a partir de um discurso já existente, a pandemia. Pôde-se também notar, por meio das manchetes, a inclinação liberal do canal Mídia Sem Máscara ao aderir à perspectiva da “fraudemia” como posicionamento.

O terceiro termo tratou do “sem viés ideológico”, a partir das falas de Bolsonaro, nos campos da educação e comércio exterior, em postagens do *Facebook* e do canal de notícias

Jornal da Cidade *Online*. O seu efeito de sentido foi a negação da sua própria condição ideológica, em uma tentativa de defender uma neutralidade e atribuir apenas ao seu outro como ideológico. O posicionamento revelou que, em alguns momentos, lidar com perspectivas de esquerda é agir ideologicamente. Por outro lado, caso as perspectivas partam da direita, não foram consideradas ideológicas, porque, para eles, o liberalismo defende que direitos, como a liberdade individual, propriedade, são naturais, inerentes ao ser humano. Se o Estado interferir nisso, irá contra a natureza. O agir ideologicamente acaba sendo tudo aquilo que foge da visão liberal da sociedade, atribuindo à noção algo nocivo e reivindicando um lugar neutro, como se as visões de mundo não fossem constituídas a partir de suas posições sociais. Para a análise do discurso, isso não procede.

Assim, a posição de não agir ideologicamente revelou justamente o posicionamento ideológico de negar. Outro ponto foi mostrar, que nesses embates, os enunciadores introduziram a posição do seu outro como ideológico, mas isso foi apenas uma tradução, um simulacro de como acreditavam ser os seus outros. Como as vozes dos outros não foram localizadas, houve a criação de um “enunciador antagonizado”, a fim de criar hipóteses sobre esses pontos de vista. Essas hipóteses foram produzidas segundo a noção de ideologia adotada na pesquisa.

Ainda sobre o termo “sem viés ideológico”, mas agora em um contexto anterior às falas de Bolsonaro, o efeito de sentido produzido foi parecido: negação ideológica, assumindo uma postura neutra ao acusar o seu outro de ser o único ideológico. O conceito de ideologia foi negativo e pejorativo, ligando o agir ideologicamente, em alguns casos, também à esquerda política, pois ela tende, na teoria, questionar o liberalismo. Aqui o “enunciador antagonizado” foi utilizado, devido à não localização da voz antagônica dos enunciadores.

O quarto termo “golpe” e seus variantes remontou aos ataques bolsonaristas de 8 de janeiro de 2023, por meio de trechos do Jornal da Cidade *Online*. O termo produziu o efeito de sentido de ironia, por considerá-lo uma narrativa mentirosa. O posicionamento se fincou graças a disputas ideológicas entre grupos, que, por um lado, consideraram os ataques como tentativa de golpe e, por outro, negaram essa posição, alegando ser ficção. A negação proposta pelos bolsonaristas foi uma estratégia discursiva a fim de enfraquecer o *status* dos ataques, reconhecendo-os apenas como manifestações, assim como fizeram ao propor a ideia de infiltrados e limitar o conceito de golpes de Estado. Além disso, o uso de aspas, em grande parte dos termos, contribuiu para a demarcação da posição que não aceita a tese de tentativa de golpe

de Estado tramada pelos bolsonaristas. A postura ideológica da negação tendeu a colocar a culpa na esquerda política, ou o que entendem por esquerda.

O quinto termo “democracia relativa” retratou a fala de Lula ao defender a Venezuela como um país democrático em trechos do *Jornal da Cidade Online*. O termo foi utilizado ironicamente, produzindo um efeito de mentira, associando-o à uma antidemocracia. Essa posição se estabeleceu na disputa ideológica entre definições distintas de democracia: uma relativa e outra universal. Para os enunciadores, a democracia deve ser vista como um conceito universal e partindo da perspectiva liberal. Caso não tenha as características necessárias, tornar-se-á uma ditadura. E foi dessa forma que se posicionaram contrários à fala de Lula, desenhando a esquerda como defensora de ditaduras.

O sexto e último termo, “oclocracia”, representou a crise democrática brasileira, em trechos do *Jornal da Cidade Online*. O efeito de sentido produzido definiu o termo como uma mentira, uma falsa democracia ao se referir ao regime democrático brasileiro. O posicionamento de defesa do termo baseou-se na recusa da posição do seu outro, cuja perspectiva defende que o país vive em uma democracia. Esse outro é retratado muitas vezes como pertencentes à esquerda política e contribuidora da crise, porque não entende a democracia como um desdobramento natural do liberalismo. A verdadeira democracia deve seguir o liberalismo, sem grandes interferências estatais e garantir que os direitos naturais sejam assegurados pelo Estado. Quando não acontece isso, a democracia é corrompida.

Diante do exposto, foi notório perceber que todos os trechos analisados aqui estiveram limitados às suas próprias restrições semânticas, só conseguindo ler a si próprios e os seus outros, por meio de simulacros que deles constroem. Cada grupo é marcado pela ideologia dos próprios sujeitos que desenharão suas perspectivas e, assim, se posicionarão no mundo. Grande parte das vozes dos trechos culpavam, responsabilizaram a esquerda política pelas crises, pelos erros que acontecem no Brasil, inclusive, sendo associadas a mentiras, erros e postas como defensoras de ditaduras, prejudicando o país. Por outro lado, há também aqueles que colocam Bolsonaro como o salvador dos problemas, o desviante da norma, do sistema do qual faz parte.

Nisso tudo, notamos que os discursos bolsonaristas aqui baseiam-se nos fundamentos da doutrina que coloca o liberalismo e conservadorismo pertencentes a uma certa ordem natural das coisas, inerentes ao ser humano. A democracia, educação, saúde e comércio sempre estarão em perigo quando outras posições questionarem esse inatismo e propuserem novas perspectivas

para a sociedade. Para eles, a esquerda representa essa ameaça à ordem e, por isso, deve ser vista como a ideológica, a errada, a corrupta, a antidemocrática, a que traz a desarmonia da ordem. Essa ordem entende a manutenção de hierarquias sociais como natural, mas aqui não compreendemos dessa forma. Todas essas ideologias são construídas de acordo com os interesses de cada grupo.

Somando-se a isso, há uma clara tendência discursiva da extrema-direita em proferir termos historicamente ditos pela esquerda política, como liberdade, democracia, anticorrupção e sistema. Esse sequestro de termos busca uma desvinculação do passado-presente desses grupos liberais-burgueses-conservadores para esconder as suas reais lutas: manutenção da ordem burguesa e seus privilégios. Contudo, aponto também que a esquerda, que tradicionalmente questiona o liberalismo na sociedade, anda flertando com ele em diversas esferas, como no plano de financiamento. Voltar à base é necessário e urgente.

Vale ressaltar que, devido à limitação da pesquisa, por ser uma dissertação de mestrado, as investigações se restringiram a dois canais bolsonaristas e postagens do *Facebook*. Outros caminhos são possíveis para aprofundar a investigação. A título de exemplo, o canal *Jornal da Cidade Online* utiliza o termo “fraudemia” em suas matérias sobre a pandemia de Covid-19¹³⁸. Na qualificação de mestrado, houve a sugestão da professora Dra. Maria del Carmen Daher em trabalhar com o conceito de fórmula, proposto por Krieg-Planque (2010), já que na época o foco estava na designação “sem viés ideológico”. Vendo as diversas possibilidades, a pesquisa pode ganhar novas perspectivas e investigações, fazendo com que o objeto de estudo seja revisitado, ampliado, comparado para novas formas de pensar. A busca pelo conhecimento nunca se esgota, se limita, apenas se aprimora e se desenvolve.

Por fim, nesse processo de pesquisa, o caminho de análise partiu, muitas das vezes, da utilização de paráfrases, como gestos interpretativos. A escolha desse procedimento permitiu, a partir da reformulação, a identificação da base da formação discursiva, por meio de pistas que acentuaram as posições dos enunciadores. Consequentemente, indícios ideológicos de tais posicionamentos surgiram. A título de exemplo, no termo “fraudemia”, a utilização desse recuso interpretativo expôs a deslegitimação da noção de pandemia feita pelo enunciador ao negar a pandemia de Covid-19, associando-a a uma farsa, cujo real objetivo seria o controle das

¹³⁸ Disponível em:

<https://www.jornaldacidadeonline.com.br/busca?cx=009014221962749621092%3Aqgnltu0bokg&cof=FORID%3A10&ie=UTF-8&q=fraudemia&sa=>

sociedades, por meio de cercamentos das liberdades individuais. Para sustentar essa posição, houve a necessidade de discordar das considerações da OMS, por elas representarem medidas coletivas para lidar com a crise sanitária. Graças a esse desenho da situação discursiva, ficou mais fácil a localização da posição dos enunciadores: apreço pela ideologia individual e liberal frente à coletiva. Assim, a retomada do saber iluminou o meu caminho como analista na busca pela construção dos efeitos de sentido das expressões. Esse procedimento serviu como um mecanismo de análise, afastando a ideia de que parafrasear é apenas uma mera releitura do que já foi dito. Pelo contrário, foi através da reformulação que se iniciou a procura das relações de sentido de cada expressão.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado*. 3 ed. Lisboa: Editorial Presença; Martins Fontes, 1980.
- AUTHIER-REVUZ, J. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS, 2004.
- BOTTOMORE, T (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.
- BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão política antidemocrática no Ocidente*. Tradução: Mário A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. 2. reimpr. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- BRUM, F. A. *Liberdade de consciência e lei natural em John Locke*. 2011. 86 f. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Londrina, 2011.
- CAREL, M; DUCROT, O. Atualização da polifonia. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 1, p. 9-21, jan./jun. 2010.
- CHALOUB, J; PERLATTO, F. A nova direita brasileira: ideias, retórica e prática política. *Insight Inteligência*, n. 82, jan./ mar. 2016.
- CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- COIMBRA, C; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In: GEISLER, A. R. R.; ABRAHÃO, A. L.; COIMBRA, C. (org.). *Subjetividade, violência e direitos humanos: produzindo novos dispositivos na formação em saúde*. Niterói, RJ: EDUFF, 2008.
- CRUZ, N. Reis. Neofascismo e conspiracionismo brasileiro: O mídia sem máscara e o “Eixo do mal”. *Rev. hist. comp.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 216-257, 2019.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- DEUSDARÁ, B; ROCHA, D. *Análise cartográfica do discurso: temas em construção*. 1. ed. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2021.
- DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EAGLETON, T. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo, SP: Boitempo, 1997.
- ENCONTRO com candidatos na CNI. *Revista ABINEE*, n. 78, p. 17-18, set. 2014. Disponível em: <https://www.abinee.org.br/arquivos/revistas/78.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2023.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

- MACHADO, F. F. Arendt contra Heyek: ordem espontânea, história e política. *Kínesis-Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia- Filosofia Política e do Direito*, v.12, n. 32, p. 128-149, 2020.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. 2. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.
- MAITINO, M. Populismo e bolsonarismo. *Cadernos Cemarx*, Campinas, SP, n. 13, p. 1-20, 2020.
- MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.
- MILANI, C; PINHEIRO, L. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.11-41, jan./jun. 2013.
- ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.
- PASSOS, E; KASTRUP, V; ESCÓSSIA, L. *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre: Salina, 2009.
- POSSENTI, S. Observações sobre o interdiscurso. *In: ENCONTRO DO CELSUL*, 5., 2003, Curitiba. *Anais [...]*. Curitiba, PR: [s.n.], 2003. p. 140-148.
- SMITH, J. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1.
- SOUZA, J. R. dos R. *Extrema direita e democracia: um enquadramento da democracia brasileira por meio da análise dos discursos presidenciais de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) à luz dos referenciais teóricos da crise democrática contemporânea*. 2023. 241 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, DF, 2023;
- SOUZA, J. *Tendências ideológicas do conservadorismo*. Recife, PE: Editora UFPE, 2020.
- TASQUETTO, L; DIAS, M; VILLAR, V. A política de comércio internacional do Brasil no primeiro ano de governo Bolsonaro em um contexto de alinhamentos aos Estados Unidos. *In: MARINGONI, G. (org.). As bases da política externa bolsonarista: relações internacionais em um mundo em transformação*. Santo André, SP: EdUFABC, 2021. p. 25-37.
- VIEIRA, R. Crise do governo Dilma: a crise econômica internacional e o “ensaio desenvolvimentista”. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL*, 16, 2018, Vitória, ES. *Anais [...]*. Vitória, ES: UFES, 2018.